



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 142

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 3 de julho de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, prosseguiu-se à apresentação e votação dos seguintes votos:

- Voto de Congratulação pela realização da 18ª edição do Torneio Lopes da Silva, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, procedeu-se à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pela realização nos Açores do Torneio Nacional Inter-Associações sub-14 “Lopes da Silva”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Luís Garcia. Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral, participou no debate o Sr. Deputado Francisco Álvares (*PSD*), tendo-se seguido a votação que registou a aprovação do voto por unanimidade.

- Voto de Congratulação pela comemoração do 25.º aniversário da Semana Cultural das Velas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Paula Bettencourt, participou no debate o Sr. Deputado Mark Marques (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

Após a apresentação dos votos, passou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos – Declarações Políticas.

Assim sendo, apresentaram Declarações Políticas os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para a primeira usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

Para a segunda usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Gomes (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

No âmbito das Intervenções de Interesse Político Relevante proferiu uma intervenção o Sr. Deputado José Ávila (*PS*), tendo participado no debate o Sr. Deputado João Costa (*PSD*).

De seguida, passou-se para a **Agenda da Reunião**:

1 - Projeto de Resolução n.º 10/2012 – “Incentivo à empregabilidade jovem”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado José Cascalho, participaram no debate os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

2 - Projeto de Resolução n.º 1/2012 – “Recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à internet no Grupo Ocidental”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, tendo para tal participado no debate os Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS-PP*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Em votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

3 - Petição n.º 14/2011 – “Contra o encerramento da escola EB/JI do Salão”, apresentada por Sónia Maria Duarte da Silveira Vargas, na qualidade de primeira subscritora.

Apresentado o relatório pela Sra. Deputada Nélia Amaral, Relatora da CAS, usaram da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*), seguido de um contra protesto do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

4 - Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho referente às audições parlamentares da Direção do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., realizada nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no n.º 5 dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., e da Subcomissão de Trabalhadores da RTP-Açores, efetuada em cumprimento do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa n.º 18/2012/A, de 12 de junho, tendo o mesmo sido apresentado pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues (*PS*), Relatora da CAPAT.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos iniciar o nosso período legislativo de julho. Vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Joe Valadão **Rego**

José Gabriel **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral **Reis**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 46 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos, começando o nosso PTAP com os votos.

Tenho aqui um Voto de Congratulação do Partido Socialista relativo à 18ª edição do Torneio Nacional Inter-Associações Lopes da Silva 2012.

Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

18ª Edição do Torneio Nacional Inter-Associações Lopes da Silva 2012

O Torneio Nacional Inter-Associações Sub-14 “Lopes da Silva” é uma das maiores competições realizada em Portugal, contando com a participação das 22 seleções das Associações Distritais e Regionais Portuguesas.

Este torneio decorre desde 1974, com diferentes denominações e conceções competitivas (desde escalões de iniciados a juvenis, ou seja escalões sub-13 a sub-15).

Desde 1995, a prova adotou a designação atual, homenageando o antigo Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e membro da Comissão de juniores da UEFA, Luís Carlos Lopes da Silva, e tem oscilado entre os quadros competitivos Sub-14 e Sub-15.

Nesta prova, estão presentes os melhores jogadores de todas as seleções das Associações Distritais e Regionais que ao longo dos anos tem representado uma

verdadeira antecâmara da Seleção Nacional de Sub-15, sendo utilizado pelos Treinadores da Federação Portuguesa de Futebol como base de trabalho para elaborar a futura convocatória da seleção deste escalão de formação.

Desde que esta prova se passou a designar como “Lopes da Silva”, a Associação de Futebol de Lisboa conquistou 9 títulos, a Associação de Futebol do Porto 6 títulos e a Associação de Futebol do Algarve e Aveiro festejaram por uma vez o título.

Nesta 18ª edição, que se realizou no concelho de Ponta Delgada, de 23 a 30 de junho, o vencedor foi novamente a Associação de Futebol de Lisboa que venceu pela 8ª vez consecutiva, defrontando a sua congénere do Porto.

Os Açores, representados pelas suas três associações de futebol, prestigiaram dignamente a formação desportiva da Região, referindo o honroso 5º lugar alcançado pela Associação de Futebol de Ponta Delgada, com 11 pontos, 5 golos marcados e zero sofridos, entre as 22 presentes.

O melhor guarda-redes do torneio foi o micaelense Filipe Santos Medeiros da Associação de Futebol de Ponta Delgada.

A realização deste torneio, na ilha de S. Miguel, só foi possível dada a existência de espaços apropriados para a prática do futebol, reconhecendo, assim, as nossas capacidades para organizar eventos desta dimensão, o que tem sido demonstrado recentemente em diversos eventos de âmbito desportivo internacional realizados na Região.

Importa realçar que este evento na Região, transportou mais de 650 passageiros para a ilha de S. Miguel, incluindo, atletas, treinadores, dirigentes, árbitros, massagistas e fisioterapeutas, juntando-se cerca de meia centena de familiares e elementos pertencentes aos Departamentos do Recrutamento e Captação de atletas dos 3 grandes clubes de futebol de Portugal, aproveitando também a oportunidade para conhecerem as maravilhas da ilha de S. Miguel. Os participantes e acompanhantes ocuparam 5 unidades hoteleiras da cidade de Ponta Delgada, servindo este evento de trampolim para o desenvolvimento do turismo através de uma modalidade desportiva nacional.

O sucesso deste evento realizado nos Açores, comprova assim, a forma como têm sido implementadas as políticas desportivas nos Açores, evidenciando os atuais índices de prática desportiva federada na Região, que são os mais altos do país, ultrapassando neste ano os 23 mil atletas.

Assim sendo, o Partido Socialista nesta Assembleia, não quer deixar passar este momento sem congratular a Associação de Futebol de Ponta Delgada pela forma como realizou este Torneio, envolvendo o Governo Regional, as empresas e instituições locais, e chegando ao fim do Torneio com o objetivo alcançado, ou seja, um sucesso reconhecido por todos os participantes e observadores do evento.

A realização deste evento serviu para mostrar a importância do desporto e a prática desportiva na nossa Região. Servindo também, de montra para os nossos jovens mostrarem ao país as suas capacidades, o seu talento e a vontade de muitos quererem fazer carreira no Futebol.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 3 de julho de 2012, aprove um voto de congratulação pela realização da 18ª edição do Torneio Lopes da Silva, primeiro “Lopes da Silva” disputado na sua longa história, fora do território de Portugal Continental.

Evento de enorme envergadura que resulta de uma parceria entre diversas entidades, de forma eficiente e de enorme relevo, valorizando assim a nossa Região e a capacidade de organização de eventos de enorme dimensão.

Com a aprovação deste voto, propomos que este seja dado a conhecer à Associação de Futebol de Ponta Delgada, Federação Portuguesa de Futebol e Governo Regional dos Açores, nomeadamente a Direção Regional do Desporto.

Horta, sala das sessões, 3 de julho de 2012

Os Deputados do Partido Socialista: Berto Messias, Carlos Mendonça, António Toste, Ricardo Cabral e Lúcio Rodrigues.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Creio não haver intervenções.

Vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro Voto de Congratulação, desta feita da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, com idêntico objeto.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Torneio Nacional “Lopes da Silva”

De 23 a 30 de junho, os Açores receberam pela primeira vez o Torneio Nacional Inter-Associações sub-14 “Lopes da Silva”.

Esta festa do futebol jovem é a maior competição desportiva realizada em Portugal onde participam as 22 seleções das Associações Distritais e Regionais de todo o País.

Esta é uma etapa importante no percurso desportivo dos nossos jovens futebolistas pois constitui uma verdadeira antecâmara da Seleção Nacional de sub-15, que é a primeira representação nacional a que um jovem nesta modalidade pode aceder, sendo, para o efeito, observados pelos treinadores da Federação Portuguesa de Futebol e pelos Coordenadores Técnicos das Associações Distritais e Regionais.

Paralelamente à parte desportiva destinada aos mais jovens, também se realizou, no primeiro dia deste torneio, um jogo entre uma equipa de “estrelas” do futebol português – constituída esmagadoramente por jogadores que participaram nos Torneios Inter-Associações – e uma seleção da Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Além disso decorreram ações de formação destinadas para técnicos e guardas-redes, para dirigentes dos Conselhos de Arbitragem das três Associações Açorianas e para árbitros.

Pela primeira vez o Torneio Nacional “Lopes da Silva” saiu do território continental graças a uma proposta arrojada da Associação de Futebol de Ponta Delgada que teve o devido acolhimento da Direção da Federação Portuguesa de Futebol, da qual faz parte o ilustre açoriano Pedro Pauleta, e o apoio do Governo Regional dos Açores.

É justo, neste contexto, reconhecer a aposta corajosa da Federação Portuguesa de Futebol na descentralização dos eventos desportivos por si organizados.

E é igualmente imperioso reconhecer e elogiar a organização irrepreensível deste evento por parte da Associação de Futebol de Ponta Delgada e da Federação Portuguesa de Futebol.

Este Torneio que trouxe a Ponta Delgada cerca de 600 pessoas, teve como vencedora a seleção da Associação de Futebol de Lisboa.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela realização nos Açores do Torneio Nacional Inter-Associações sub-14 “Lopes da Silva” e pela forma brilhante como o mesmo decorreu.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à Federação Portuguesa de Futebol e à Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 3 de julho de 2012

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, Clélio Meneses, Luís Garcia, Jorge Macedo, Costa Pereira, Cláudio Lopes, Pedro Gomes e Rui Ramos.

Deputados Jorge Macedo e António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação, da autoria do Grupo Parlamentar do PS, relacionado com o clube de atividades gímnicas de Ponta Delgada, vencedor do campeonato nacional de ginástica aeróbica da 1ª Divisão 2012, em todos os escalões etários.

Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Senhores Deputados Regionais, Exmos. Senhores Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação

Assunto: O CLUBE DE ACTIVIDADES GÍMNICAS DE PONTA DELGADA VENCEDOR DO CAMPEONATO NACIONAL DE GINÁSTICA AERÓBICA DA 1ª DIVISÃO - 2012, EM TODOS OS ESCALÕES ETÁRIOS.

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada é uma Instituição de Utilidade Pública Desportiva (JO n.º72-2ª Série; 12-04-11). Surgiu na continuidade do trabalho realizado pelo “Corpore Ginásio”.

Nos escalões iniciados, juvenil, júnior e sénior encontram-se atletas "Jovens Talentos Regionais", da "Seleção Nacional" e de "Alto Rendimento".

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada (CAGPD) arrecadou dezasseis (16) medalhas de ouro, quatro (4) de prata e seis (6) de bronze, no Campeonato Nacional de Ginástica Aeróbica da 1ª Divisão, de 2012, que decorreu recentemente em Águeda, justificando plenamente o estatuto de melhor Clube de Ginástica Aeróbica do país da atualidade, pois em oito (8) provas disputadas, conseguiu sete (7) títulos de Campeões Nacionais.

As ginastas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada obtiveram os títulos nos escalões de iniciados, juvenis, juniores e séniores com grande brilhantismo e competência.

No escalão de iniciados, a atleta Matilde Aguiar arrebatou uma vitória com muita determinação e segurança.

No escalão juvenil, o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada (CAGPD) competiu nas categorias de Individual Feminino, Trio e Grupo, obtendo, em todas, as respetivas medalhas de ouro.

A distinta atleta, Carlota Leal, sagrou-se tricampeã Nacional, vencendo em três categorias diferentes, alcançou um feito deveras importante, um título brilhante para o seu currículo e para o prestigioso palmarés do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada (GAGPD).

Destaque, ainda, para Laura Monteiro, Alice Preto e Carlota Leal, que alcançaram o ouro no Trio feminino.

Na categoria Grupo, Daniela Resendes, Beatriz Macedo, Beatriz Bilhete, Carlota Leal, Alice Preto e Rafaela Damásio formaram a equipa campeã.

No escalão júnior, categoria individual feminino, o domínio foi completo, com os quatro primeiros lugares a pertencer a ginastas do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada (CAGPD). O pódio foi para Sara Silva, Campeã Nacional pelo 4º ano consecutivo, logo seguida por Inês Botelho e Luana Minucci.

No Trio, Tânia Oliveira, Inês Botelho e Luana Minucci revalidaram, também elas, o título nacional.

Finalmente, e no escalão Sénior, a excelente atleta Sara Sardinha completou o domínio do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada (CAGPD), conquistando o “ouro” e garantindo a totalidade dos títulos nos quatro escalões em disputa.

As prestigiosas e competentes treinadoras Alexandra Barroso e Sara Carreiro foram e são, também, as grandes responsáveis pelos êxitos conquistados das suas atletas. As suas superiores orientações têm contribuído muito para a elevação do Desporto da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação, ao Clube de Atividades

Gímnicas de Ponta Delgada, vencedor do Campeonato Nacional de Ginástica Aeróbica da 1ª Divisão, em todos os escalões, dando conhecimento ao Clube, aos seus atletas, às suas treinadoras e aos seus dirigentes, reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Ricardo Cabral, Carlos Mendonça e Lúcio Rodrigues.

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, mais conhecido por “Corpore”, conseguiu recentemente um feito que consideramos verdadeiramente assinalável com a conquista desse volumoso número de troféus que muito prestigiam ou que prestigiam de uma forma soberba o desporto açoriano.

Este clube, os seus atletas e as suas atletas têm sido uma referência fundamental no fomento do desporto nos Açores, ao mesmo tempo que têm contribuído para a promoção de atividades e estilos de vida saudável e, obviamente também, da saúde.

A estes factos não deixa de estar associado o nome da sua treinadora Sara Carreiro, mas principalmente o trabalho fundamental e o trabalho profundo que a professora Alexandra Barroso tem desenvolvido em prol do desporto açoriano.

Por isso, o PSD, com muito gosto, associa-se a este voto.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro Voto de Saudação, este da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista também: Comemoração dos 25 anos da Semana Cultural das Velas.

Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Comemoração dos 25 anos da Semana Cultural das Velas

No passado domingo, dia 1 de julho, decorreu a cerimónia de abertura da XXV Semana Cultural das Velas, evento cultural e festivo que se vem a realizar ininterruptamente, na Ilha de São Jorge, desde 1988.

A I Semana Cultural das Velas decorreu do dia 22 ao dia 30 de abril de 1988 e tem a sua génese na intenção de se realizar no Município das Velas um evento de carácter festivo que celebrasse condignamente o Dia do Padroeiro da ilha, São Jorge, e o respetivo feriado municipal que tem lugar a 23 de abril.

Assim, passou a realizar-se todos os anos, pela altura do Dia de São Jorge, a Semana Cultural das Velas, evento de cariz cultural que tinha dois objetivos distintos, porém confluentes. Por um lado, as Semanas Culturais procuravam evidenciar e reconhecer a cultura jorgense e, por outro lado, dar a conhecer manifestações culturais de outros lugares, fortalecendo-se o contato e a troca de experiências culturais.

As Semanas Culturais foram-se sucedendo, ricas em atividades culturais e desportivas, mas começa a sentir-se a necessidade de que estas atinjam um público mais alargado que o público jorgense, pelo que, em 1996, se opta pela fusão das Semanas Culturais com o festival da regata Horta/Velas/Horta, que se realizava, desde 1983, no primeiro fim-de-semana do mês de julho, mantendo-

se a comemoração do Dia de São Jorge na data de 23 de abril, mas apenas com eventos de carácter político e cultural.

Com a passagem da data das Semanas Culturais para o mês de julho, estas transformam-se num festival de verão que atrai inúmeros visitantes, não só das restantes ilhas do Triângulo e do Grupo Central, mas de toda a Região. Ao longo dos anos, as Semanas Culturais tiveram um papel fundamental na dinamização económica da nossa ilha e primaram por eventos culturais, desportivos e musicais de grande qualidade. Apostando, em primeiro lugar na prata da casa, os organizadores das Semanas Culturais procuraram também estar atentos às atividades culturais, desportivas e musicais que iam aparecendo na nossa Região, pelo que ao longo de 25 anos as Semanas Culturais das Velas contaram, não só com nomes jorgenses, mas também com nomes regionais, nacionais e internacionais, dando-se consequência ao objetivo inicial de potenciar, através das Semanas Culturais, um horizonte cultural mais vasto a todos os jorgenses.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prestem atenção! A senhora está falando.

A Oradora: Assim, pela importância que as Semanas Culturais assumiram ao longo destes 25 anos na dinamização económica e na promoção da Ilha de São Jorge, bem como da cultura jorgense e açoriana, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita todos aqueles que ao longo dos anos se envolveram, direta ou indiretamente na sua realização e propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no período legislativo de julho, aprove este Voto de Saudação pela comemoração dos 25 anos da Semana Cultural das Velas. Da aprovação deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal das Velas, à Assembleia Municipal das Velas e à Associação Cultural das Velas.

Horta, Sala das Sessões, 3 de julho de 2012

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Paula Bettencourt, Berto Messias, Rogério Veiros

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Não sei se há intervenções.

Sr. Deputado Mark Marques tem a palavra.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD quer associar-se a este Voto de Saudação. Associar-se de uma forma muito reconhecida por todos aqueles que ao longo destes 25 anos, na Associação Cultural das Velas, no sítio das Velas, promoveram o concelho, a ilha e o triângulo. Digo o triângulo porque a Semana Cultural das Velas digamos que é o mote para os grandes festivais que existem nestas 3 ilhas aqui do triângulo, a começar em julho com a Semana Cultural e a terminar com as Lajes, na ilha do Pico.

Ou seja, nós queremos associarmo-nos a estes 25 anos de promoção da Semana Cultural. Como diz no próprio voto, no passado dia 1 de julho foi a abertura (também estive presente), onde foi lançado o livro “Velas em festa” (portanto, 25 anos da Semana Cultural) por um ex-deputado e atual Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Maciel, onde tive a oportunidade de folhear o livro e de facto retrata bem o quão importante são os 25 anos de Semana Cultural na ilha de São Jorge, no concelho das Velas, mas que ao fim e ao cabo e ao resto promove a ilha toda.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD é com grande satisfação que se associa. Enquanto decorre a Semana Cultural os Deputados de São Jorge estarão cá, mas possivelmente sexta-feira iremos, pelo menos mais 4 ou 5, colaborar na Semana Cultural, no final desta semana.

Deputado Berto Messias (PS): Eu também vou!

O Orador: E já agora (não me querendo fazer rogado, nem dono da casa) ficam todos convidados para passar o fim-de-semana em São Jorge.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Obrigado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É muito generoso!

(Risos da câmara)

Presidente: Vamos então ver se avançamos nos nossos trabalhos rapidamente para podermos aceder ao convite do Sr. Deputado.

Creio não haver mais intervenções.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos os votos que deram entrada hoje na Mesa.

Sras. e os Srs. Deputados, vamos passar à matéria seguinte, às Declarações Políticas.

Segundo o combinado e acordado em Conferência de Líderes dou a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD, presumo que ao Sr. Deputado Pedro Gomes, para uma declaração política.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo das últimas semanas, a questão da saúde nos Açores assumiu contornos dramáticos, com sucessivas notícias que dão conta do corte de fornecimentos de medicamentos a unidades de saúde regionais, por atraso ou falta de pagamento, a dívidas generalizadas do Serviço Regional de Saúde a diferentes prestadores e até à tomada de medidas, de duvidosa legalidade, que visavam reduzir de modo administrativo e sem qualquer negociação sindical, a remuneração de assistentes técnicos e assistentes operacionais dos hospitais.

Perante um indisfarçável agravamento da situação financeira da saúde, com prejuízo para os cuidados prestados aos doentes, o Secretário Regional da Saúde persiste em não assumir as suas responsabilidades políticas, preferindo acusar os conselhos de administração dos hospitais pelos crescentes problemas financeiros, quando o Governo Regional foi incapaz de resolver ou, mesmo de atenuar, o crónico problema de subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde, que só este ano atingirá 60 milhões de euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: No debate das propostas do plano e do orçamento, o Secretário Regional da Saúde afirmou que, em 2012, se atingiria, e cito, o “equilíbrio económico do sector da saúde”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: A realidade encarregou-se de desmentir, uma vez mais, este incauto governante, como o PSD já afirmara que iria acontecer.

Deputados António Marinho e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: As dívidas e as responsabilidades financeiras futuras do Serviço Regional de Saúde ultrapassam já os 1.000 milhões de euros, representando mais de 25% do Produto Interno Bruto.

Mais de um quarto de toda a riqueza gerada nos Açores.

Como foi possível, Sras. e Srs. Deputados, chegarmos aqui?

Como é possível que a dívida do Serviço Regional de Saúde tenha crescido trinta vezes, desde 1996?

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é possível que a Região deva tanto a tanta gente, sem que os responsáveis políticos falem a verdade aos açorianos?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Porque passamos a ter um Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como é possível que a falta de responsabilização se tenha generalizado no setor da saúde?

Só há uma resposta: o PS já não é capaz de resolver os problemas da saúde nos Açores e o Secretário Regional da Saúde é, claramente, um erro de “casting”.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores defendem um resgate!

O Orador: Acossado pelos credores, envolto em decisões controversas, como a do Centro de Radioterapia dos Açores ou do Centro de Medicina Nuclear - que originaram a constituição duma Comissão Parlamentar de Inquérito - o Secretário Regional da Saúde comporta-se como sempre:...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): daquelas que os senhores não querem que haja na câmara!

O Orador: ... perante um problema, finge que encontrou uma solução; diante daqueles que justamente procuram receber o dinheiro que a Região lhes deve, afirma nada ter a pagar, como um vulgar caloteiro;...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Oh senhor!

O Orador: ... confrontado com uma decisão errada, persiste no erro, numa teimosia, cada vez mais solitária.

Perante o avolumar da crise na saúde, o Secretário Regional desculpa-se sempre, com os outros – os fornecedores, os armazenistas, os gestores hospitalares, o Governo da República e, até mesmo, os vinte anos de governação do PSD.

Confrontado com a sua notória incapacidade política, o Secretário Regional da Saúde reage, fazendo oposição à oposição.

Para ele, as críticas à saúde e cito “são movidas pela ganância eleitoralista”, como afirmou, num assomo político de quem ficará na história, apenas e só, como o pior Secretário Regional da Saúde de sempre.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Há poucos dias, acusou mesmo o PSD de “ser fraco a defender os Açorianos”, quando, na verdade,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É fraquíssimo! Querem dar a saúde a Lisboa!

Deputado Francisco César (*PS*): Isso não é verdade!

O Orador: ... os Açorianos é que vão ter de ser muito fortes para suportarem os custos das políticas erradas do Secretário Regional da Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No discurso dum congresso a fingir, Vasco Cordeiro, candidato a Presidente do Governo, apenas dedicou um breve parágrafo ao problema da saúde,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso não existe!

O Orador: ... para dizer o óbvio: que as decisões nesta área devem ser tomadas nos Açores.

Depois do Presidente do Governo Regional ter reconhecido publicamente que a saúde, e cito, é o “calcanhar de Aquiles da despesa pública”, o candidato socialista, com um silêncio de herdeiro cúmplice, preferiu nada dizer sobre a dívida da saúde.

Vasco Cordeiro não disse como se propõe resolver o grave problema financeiro da saúde.

Deputado Francisco César (PS): Já disse, já!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores é que já disseram!

O Orador: Vasco Cordeiro não disse se assume ou não a herança da governação socialista na área da saúde.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores estão à espera de um estudo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Deputado Vasco Cordeiro: Com esta declaração política, o PSD oferece-lhe a oportunidade para responder a estas questões, já que no domingo, no encerramento da convenção, lhe parece ter faltado a coragem para o fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD desafia...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O PSD não desafia nada!

O Orador: ... o candidato socialista, ausente deste debate, a explicar aos açorianos porque é que a situação financeira da saúde é pior do que a da Madeira, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sim, sim!

O Orador: ... para utilizar uma comparação que os dirigentes socialistas tanto gostam.

O PSD defende a existência dum Serviço Regional de Saúde universal e tendencialmente gratuito,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não quer dizer nada!

O Orador: ... utilizando com eficiência e rigor os recursos disponíveis, de modo a garantir a sua sustentabilidade e a assegurar prestações de cuidados de saúde a todos,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E como é que se faz?

O Orador: ... dum modo justo e equitativo, independentemente da capacidade económica de cada doente.

Um Serviço Regional de Saúde com estas características é uma parte importante do estado social sustentável, ao serviço das pessoas.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Com realismo, o PSD afirma que a reforma da saúde nos Açores torna urgente - mesmo inadiável - o seu saneamento financeiro, através dum entendimento com o Governo da República e sem perda de decisão política dos órgãos de governo próprio.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ora aí está. Qualquer problema resolve-se assim!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Se os açorianos confiarem em nós nas próximas eleições...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Pedro Gomes faça favor.

O Orador: ... – como esperamos – faremos esta opção em nome dos Açores, não recebendo lições quanto à defesa da autonomia, por parte daqueles que apenas no último ano descobriram a sua defesa, após a mudança política no Governo da República.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Não assumir a verdade, com humildade, é um comportamento inaceitável em democracia.

Governar e governar para as pessoas é, em democracia, um exercício de liberdade, de transparência, de escrupulo e de virtude (Montesquieu)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E competência!

O Orador: ... – para evocar uma expressão com pergaminhos na ciência política.

Dos governantes espera-se o cumprimento da lei, mas acima de tudo, ou antes de tudo, exige-se um comportamento ético e moral acima de qualquer suspeita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é para a agricultura?

O Orador: Convoco Francisco Sá Carneiro, quando afirmou que a “política sem ética é uma vergonha”.

Que vergonha, Senhor Secretário Regional da Saúde!

O Secretário Regional da Saúde não diz a verdade aos açorianos, quando afirma que não há falta de medicamentos nos hospitais.

O Secretário Regional da Saúde não diz a verdade aos açorianos, quando afirma que não são adiados tratamentos ou cirurgias por falta de medicamentos.

O Secretário Regional da Saúde falta à verdade aos açorianos, quando transfere para os órgãos de gestão dos hospitais a responsabilidade pela crise financeira da saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: Ontem, o conselho de administração do Hospital do Divino Espírito Santo, o maior hospital desta Região, – nomeado por este Governo – numa inédita posição, desmentiu publicamente o Secretário Regional da Saúde,...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Publicamente aonde?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso nem sequer é verdade!

O Orador: ... afirmando, e vou citar, que as “dificuldades financeiras se centram exclusivamente no subfinanciamento do Hospital”. Fim de citação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Depois dos açorianos terem deixado de acreditar na política de saúde do Governo Regional, agora são os gestores hospitalares que já não confiam no Secretário Regional da Saúde.

Deputado António Marinho (PSD): Nomeado por ele!

O Orador: A gravidade do comportamento do Secretário Regional da Saúde exigiria o seu afastamento de funções governativas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É isso e as sondagens!

O Orador: Porém, a três meses de eleições, acreditamos que este governo e o Secretário Regional da Saúde serão demitidos, nas urnas, pelos açorianos, em outubro próximo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Relembro as regras da declaração política. É admissível uma intervenção de cada grupo e representação parlamentar e do Governo, até 5 minutos dos grupos parlamentares, até 3 das representações parlamentares.

Encerra o declarante com uma intervenção até 5 minutos.

Quer se inscrever? Sim, senhor.

Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o Sr. Deputado disparou em tanto lado que nem sei como lhe hei de começar a responder.

Deputado João Costa (PSD): É natural!

Deputado Francisco César (PS): É a guerrilha!

Deputado António Marinho (PSD): É uma vergonha o que fizeram ao setor da saúde! É vergonhoso!

O Orador: Mas vou começar pela questão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Agradeço Sr. Presidente, porque de facto ninguém interrompeu!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, vamos deixar o Sr. Secretário Regional da Saúde falar.

Deputado António Marinho (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Gostaria de começar pela primeira questão que levantou e que talvez seja a que suscita mais dúvidas ou mais interesse por parte desta assistência e que tem a ver com o relacionamento com os conselhos de administração.

A única coisa que eu disse na comunicação social, e foi em função de uma pergunta muito concreta, foi que a secretaria não era devedora dos credores.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente deu-lhe a palavra para se enterrar mais!

Deputado João Costa (PSD): Vocês aguentem-se aí!

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não se enterre mais!

O Orador: Atenção, Srs. Deputados!

Presidente: Sr. Secretário, faça favor de continuar.

O Orador: Porque efetivamente não são credores da secretaria, são credores dos hospitais e a secretaria tem um relacionamento com os hospitais através de contratos programa.

Nós temos reforçado os contratos programa dos hospitais em muitas verbas desde que começou esta legislatura. Só para vos dar um exemplo, em 2008 o

total de verbas transferidas para os hospitais era de 92 milhões de euros; em 2012, os contratos programa totalizam uma transferência de verbas de 121 milhões de euros, ou seja, são mais 44 milhões de euros.

Temos por exemplo o hospital de Ponta Delgada que tem mais 74% de verba afeta; o hospital da ilha Terceira tem mais 33%; o hospital da Horta tem mais 69%.

Quando o Sr. Deputado diz que nós não fizemos nada para resolver o subfinanciamento dos hospitais, nós temos feito e temos progressivamente aumentado o valor das transferências para os hospitais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): O resultado está aí!

O Orador: Aquilo que não tem havido por parte desta Assembleia, na discussão do Plano e Orçamento, são alterações orçamentais para reforçar os orçamentos dos hospitais. Isso não houve em novembro. Esta Assembleia esteve calada e não fez qualquer tipo de alteração orçamental.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Aliás, quem reforçou o orçamento dos hospitais e do Serviço Regional de Saúde foi o Governo e foi o PS.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, em matéria de quem trabalha para garantir um financiamento mais ajustado às unidades de saúde, acho que os créditos são do Governo e são do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão do pagamento dos fornecedores dos hospitais gostaria de dizer que o Governo tem acompanhado (não vou dizer, mas é quase diariamente) a situação junto dos conselhos de administração. Temos trabalhado em conjunto, quer a SAUDAÇOR, quer a própria secretaria, estamos disponíveis 24 horas por dia...

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

Deputado Luís Garcia (PSD): Deviam era estar disponíveis para pagar!

O Orador: ... para falar sempre com os conselhos de administração.

Já tive oportunidade de lhes explicar em que circunstâncias é que decorreram as minhas declarações. Portanto, não responsabilizei nenhuma administração hospitalar, apenas chamei a atenção para no contexto em que vivemos, que é um contexto em que os bancos deixaram de emprestar dinheiro aos hospitais que trabalhavam com crédito bancário, em que os subsistemas de entidades cuja responsabilidade de pagamento é o Orçamento de Estado não nos pagam e nós nos hospitais temos por receber da ADSE nacional, das forças militarizadas, das forças militares, 28 milhões de euros só nos hospitais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ora aí está!

O Orador: Nas unidades de saúde são 40, contando com as unidades de saúde de ilha, mas só nos hospitais são 28 milhões de euros. 28 milhões de euros permitiam pagar a tempo e horas os fornecedores de medicamentos, coisa que o Sr. Deputado vem aqui fazer como se fosse o cobrador de fraque.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Relativamente aos prazos médios de pagamento gostaria de dizer o seguinte.

Em março de 2011 era publicado pela APIFARMA, que é a Associação de Laboratórios Nacionais, o prazo para as entidades do Serviço Nacional de Saúde, que era de 381 dias. Este era o prazo de pagamento do Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem era o Governo nessa altura?

O Orador: Espere aí Sr. Deputado!

No mesmo período, aqui nos Açores, nós pagávamos a 60 dias.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ou menos ainda! Oh Sr. Secretário, paciência!

O Orador: Em fevereiro de 2012 o prazo nacional de pagamento agravou-se. Em vez de 381 passámos para 491 dias, quase 500 dias de prazo de pagamento a laboratórios nacionais. É o que o seu Governo na República tem feito aos laboratórios de medicamentos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

E se quiser comparar com o que se passa a nível regional nós hoje temos sim um atraso de 210 dias. 210 dias! É menos de metade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É menos de metade!

O Orador: ... daquilo que os senhores no Governo da República devem aos fornecedores de medicamentos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso não é verdade o que o senhor está a dizer!

O Orador: Por outro lado, gostaria só de concluir dizendo que os hospitais hoje, aqui na Região Autónoma dos Açores, os hospitais da Região são financiados de igual modo como se fosse outro hospital no continente, com igual complexidade clínica e com igual dimensão, ou seja, nós pagamos pelas cirurgias que fazemos, pelas consultas que fazemos e todas as contas já foram feitas, os contratos programa estão assinados com os conselhos de administração e, portanto, aquilo que nós esperamos é que tudo corra de modo a que consigamos de facto o equilíbrio económico do setor. Agora o equilíbrio económico do setor pode ser possível, o equilíbrio financeiro é mais complicado, é mais complicado com entidades como a ADSE nacional e outros subsistemas que não nos pagam. Aí não podemos fazer nada.

O Partido Social Democrata aquilo que devia fazer aqui nos Açores não era atacar o Governo Regional por não conseguir pagar aos fornecedores de medicamentos, era sim pedir ao Governo da República que pagasse ao Governo Regional aquilo que deve para nós termos dinheiro para pagar aos fornecedores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado Rui Ramos (PSD): Governem!

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

A dívida da saúde é real e ela existe porque ao longo destes últimos anos tem havido um aumento da qualidade da prestação de serviços aos utentes e aos doentes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Melhorou 30 vezes! A dívida aumentou 30 vezes!

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Melhorou 30 vezes, porque a dívida aumentou 30 vezes!

O Orador: O senhor fez bem as contas, Sr. Deputado?

A qualidade e a modernidade têm sido feitas ao longo destes anos na Região Autónoma dos Açores na área da saúde.

Foi difícil, houve um aumento de consultas, aumento de meios auxiliares de diagnóstico e isso são indicadores reais e publicados.

Deputado João Costa (PSD): Isso também é culpa dos conselhos de administração!

O Orador: As infraestruturas que se têm feito em todas as ilhas, sobretudo o hospital da Terceira, aqui o Bloco C da Horta, centro de saúde da Graciosa recentemente inaugurado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um bom exemplo!

O Orador: ... é tudo um esforço muito grande para melhorar a qualidade da prestação de serviços.

Esse esforço tem sido feito pelo Governo Regional.

Há um esforço também suplementar de diminuição de despesas. Cada vez estamos a fazer, a direccionar políticas para diminuir as despesas na saúde porque achamos que a dívida tem que ser contida,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Paga! Paga!

O Orador: ... a dívida tem de ser controlada, mas nunca baixando a qualidade de serviços aos utentes, aos doentes, porque a modernidade e a qualidade têm que estar sempre presentes nas instituições públicas de saúde para tratar os doentes açorianos.

Melhorámos a política de medicamento, que foi implementada, que tem sido bem direcionada e temos conseguido uma poupança significativa.

Agora, quanto ao Serviço Nacional de Saúde, quando alguns hospitais do continente reclamam o pagamento à Direção Regional e à Secretaria da Saúde dos tratamentos efetuados a doentes açorianos nas instituições públicas de saúde no continente português, o que nós temos a dizer é que não temos nada a pagar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é a posição do Governo Regional dos Açores, do PS desde sempre, bem como os outros partidos que agora se pronunciaram,...

Deputado João Costa (PSD): Inclua aí o Deputado Ricardo Rodrigues!

O Orador: ... menos o PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Só o PSD é que prefere sempre fazer uma oposição ao Governo Regional, defender o Governo da República, colocando os Açores em segundo plano.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Só o PSD é que não entende essa posição.

O Partido Socialista entende que as pessoas a residir na Região Autónoma dos Açores são beneficiárias de pleno direito do Serviço Nacional de Saúde...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando procuram tratamento nas instituições de saúde em qualquer localidade do país. Não pode haver discriminação dos doentes

açorianos nos cuidados de saúde que recebem em todas as instituições de saúde do país.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: A Lei de Bases de saúde define com clareza as funções do Serviço Nacional de Saúde e do Serviço Regional de Saúde.

O Serviço Regional de Saúde é o Serviço Nacional de Saúde na Região Autónoma dos Açores e o Serviço Nacional de Saúde é o Serviço Regional de Saúde no continente português.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O financiamento dos cuidados de saúde prestados é da responsabilidade da localização das unidades que prestam esses cuidados.

Os açorianos são portugueses com os mesmos direitos de todos, por isso beneficiários, como todos os portugueses, do Serviço Nacional de Saúde.

A Região não deve ter de pagar ao Serviço Nacional de Saúde os cuidados de saúde prestados.

Deputado João Costa (PSD): Até o Sr. Secretário se foi embora! Até o Governo se foi embora!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me terminar e depois faça os seus comentários. Da mesma forma que os Açores não enviam a conta dos serviços de saúde que prestam aos cidadãos oriundos do continente, quando necessitam de tratamentos aqui na Região Autónoma dos Açores.

Os açorianos apenas são transferidos para as unidades de saúde do continente quando se esgotam todas as possibilidades de tratamento na Região Autónoma dos Açores, razão para serem tratados com a mesma segurança, qualidade e igualdade como todos os portugueses das diferentes localidades do país.

Os utentes dos Açores devem obter os cuidados de saúde no continente como os utentes continentais que recebem os cuidados médicos na Região Autónoma dos Açores, onde podem fazer exames de diagnóstico e todos os tratamentos disponíveis, respeitando uma igualdade de procedimento única e exclusivamente com o pagamento da taxa moderadora.

Para terminar, o(a)s açoriano(a)s e os habitantes que optaram por viver nos Açores têm o mesmo direito na obtenção de cuidados de saúde em todas as instituições do país, como todos os portugueses, de todas as localidades do país.

Os açorianos são orgulhosamente portugueses.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do PSD traz ao debate a esta câmara um assunto, um tema evidentemente importante, diria mesmo extremamente importante para a vida das pessoas, a prestação de cuidados de saúde, ao mesmo tempo que traz também alguns dos constrangimentos com que este serviço e esta prestação de cuidados se confronta a nossa Região.

Portanto, vale a pena de facto olharmos para esta temática e para os perigos e os constrangimentos que ela sofre na nossa Região com atenção e com responsabilidade.

Perguntava ao Sr. Deputado Pedro Gomes, na sua intervenção, como foi possível chegarmos aqui, aqui a uma situação de subfinanciamento e de dívida do Serviço Regional de Saúde.

Não vou responder como o poeta, não vou dizer “erros meus, má fortuna, amores ardentes”,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... mas vou dizer como é que foi possível chegar. Foi possível chegar aqui com a suborçamentação da saúde permanente, prolongada e demorada. Esta é que é a verdade e esta responsabilidade é na realidade uma responsabilidade que tem

de ser assumida autocriticamente pelo Governo Regional. Aí, desse ponto de vista, penso que não há volta a dar.

Todas as críticas que se possam fazer vão dar sempre a um ponto: suborçamentação da saúde na Região Autónoma dos Açores.

Agora, dito isto, tenho duas ou três questões a levantar ao declarante, portanto, ao PSD, sobre a análise que fez do nosso Serviço Regional de Saúde.

A primeira é: qual é a alternativa que o PSD propõe?

E depois de ouvir a sua declaração política eu não vi nenhum tipo de alternativa. Garantiu o Sr. Deputado a universalidade da prestação dos cuidados de saúde, a sua natureza tendencialmente gratuita, constitucionalmente instituída, mas não vi apresentar nenhuma alternativa para esta situação difícil, grave que o nosso Serviço Regional de Saúde atravessa.

Era bom lembrar, neste caso também ao Governo Regional e à maioria que o suporta, duas coisas. A suborçamentação não é só grave pelas suas consequências financeiras, as dívidas que depois dela advém. Ela é grave a outros níveis, nomeadamente ao nível da democracia, porque são os direitos das pessoas (neste caso o direito à saúde) que estão em questão. Isto é um problema democrático.

Outro problema também democrático é que a suborçamentação dá todos os argumentos à direita que pretende dismantelar o Serviço Regional de Saúde,...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... como está a fazer com o Serviço Nacional de Saúde, para que depois este discurso possa ser possível.

Deputado José Cascalho (BE): É verdade!

A Oradora: Por isso pergunto, inocentemente, como é possível chegar aqui? Agora o que é que vamos fazer?

Agora vamos por em causa o tendencialmente gratuito e o universal que é isso que está a acontecer no continente e é essa a alternativa (voltando agora ao PSD), que tanto quanto entendi, o PSD trouxe a esta câmara, ou seja, remédio para o Serviço Regional de Saúde, resgaste financeiro pela República. Dito de

outra maneira, vamos trazer para os Açores a receita que está a vigorar no continente. Qual é?

Acabou-se a universalidade, acabou-se o tendencialmente gratuito e, portanto tudo isso, os direitos elementares básicos das pessoas numa democracia à luz da nossa Constituição são metidos dentro da gaveta e aí vem o resgate financeiro.

Bom, se é essa a solução que o PSD nos traz, o Bloco de Esquerda diz claramente não. Não é essa a solução que nós queremos e aí nós juntaremos a nossa voz àqueles que dizem “este problema da Região é resolvido na Região.”

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pois!

A Oradora: Mas eu já fiz a crítica e já convidei a uma autocrítica e a uma alteração deste subfinanciamento.

Agora não nos obriguem a escolher entre o mau e o péssimo, porque essas não têm de ser necessariamente as únicas opções dos açorianos.

Ainda um outro comentário que esta declaração política inevitavelmente levanta. Disse o Sr. Deputado Pedro Gomes, constatou, que o candidato Vasco Cordeiro no congresso a fingir (como lhe chamou) não teve uma palavra para as dívidas da saúde do nosso Serviço Regional de Saúde, aos credores, aos fornecedores, aos próprios hospitais,... Não teve!

Mas Sr. Deputado deixe-me dizer-lhe uma coisa...

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse.

A Oradora: Vou terminar, Sr. Presidente, logo que me permitam fazê-lo de uma forma mais ou menos tranquila.

Presidente: Pode continuar.

A Oradora: Não ouvi também nenhuma palavra do Sr. Deputado para com a cobrança coerciva que o Governo da República intempestivamente impôs a esta Região de 59 milhões de euros que alegadamente o(a)s açoriano(a)s quando se vão tratar a Lisboa lhe devem. Também gostaríamos de ter ouvido uma palavra da sua parte sobre essa matéria.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Porque não o fazendo, Sr. Deputado, dá ideia que isto é uma manobra de diversão que é tapar o sol com a peneira: para não se falar da República, então vem-se falar do Governo Regional.

Deputado João Costa (PSD): Convinha!

A Oradora: Para o Bloco de Esquerda há matérias em que as responsabilidades estão bem divididas. Há uma responsabilidade clara do Governo Regional que é a permanente, crónica e prolongada suborçamentação do nosso Serviço Regional de Saúde, mas isso não invalida, nem justifica, nem legitima a cobrança coerciva da República a esta Região.

É dizer a todos o(a)s açoriano(a)s duas coisas muito claras.

Primeiro: o continente não é uma clínica privada a que os açoriano(a)s recorrem quando não têm resposta para os seus problemas nesta Região. Não!

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: O continente é uma parte do nosso território que tem um Serviço Nacional de Saúde (não é continental de saúde, é nacional de saúde), portanto todas as pessoas desta Região que recorrem ao Serviço Nacional de Saúde não devem à Região, não tem que pagar um cêntimo pelo facto de recorrerem a esse Serviço Nacional de Saúde que é de todos. Não é só dos continentais, é de todos.

Portanto, para terminar, gostaria que no encerramento da declaração política o PSD se pudesse manifestar sobre estas duas questões: a dívida que a República pretende coercivamente cobrar à Região e do nosso ponto de vista ilegitimamente, para não dizer de má-fé; e por outro lado: afinal qual é a alternativa do PSD para os constrangimentos e os problemas do nosso Serviço Regional de Saúde? É o resgate financeiro da República? É isso?

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Relativamente à declaração política que o PSD nos traz, ou nos trouxe, aqui e que estamos neste momento a debater ela de facto é importante porque a

questão da saúde e a situação da saúde na Região é preocupante. Será eventualmente uma das questões mais preocupantes da nossa atualidade, a par de outras certamente, mas esta é de facto muito importante porque está em causa aqui um serviço importantíssimo para a qualidade de vida das populações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na qualidade!

O Orador: E para a qualidade de vida nomeadamente naquilo que diz respeito à saúde, não à doença. Infelizmente as opções políticas que têm sido feitas em Portugal, na Região, têm sido políticas muito direcionadas para a doença e pouco para a saúde.

Talvez aqui esteja uma das opções (não é a única), mas que levou, ou que leva, a que a situação no país e em particular na Região esteja da forma como está.

É claro que um dos grandes problemas da situação que hoje vivemos no setor da saúde tem a ver com aquilo que a Deputada Zuraída Soares acabou de dizer e que tem a ver com o subfinanciamento do setor. Tem a ver com má gestão, tem a ver com opções políticas erradas, mas tem sobretudo a ver com um subfinanciamento e esse subfinanciamento decorre de onde?

De opções políticas, isto é, a afetação de recursos financeiros públicos que constitucionalmente (a isso estamos obrigados) deveriam ser encaminhados para os setores sociais (como seja a questão da saúde e da educação, é evidente que na educação não há dívida, mas há uma diminuição muito grande da qualidade do serviço). Na saúde também começa a haver alguns problemas, não na qualidade dos serviços prestados, mas nas dificuldades que os cidadãos têm no acesso aos cuidados de saúde. Isso começa a ser preocupante!

O Sr. Secretário está a olhar para mim...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Está a falar, Sr. Deputado!

O Orador: Eu explico-lhe. Por exemplo, as taxas moderadoras acabaram por dificultar e retirar a possibilidade de alguns cidadãos acederem a cuidados de saúde.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): No continente ou aqui?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É aqui, na Região. Onde está a autonomia?

O Orador: No continente com certeza, Sr. Secretário, é evidente.

Se aqui é grave, no continente é gravíssimo com aquilo que temos vindo a assistir, enfim, de encerramento de unidades de saúde, como todos sabemos.

Mas interessa-nos aqui a Região e interessa-nos aqui também saber o seguinte.

A Dra. Berta Cabral há uns meses atrás, quando numa visita a um centro de saúde, ia prestar declarações ...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

... pronunciar-se sobre as soluções do PSD para as questões da saúde, designadamente para o financiamento da saúde, uma das propostas que fez (e ficou claro) é que o PSD tem como ideia aumentar as taxas moderadoras para os níveis que são praticados no continente, caso venha a ser Governo na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ora bem, se nós já estamos com um problema de acesso aos cuidados de saúde aqui na Região, se as taxas moderadoras aumentarem ainda mais na Região como é declarada a intenção do PSD, certamente que mais cidadãos serão afastados dos cuidados de saúde.

Portanto, é necessário de facto encararmos esta questão como uma questão de interesse comum, uma questão regional e deixarmo-nos de alguma guerrilha política pré-eleitoral,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Somos todos amigos!

O Orador: ... relativamente às questões da saúde.

É evidente que é fundamental que o Partido Socialista e qualquer Governo olhe para a saúde como um setor social de fundamental importância para a qualidade de vida e para o bem-estar dos cidadãos, coisa que até agora não tem vindo a acontecer, quer aqui, quer na República e é necessário de facto encontrarmos aqui opções políticas voltadas para a saúde e não para a doença.

É muito mais barato prevenir do que furar.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se há mais intervenções.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão da saúde que o PSD aqui trouxe hoje, gostava de começar por referenciar que é óbvio que a Região tem aqui um problema estrutural e tem um problema estrutural porque isto é um setor que custa muito dinheiro à Região. A saúde e a educação custam 50% do total das nossas despesas. Só estes dois setores. Nós temos um enquadramento, uma conjuntura em que as nossas receitas também são necessárias noutros setores: no apoio social que é necessário desenvolver; é necessário projetar as verbas para o apoio às nossas empresas; e é necessário também fazer um grande esforço no sentido de projetar aquela que é a nossa capacidade orçamental no âmbito do combate ao desemprego.

Portanto, temos aqui muitas prioridades, pouco dinheiro e dois setores que significam um conjunto muito significativo daquelas que são as nossas despesas.

O que penso que tem de existir aqui é uma definição de prioridades. Temos o dinheiro que temos, temos de desenvolver políticas que favoreçam o crescimento económico da Região para termos mais receitas e depois temos que (como já alguns Srs. Deputados aqui disseram) realmente ter um orçamento de verdade em relação à saúde. Isso significa que temos que lhe disponibilizar mais dinheiro, porque o setor tem sido orçamentado ao longo de todos estes anos, portanto, isto não é sustentável. De facto é necessário orçamentar devidamente o setor da saúde. Ponto número um.

Em segundo lugar é óbvio (também ao longo desta legislatura tive a oportunidade de verificar aqui vários assuntos e várias problemáticas que os diversos partidos trouxeram e também o próprio Governo) que tem existido desperdício e claramente uma má organização.

Portanto, nós temos de olhar para este setor departamento a departamento, reduzir aquelas que são as despesas supérfluas, os maus investimentos, as más prioridades. Considero que existe um conjunto de desperdícios. Aliás há até, como sabem, estudos nacionais que chegam a apontar no setor da saúde, no

âmbito nacional, para um desperdício na ordem dos 30%, o que significa que nós, nesta matéria, devemos fazer duas coisas: orçamentar devidamente este setor, ponto número um; ponto número dois, combater o desperdício. Verificar departamento a departamento onde é que nós estamos a gastar mal o nosso dinheiro, que é pouco, e reorganizar com eficácia estes serviços.

É evidente que nós percebemos que temos um conjunto de constrangimentos que estão relacionados com a nossa configuração geográfica. A saúde nos Açores, até por via das deslocações, é sempre um setor caro, agora as diferentes forças políticas o que têm que assumir são as suas prioridades. Para nós a saúde é prioritária. Temos que a orçamentar devidamente e isso significa que temos que colocá-la naquela que é a nossa prioridade em termos orçamentais, assegurar a viabilidade deste setor. Depois temos também (e nos Açores também existem graves desequilíbrios e desperdícios) que reorganizar.

Portanto, o que nós propomos, no âmbito também do nosso programa eleitoral, é olhar para o setor da saúde, olhar para todos os departamentos e reorganizar as coisas, terminar com os desperdícios, com os abusos que existem nesta matéria...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente termino já.

... e ter a certeza absoluta que nós estamos a utilizar aqueles que são os recursos escassos da Região com muita eficácia. No setor da saúde, como em todos os setores, é possível fazer isso.

Portanto, temos este problema grave, é necessário enfrentá-lo e devo dizer para terminar esta intervenção que ao longo destes anos o Governo Regional não orçamentou devidamente este setor e que é o responsável pelo crescimento de uma dívida insustentável da Região nesta área.

Nós estamos a falar de mil milhões de euros neste setor, portanto, isto significa que não pode continuar o endividamento crescente, temos que enfrentar o problema com rigor e é evidente que isso também não é possível (termino, Sr. Presidente) se no âmbito desta pré-campanha continuar este espetáculo deplorável de prometer tudo a todos.

Todos os dias abrimos os telejornais com promessas de construções e de investimentos em todas as áreas. É evidente que se continuar a fazer este tipo de prioridades e este tipo de políticas depois falta dinheiro...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há orçamento que chegue, Sr. Deputado!

O Orador: ... para os setores que nós consideramos prioritários. Porque os senhores vêm aqui fazer o discurso que a saúde é fundamental. Pois é! Mas temos que lhe dar e disponibilizar o dinheiro que é necessário para o setor, tal como a educação. Isto não é possível...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... com a pré-campanha que se está a fazer, que é um conjunto de promessas absolutamente insustentáveis que se viessem a concretizar eram precisos os orçamentos da próxima legislatura de 2012 a 2016 e também o de 2016 a 2020 para conseguir pagar o conjunto de compromissos que estão a ser assumidos por alguns partidos.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Falo do PS obviamente também, que está assumir compromissos que de maneira alguma, de forma alguma, permitem que depois os setores que são fundamentais, como a saúde, tenham o dinheiro necessário para continuar a funcionar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não sei se há mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados.

Se não houver mais intervenções vou dar a palavra ao declarante para encerrar o debate.

Não havendo, Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra para encerrar o debate.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Raramente, neste parlamento, ouvimos uma intervenção de um Membro do Governo tão desrespeitosa para com os cidadãos como aquela que foi proferida pelo Sr. Secretário Regional da Saúde.

O Sr. Secretário Regional da Saúde, ao contrário do que fez o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, que assumiu que a dívida da saúde era o

calcanhar de Aquiles da governação socialista, veio aqui fazer um discurso de fingimento, fingindo que estava tudo bem no Serviço Regional de Saúde.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

Deputado João Costa (*PSD*): É verdade!

O Orador: Faltou à verdade quando desresponsabilizou o Governo pelos pagamentos aos fornecedores. Ainda hoje é notícia desta manhã, que um grupo de fornecedores da ilha Terceira, que tem a receber 10 milhões de euros da saúde dos Açores, vai reunir de emergência preocupado com a dívida da Região.

Deputado António Marinho (*PSD*): É mentira atrás de mentira!

O Orador: É verdade ou mentira, Sr. Secretário?

O Sr. Secretário disse aqui com orgulho que a Região pagava a 210 dias.

Oh Sr. Secretário Regional da Saúde, então onde está a Região que pagava a 27 dias aos seus fornecedores como afirmava o Sr. Vice-Presidente do Governo?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não afirmava! São números publicados.

O Orador: Afinal na saúde, a saúde paga a 7 meses!

Como é que um governante, no estado em que está a economia dos Açores, pode estar orgulhoso com demoras de 7 meses nos pagamentos aos seus fornecedores?

O Sr. Secretário Regional da Saúde não sabe que esse comportamento está a ajudar a matar a economia açoriana?

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Estou orgulhoso!

Deputados João Costa e Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Está a ajudar a matar as pequenas empresas? As empresas familiares que esperam e desesperam pelo dinheiro que o Governo lhes deve e que o senhor não paga e que o seu Governo não paga?

Oh Sr. Secretário Regional da Saúde, para o PSD 7 meses na demora de um pagamento é muito tempo, é demasiado tempo. Não é um tempo ajustado ao momento em que vivemos e ao estado da economia que a governação socialista

nos Açores também agravou. Nós não aceitamos que o Governo deva durante 7 meses aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde.

Os senhores estão a matar a economia dos Açores.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: Oh Sr. Secretário Regional da Saúde, como é que V. Exa. faz o discurso, aqui o falso discurso, do estado financeiro controlado do Serviço Regional de Saúde quando a Região praticou a antecipação de duodécimos para este ano para adiantar dinheiro por conta do orçamento deste ano? Os duodécimos de novembro e dezembro de 2011 foram antecipados. Vai faltar dinheiro no final deste ano para satisfazer os compromissos que estão orçamentados.

Deputados Duarte Feitas (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): E esta?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é que o Sr. Secretário Regional da Saúde explica esta situação e esta necessidade de antecipar transferências do orçamento regional para as empresas públicas do setor da saúde?

Gostávamos de o ouvir, Sr. Secretário Regional.

Deputado Duarte Feitas (PSD): E esta agora!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se quisesse ouvir tinha feito um debate de urgência!

O Orador: É este o sinal do bom estado de saúde financeira do Serviço Regional de Saúde!

Eu sei qual é a sua atitude, Sr. Secretário. É que o senhor intimamente está convencido que o PSD vai ganhar as eleições em outubro...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh! Sim, sim!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e que somos nós que vamos ter de resolver o problema.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encontram-se presentes nas galerias os finalistas do jardim-de-infância “O Golfinho”, do concelho da Calheta, cujas educadoras e crianças saúdo.

(Aplausos da câmara)

Vamos fazer o nosso intervalo habitual de meia hora.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 50 minutos.

Até já.

(Eram 11 horas e 20 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 56 minutos)

Vamos prosseguir com as declarações políticas, para tanto tem direito a uma declaração política o Partido Popular, o CDS-PP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final de uma Legislatura é normal que se faça um balanço da ação governativa e se perspetivem soluções alternativas para o futuro.

Hoje, propomo-nos a avaliar o desempenho da Secretaria Regional da Saúde, infelizmente, o maior falhanço da governação socialista.

O Serviço Regional de Saúde (SRS) continua alicerçado no hospital-centrismo, encarecendo o seu funcionamento, que, por sua vez, já não tem capacidade de

pagar aos fornecedores e vê-se forçado a encerrar serviços vitais para, supostamente, racionalizar custos.

O CDS-PP sempre defendeu, e defende, uma mudança radical de paradigma na saúde. O pilar de qualquer Sistema de Saúde deve ser o doente e a porta de entrada no Serviço Regional de Saúde têm que ser os cuidados primários de saúde.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, recordamos que, por proposta nossa, foi aprovada, nesta Assembleia, legislação que majorou significativamente os apoios à fixação de médicos, essencialmente em especialidades mais carenciadas (como a medicina geral e familiar), e que aumentou substancialmente as indemnizações a pagar à Região em caso de incumprimento por parte destes médicos.

Mas o Governo Regional preferiu contratar médicos colombianos, em vez de aplicar a legislação que cativaria os jovens açorianos licenciados a fixarem-se na sua Região.

Médicos colombianos que vieram para resolver o problema da falta de médicos de família, a quem lhes foi atribuída uma lista de doentes, apesar de todos os alertas do CDS-PP de que tal não seria possível.

A visceral teimosia do Secretário Regional da Saúde...

Deputado João Costa (PSD): Visceral!

O Orador: ... foi de tal ordem que mandou inscrever doentes em listas que agora não existem, ...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Existem!

O Orador: ... ludibriando os utentes que, tal qual nós denunciámos, continuam sem médico de família, porque o não podiam ter sendo um médico colombiano. Foi também aprovada uma Resolução do CDS-PP nesta casa para que o Governo Regional promovesse novas saídas profissionais para os jovens açorianos licenciados em enfermagem, mas o estado a que chegou a Saúde na Região o que promove é à emigração destes jovens enfermeiros. Formamos para exportar.

O CDS-PP também apresentou uma iniciativa legislativa para que fosse criado no Serviço Regional de Saúde o Enfermeiro de Família, melhorando-se os cuidados de saúde de proximidade. O Governo e o PS não quiseram. Fizeram birrinha e anunciaram uma “experiência-piloto” que ainda não chegou a descolar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP foi mais longe e apresentou igualmente uma proposta para combater as vergonhosas listas de espera cirúrgicas.

Em 2009, por unanimidade, foi aqui aprovado o Vale Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Não vai funcionar. É uma barraca!

O Orador: É uma ferramenta importantíssima para reduzir as listas de espera nos Hospitais, mas o Governo (que reconheceu o mérito da nossa proposta) teima em não aplicá-la convenientemente.

Entretanto, fruto dos sucessivos falhanços da governação da saúde e dada a nossa especificidade arquipelágica, o CDS-PP fez aprovar, também por unanimidade, neste Parlamento, o aumento das diárias dos doentes deslocados para 70€. O Governo não cumpriu!

Outra proposta do CDS-PP e agora apropriada por outros foi o COMPAMID – medida única no País – que o Governo Regional teima em pagar atrasado aos seus utentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Incompreensível, incompreensível, inaceitável e reprovável foi a decisão de encerrar a Unidade de Cuidados Intensivos Coronários do novo Hospital da Ilha Terceira, contra todo e qualquer argumento clínico e científico.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade!

O Orador: Eu sublinho: contra todo e qualquer argumento clínico e científico.

Ao longo do último século muito se aprendeu sobre os mecanismos fisiopatológicos envolvidos na génese do infarto do miocárdio, possibilitando o desenvolvimento de estratégias terapêuticas e de prevenção. Este conjunto de conhecimentos científicos e clínicos levou a uma queda acentuada na taxa de mortalidade hospitalar por infarto do miocárdio.

A luta contra o ataque cardíaco é fruto da soma de avanços científicos (trombolíticos, antiagregantes e angioplastia coronária) e sobretudo da criação de novos modelos assistenciais como as unidades coronárias e centros de dor torácica.

Esta é que é a evolução da medicina.

Aliás, (e Sras. e Srs. Deputados, attem no que vou dizer) as recomendações da Sociedade Europeia de Cardiologia,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é a americana!

O Orador: ... elaboradas por um conjunto de especialistas e pelo Grupo de Trabalho para os Cuidados Cardíacos Agudos (ACC) da Comissão Europeia, seguidas pela Ordem dos Médicos e subscritas pelo Colégio de Cardiologia de Portugal, são claras no que diz respeito à estrutura, organização e operacionalidade das unidades agora chamadas de Cuidados Intensivos Cardíacos.

As Unidades de Cuidados Intensivos Cardíacos, uma evolução da unidade coronária, e as unidades de cuidados cardíacos intermédios (vou citar) “devem ser instalados em espaços independentes do Hospital, sendo constituídas por especialistas em cardiologia e enfermeiros com treino em cardiologia capazes de prestarem os melhores cuidados aos doentes.” Acabei de citar a Sociedade Europeia de Cardiologia e a Ordem dos Médicos de Portugal.

Sras. e Srs. Deputados, quem diz o contrário não sabe o que diz ou então é levado por pura teimosia e obstinação, defendendo e promovendo interesses atentatórios da eficiência e qualidade dos cuidados de saúde.

Assim, o Conselho de Administração do Hospital de Angra e o Secretário Regional da Saúde estão deliberadamente e sem qualquer fundamento clínico e científico a contrariar a *legis art*, contribuindo para um eventual aumento da taxa de mortalidade por patologia cardíaca e pondo em causa a saúde dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o CDS-PP tiver como espero uma palavra determinante na constituição da próxima maioria, os Açorianos podem ter a certeza que a Unidade de Cuidados Cardíacos Intensivos do novo Hospital da Terceira é para repor em funcionamento abem da saúde dos doentes, a bem da baixa da taxa de mortalidade e a bem de todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PPM)

Presidente: As regras do debate são por demais conhecidas. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pequena abordagem deste tema na sequência daquilo que já foi tratado aqui e muito bem pelo meu colega Ricardo Viveiros Cabral para acentuar alguns aspetos que, em nosso entender, se impõem neste debate.

Em primeiro lugar referir o grande orgulho que o Partido Socialista tem no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado João Costa)

O Orador: Nós temos procurado consolidar, modernizar e tornar esse sistema financeiramente sustentável.

Reconheço ao Sr. Deputado Artur Lima a tentativa de abordar aqui questões que são importantes, mas nós discordamos das conclusões que apresentou e do tom alarmista que aqui nos trouxe, para além de passar em revista as medidas

que o CDS-PP já apresentou num registo que se compreende a 3 meses de eleições.

Queria, por isso, destacar aquilo que tem sido a grande melhoria nos cuidados prestados nas unidades de saúde, os grandes investimentos, Sr. Deputado Artur Lima, que o senhor sabe e que em tempos até reconheceu que este Governo tem feito em prol da saúde nos Açores.

Aquilo que são os cuidados continuados, o que falta fazer, mas o muito que já foi feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não tive tempo!

O Orador: Na medicina preventiva, o muito que foi feito e aquilo que ainda é preciso fazer e nós sabemos.

Na saúde oral, Sr. Deputado, em tempos uma grande bandeira sua,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é minha, é do Governo!

O Orador: ... aquilo que nós já começamos a fazer e que vamos continuar a fazer depois de vencermos as próximas eleições.

Na própria saúde reprodutiva, uma questão que o senhor em tempos aqui falou e que nunca mais falou e que é uma matéria que também é muito importante para os açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Gravidez na adolescência!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto, nós queremos mesmo assim continuar a melhorar o sistema de saúde, tornando-o ainda mais qualificado ao nível da gestão, ao nível do planeamento e ao nível da qualidade que é prestada aos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a unidade coronária?

Deputado João Costa (PSD): Já perderam a oportunidade.

O Orador: Quando se fala de dívida, Sr. Deputado, (o senhor também teve essa tentação de falar na dívida) o Sr. Secretário já aqui referiu aquilo que é o grande esforço que nós estamos a fazer de dotar realisticamente o orçamento do Serviço Regional de Saúde: 74% de reforço no orçamento do hospital de Ponta Delgada; 36% de reforço no orçamento do hospital da ilha Terceira. Isso é um compromisso, Sr. Deputado. Isto significa que o PS tem objetivos e que depois

também pratica os instrumentos financeiros para podermos atingir esses objetivos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E é verdade que nós acumulamos uma dívida na saúde nos Açores. Já foi admitida, já foi reconhecida, mas é bom que se diga que esta dívida foi feita ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pelos Governos do PSD?! Ah!

O Orador: ... para modernizar o sistema, melhorar a acessibilidade ao sistema e qualificar ainda mais a resposta do serviço aos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso uma dívida que é gerível e será ultrapassada, ao contrário do que já foi dito aqui.

O PS continuará hoje, como fez no passado e continuará no futuro, a defender um Serviço Regional de Saúde público.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Aumentaram-na 30 vezes!

O Orador: Nós não somos como o Governo que os senhores apoiam na República, um Governo que defende serviço público para pobres e um serviço público para pobres será um pobre serviço público.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Nós vamos defender um Serviço Regional de Saúde público e defendê-lo-emos daqueles que à nossa esquerda têm uma visão conservadora e que não querem mudar nada, o que levaria à falência do sistema, e daqueles que à nossa direita, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está falando de quem?

O Orador: ... no fundo, o que estão a fazer é pôr em causa os fundamentos de um serviço de saúde público. A isso o PS diz não! Para isso basta o exemplo que estamos a assistir na República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Nós estamos por isso perante um grande desafio que o PS assume perante os açorianos, é o desafio da qualidade do sistema com sustentabilidade financeira e é isso que nós estamos a construir nos Açores, é este caminho que nós estamos a percorrer.

Por isso, Sr. Deputado Artur Lima, queria dizer-lhe com toda a frontalidade. O senhor veio aqui, e numa das passagens da sua declaração política, põe em causa num tom alarmista a saúde dos açorianos por via de algumas reformas que o Governo tem feito e que certamente o Sr. Secretário terá a oportunidade de explicitar. Mas queria dizer-lhe, Sr. Deputado, e queria para terminar apresentar 3 conclusões políticas.

A primeira é que o senhor não se pode eximir ao facto do seu partido, na República, fazer parte de um Governo e apoiar um Governo que está a dismantelar o serviço público de saúde.

Deputado João Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Portanto, a pergunta que se impõe é essa, Sr. Deputado: quais são então as soluções do CDS-PP quando os senhores no continente diziam aquilo que o senhor agora aqui disse hoje, nos Açores, e quando chegam ao Governo fazem precisamente o contrário e aquilo que fazem é reduzir...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: ... e dismantelar os serviços públicos, um estado social, particularmente pondo em causa a universalidade da saúde?

Essa é uma pergunta que o senhor tem de responder.

Deputado João Costa (PSD): Para além do mais não é verdade!

O Orador: Em segundo lugar, queria também dizer-lhe, Sr. Deputado, e isso aplica-se ao PSD, eu não posso deixar de referir que esta concertação, esta tentativa de constituir um pelotão de fuzilamento ao Sr. Secretário da Saúde,...

(Risos dos Deputados Artur Lima e João Costa)

... ao ponto de já terem pedido a sua cabeça hoje aqui, neste plenário,...

Deputado João Costa (PSD): A gente pede é os pés! A cabeça já lá vai!

O Orador: ... significa que os senhores não conseguem disfarçar (e isso para mim não é surpresa) a frustração que já sentem pelos trabalhos da comissão de inquérito que os senhores propuseram.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Os senhores não estão a conseguir validar as suas teses, as suas suspeitas e já estão aqui a antecipar conclusões e a procurar acertar contas com o Governo Regional. Essa também é uma verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Por último, Sr. Deputado, queria também fazer-lhe uma pergunta.

Queria perguntar-lhe se o senhor também defende aquilo que o Deputado Pedro Gomes, em nome do PSD, já aqui defendeu?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Os açorianos têm que estar com muita atenção a este debate, Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E estão, Sr. Deputado, a ouvir as barbaridades que o senhor está a dizer!

O Orador: Virem aqui defender um resgate da dívida do Serviço Regional de Saúde é mais uma vez um gato escondido com o rabo de fora. Os senhores estão a defender o resgate da saúde nos Açores porque os senhores não têm soluções para a saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quais senhores?

O Orador: ... não têm uma ideia, uma proposta e uma medida e aquilo que os senhores se preparariam para fazer era o que se está a fazer na Madeira, que é

desistir da saúde nos Açores e entregar a gestão do setor ao Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Isso o PS não concorda. Mas digo-lhes, Srs. Deputados, os senhores podem defender isso, mas não farão porque depois das próximas eleições os senhores continuarão onde estão, continuarão na oposição a ver o PS governar e a desenvolver os Açores. É isso que vos espera.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (*PSD*): Ainda assim conseguiu falar mais de saúde do que o seu candidato!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sobre doenças coronárias, nada, Sr. Deputado!

O Orador: Relativamente à declaração política do Sr. Deputado Artur Lima gostaria de responder, ou pelo menos comentar, as várias afirmações que fez aqui.

A primeira de todas em relação ao falhanço do Serviço Regional de Saúde. Creio que não se pode afirmar isto quando nós inaugurámos em março um novo hospital na ilha Terceira, quando inaugurámos a nova unidade de saúde na ilha Graciosa, quando vamos lançar a obra do centro de saúde de Ponta Delgada, a ampliação do centro de saúde de Vila do Porto e quando a obra do Bloco C cresce a olhos vistos, aqui, no Faial.

Deputado João Costa (*PSD*): Injeções de betão que os açorianos agora levam!

O Orador: Não podemos falar efetivamente de falhanço. Estamos a melhorar e muito as infraestruturas de saúde do setor.

Por outro lado, Sr. Deputado, tal como informei a comunicação social,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado João Bruto da Costa.

O Orador: ... nós realizámos um estudo de opinião sobre o atendimento nos hospitais...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Curiosamente não está publicado!

O Orador: ... e à pergunta como classifica o atendimento no hospital apenas 3% (repite, 3%) da população considerou que era um mau atendimento; 60% dos açorianos considera que o atendimento é bom e 35% razoável.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Em relação à prestação de serviços médicos, igualmente 3,9% considera má (apenas 3,9%), quando razoável 33% e quando boa 60% dos açorianos.

Portanto, não falaria em falhanço.

Gostaria de fazer uma pergunta, que era saber que serviços é que foram encerrados? Se está a falar só da Unidade de Cuidados Coronários, não intensivos, mas coronários do hospital de Angra, que foi integrada nos Cuidados Intensivos Gerais ou se está a falar de outros serviços que eu desconheça, porque nós aqui não encerramos serviços.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Serviço de cardiologia.

O Orador: Nós aqui damos mais acessibilidade nos Açores aos cuidados de saúde por parte da população, ao contrário de estarmos a fechar centros de saúde e a fechar hospitais como é o caso do continente.

Relativamente aos cuidados primários, o Sr. Deputado aqui veio dizer que o CDS-PP tinha o mérito de ter conseguido a fixação dos médicos de medicina geral e familiar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Propostas!

O Orador: Por proposta, exatamente.

Mas em que legislatura? Na atual ou na anterior? Nesta?

Eu não me lembro dessa proposta. Isso foi em 2007, segundo me recordo foi em 2007. Não foi nesta legislatura.

Relativamente aos médicos colombianos, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é esse!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O problema é esse!

O Orador: ... é falso que os médicos colombianos não tenham que ter lista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm!

O Orador: Eles podem ter uma lista de utentes e têm lista de utentes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm!

O Orador: ... que eu dei indicações para que tivessem lista de utentes.

O médico pode não ser o médico de família, mas é o médico assistente daquela população. As pessoas têm direito a um médico, a um médico assistente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não é médico de família, então vou ler as suas declarações.

O Orador: Pode não ser considerado por parte da Ordem dos Médicos médico de família, mas isto é uma questão de formalismo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe! Está aqui!

O Orador: ... porque o que interessa são os açorianos que não têm médico de família e que agora podem, ou em São Mateus, ou na Terra Chã, ter acesso, na sua freguesia, na sua localidade a um médico. Como é o meu caso até e que vou a um médico em São Mateus.

Portanto, nós alargámos consideravelmente e diminuámos o número de açorianos sem médico de família. É falso que eles não possam ter lista e que não possam ser responsáveis pela saúde, pelo nome daquelas pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm lista!

O Orador: Têm, sim senhor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Têm lista?!

O Orador: Em relação a isto, aquilo que podemos dizer, Sr. Deputado, em relação à fixação e ao apoio à fixação dos médicos, aquilo que está a passar ao lado do Sr. Deputado foi o acordo coletivo de trabalho que realizámos com os sindicatos dos médicos e aqui conseguimos que cada médico de família, cada

médico de medicina geral e familiar com 35 horas possa aumentar a sua lista para mais mil utentes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Veja o que vai dizer, Sr. Secretário!

O Orador: Com isto nós vamos reduzir e muito o número de açorianos sem médico de família e o mérito nesse caso, Sr. Deputado, é do Governo. Foi o Governo que se sentou à mesa com os sindicatos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... e nas palavras dos próprios sindicatos foi um dia histórico para a saúde nos Açores.

Relativamente ao enfermeiro de família gostaria de relembrar ao Sr. Deputado que o enfermeiro de família é um projeto da Ordem dos Enfermeiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! Foi apresentado aqui.

O Orador: Não é um projeto do CDS. A ordem já desmentiu e já veio dizer isto. O senhor é que se aproveitou disso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é mentiroso!

O Orador: Porque o projeto é da Ordem dos Enfermeiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é mentiroso! Está a mentir!

O Orador: Em relação ao Vale Saúde não existe um falhanço da parte do Governo na aplicação do Vale Saúde. O que existe é uma falta de visão da parte do CDS-PP.

São inúmeros os açorianos que contactamos para dizer que têm uma cirurgia, numa clínica fora da sua ilha, que recusam e quanto a isso nós não podemos fazer nada. Nós não vamos obrigar os açorianos a terem que se enfiar num avião da Terceira, por exemplo, para ir a uma cirurgia a São Miguel. Não vamos obrigá-los. Continuam na lista de espera do hospital porque preferem esperar pela cirurgia no hospital de Angra.

Deputado João Costa (PSD): Agora a culpa é dos utentes! Essa é boa!

O Orador: Portanto, há aqui uma falta de visão desta iniciativa. Aquilo que me parece é que deve existir uma reflexão, apurado o relatório de 2012, deve ser feita uma reflexão nesta casa sobre a pertinência efetiva deste instrumento que foi proposto pelo Vale Saúde.

Relativamente à Unidade de Cuidados (que o senhor diz) Intensivos Coronários, porque não existe cuidados intensivos coronários,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não existe? Não existe cuidados intensivos coronários?

O Orador: ... nunca existiu, os médicos estavam de prevenção. Aquilo que nós conseguimos no novo hospital de Angra, no novo hospital da ilha Terceira e que deve ser dito para todos os terceirenses, é que antes nós tínhamos um hospital que tinha uma Unidade de Cuidados Coronários com prevenção de médico, tinha presença de enfermeiro, o médico estava em casa de prevenção e tínhamos uma Unidade de Cuidados Intensivos que também tinha recurso ao trabalho de prevenção noturno.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E funcionava mal?

O Orador: Funcionava muito bem a Unidade de Cuidados Intensivos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: A Unidade de Cuidados Intensivos sempre funcionou bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E cardiologia?

O Orador: E agora temos uma Unidade de Cuidados Intensivos com permanência de médico 24 horas por dia.

Sr. Deputado, os ganhos em saúde transpõem muito aquilo que se perde pelo fecho da Unidade de Cuidados Coronários. Transpõe muito! O benefício existe e só vai trazer segurança ao doente, porque todos os casos complicados da parte da cardiologia seguiam todos para os Cuidados Intensivos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor nega a ciência!

O Orador: Então se já seguiam todos para os Cuidados Intensivos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Não é falso, não senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: ... porque não fazê-lo agora?

O Sr. Deputado vem aqui dar dois pareceres técnicos, que é o parecer da Sociedade Europeia de Cardiologia e da Ordem dos Médicos. Em relação à Ordem dos Médicos creio que toda a gente nesta casa, até o Sr. Deputado em

intervenções passadas, sabe que a Ordem dos Médicos faz uma defesa corporativa da sua classe, portanto por aí estamos falados.

Em relação à escola europeia gostaria de dizer que existe uma escola que é a escola americana, que por acaso é aplicada em Espanha. Nos nossos vizinhos aplica-se a escola americana no campo da cardiologia. Além disso, os novos hospitais que estão a surgir no continente e que estão a abrir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Privados! Vai contra o que os senhores dizem!

O Orador: ... de igual dimensão, estão a surgir com esta solução da Unidade de Cuidados Coronários integrada na Unidade de Cuidados Intensivos Gerais.

Para além disso, Sr. Deputado, é falso que esta decisão tenha sido tomada sem qualquer parecer técnico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem?

O Orador: Desde logo contou com a colaboração de várias empresas especializadas no setor da saúde...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais? O senhor desvaloriza a Ordem dos Médicos. Quais?

O Orador: ... quando foi o desenho do plano funcional.

Presidente: Sr. Secretário tem que terminar.

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado, tenho (não precisamos sair dos Açores para saber o que é que é melhor aqui, na nossa casa), pura e simplesmente, o parecer técnico do coordenador regional do programa das doenças cérebro-cardiovasculares, que avaliza a solução que está implementada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é?

O Orador: ... no hospital de Santo Espírito, da ilha Terceira. Não é nada mais, nada menos do que o Diretor de Serviço da Cardiologia do Hospital de Ponta Delgada.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, um serviço de excelência sim, aqui nos Açores que temos, que é o Serviço de Cardiologia em Ponta Delgada.

Por outro lado, Sr. Deputado, o que parece que existe...

Presidente: Tem que abreviar, Sr. Secretário.

O Orador: Só um momento.

Já analisei a questão da cardiologia em Angra.

Presidente: Tem que abreviar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

É a questão do acesso às consultas. O Sr. Deputado não tocou aqui num ponto que diz respeito a todos os açorianos e a todos os terceirenses. O acesso à consulta de cardiologia tem que ser aumentado. Nós temos médicos no hospital de Angra que estão a produzir um terço da produtividade de um médico que existe ou na Horta ou no hospital de Ponta Delgada.

Portanto, o que tem de ser incentivado é o número de consultas pelos profissionais de cardiologia do hospital de Angra e foram essas orientações que já dei ao conselho de administração de Angra, porque aí sim estaremos a prevenir e estaremos a diminuir a ocorrência da taxa de mortalidade por problemas de cardiologia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para referenciar algo que há pouco já tinha também destacado na intervenção que realizei sobre esta área, a área da saúde, na Região Autónoma dos Açores.

Tem a ver de facto com as questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, que tem toda a razão quando falou das várias propostas, nomeadamente apresentadas pelo CDS-PP e que são muitas delas direcionadas para populações mais desfavorecidas e que estavam longe de ter...

Deputado Francisco César (PS): O senhor nem sabe quais são as populações!

O Orador: ... os cuidados de saúde, ou de ter acesso, um acesso razoável ao Sistema Regional de Saúde.

O que se tem verificado é que muitos desses mecanismos que foram criados depois não funcionam. Não funcionam por incapacidade de gestão de Vs. Exas. Depois, referenciar também, dizer aqui “que são um partido muito preocupado com as questões da saúde, que são um partido muito preocupado e uma governação muito preocupada com as áreas sociais.”

Deputado Ricardo Cabral (PS): E é verdade!

O Orador: Eu pergunto: se é assim, por que é que devem mil milhões de euros neste setor? Por que é que o setor da saúde deve mil milhões de euros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não sabe?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe tudo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao pé de si sou um catedrático!

O Orador: Se os senhores estão tão preocupados com este setor, se é tão prioritário por que é que tem uma dívida brutal este setor?

A questão aqui é de facto que os senhores, em termos de discurso político e da prioridade que os senhores dizem que lhe dão,...

Bom, quando um assunto é prioritário nós damos-lhe o dinheiro para que ele possa funcionar e o que nós nos apercebemos é que ao longo destes anos os senhores suborçamentaram claramente este setor, portanto, tem uma dívida brutal.

Ora isto não é de quem considera que o setor é prioritário. Penso que isto é evidente!

Depois o desastre ao nível dos fornecedores, nos atrasos dos pagamentos... É evidente que isto é insustentável!

Os senhores têm uma situação que piora de mês para mês. Aqui a questão é esta: o que é que os senhores vão fazer?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a solução?

O Orador: O que é que vão alterar para que o setor não se afunde?

Também não apresentaram esta solução.

Como é que vão pagar esta dívida? Como é que vão pagar a dívida brutal do setor?

Deputado Francisco César (PS): O senhor só dá novidades!

O Orador: Também não explicaram.

Como é que vão acertar as dívidas com os fornecedores que já estão a começar a cortar no fornecimento ao sistema?

Como é que o vão fazer?

É com o discurso do Sr. Deputado San-Bento a dizer que é prioritário, é prioritário?

O que é que os senhores vão fazer?

Também não disseram.

Portanto, já tiveram hoje, por duas vezes, a oportunidade de referenciar aqui como é que vão atacar este problema, porque é um problema que aos olhos dos açorianos que está a acumular a dimensão do descalabro financeiro do setor e os senhores não referenciaram uma única medida.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Não referenciaram.

Como é que pagam a dívida? Expliquem-me.

Têm a oportunidade de poder explicar ao longo desta sessão como é que pagam a dívida.

Deputado José San-Bento (PS): Eu já expliquei!

O Orador: Como é que pagam aos fornecedores, como é que vão fazer isto, porque eu lembro-me (e termino já, Sr. Presidente, já sei) do discurso do Sr. Secretário da Saúde.

“Agora é que é. Temos o problema resolvido.”

O senhor disse isso ou não disse?

E afinal o que nós vemos é um problema acumular-se.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Já disse que há uma parte económica e uma parte financeira.

O Orador: No seu discurso no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, quem quiser pode reler, o senhor estava contente finalmente com as dotações que lhe eram dadas. O que está a suceder é que se está a demonstrar completamente desadequado para as necessidades e o Sr. Secretário sabe que é verdade.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não tenho culpa de não pagarem!

O Orador: Completamente desadequado e o problema está a aumentar.

O Sr. Secretário tinha a oportunidade de dizer: “Vamos resolver isto desta forma.”

Não o disse. Não apresentou nenhuma solução e eu há pouco (escuso de lho dizer até porque já vai terminar o meu tempo) já lhe disse o que é que se tem de fazer.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Tem-se pago todos os dias!

O Orador: Tem que se assumir as prioridades do ponto de vista do orçamento. Considero que isso é fundamental.

Depois, termino, fazendo uma referência muito breve à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento que termina sempre ...

Deputado José San-Bento (PS): José San-Bento!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, não é?

... com um número de pitonisa. É sempre a mesma coisa!

“Digo isto, isto e isto e o PS vai ganhar.”

Já ouvimos isso em relação às eleições de há um ano atrás e não é verdade.

O Sr. Deputado se continuar a insistir com esse número de pitonisa sabe o que é que lhe acontece?

O que acontecia anteriormente: é mandado da rocha abaixo se continuar a falhar, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Posso mostrar-lhe as sondagens!

Deputado Duarte Freitas (PS): Mostre!

Deputado Berto Messias (PS): Peça as sondagens verdadeiras!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Os vossos apartes estão a prejudicar ligeiramente o decorrer do debate.

Vamos prosseguir o debate.

Sr. Deputado António Marinho quer deixar o seu colega Pedro Gomes falar?

Se deixar eu dou-lhe a palavra.

Tem a palavra Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuamos e muito bem a debater as questões da saúde esta manhã.

Apesar do debate ir avançado o que é verdade é que a resposta do Sr. Secretário Regional da Saúde continua no mesmo tom.

O Governo Regional e a maioria que o apoia nesta câmara confundem a política de saúde com a política de construções de edifícios na saúde,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... esquecendo que as pessoas não são edifícios e que os edifícios não dão a resposta completa aos graves problemas do Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não está a ser correto!

O Orador: Os edifícios são importantes, as infraestruturas são importantes para uma boa política de saúde, mas se não houver bons profissionais, um acesso equitativo e justo dos cidadãos aos cuidados primários de saúde, se não houver uma gestão rigorosa e uma saúde devidamente estruturada então toda a política de saúde falha, como tem falhado até agora.

Sobretudo tem falhado a um preço exorbitante. Disse há pouco que a dívida do Serviço Regional de Saúde aumentou 30 vezes desde 1996, é neste momento já um quarto de toda a riqueza que a Região produz. Este é o resultado da política de gestão do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Como é que o senhor vai resolver isso?

Os açorianos têm de saber para poderem votar nos senhores!

O Orador: Esta é a consequência dramática para os açorianos, para os contribuintes açorianos da gestão errática, incapaz, incompetente do Governo Regional na área da saúde.

A Região Autónoma dos Açores não tem condição para sozinha resolver este problema. Precisamos de nos entender com a República para sanearmos financeiramente o Serviço Regional de Saúde.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É Lisboa que vai resolver aumentando as taxas moderadoras!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Não é o que os utentes dizem!

Deputado Francisco César (*PS*): É uma vergonha!

O Orador: A Região não tem recursos suficientes para...

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Vai pagar adiantado?!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Escuta! Escuta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Faça favor de prosseguir.

O Orador: ... pagar esta dívida e pagar os compromissos futuros.

Aliás, a Região, este Governo Regional apoiado por esta maioria, não tem capacidade para pagar 135 milhões, está a negociar um resgate com o Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Costa (*PSD*): Diga lá! É uma vergonha!

O Orador: Se não consegue pagar 135 milhões, como é que vai pagar mil milhões?

Para que fique claro também quanto à questão (e quero aqui responder à Sra. Deputada Zuraida Soares porque não tive ocasião de o fazer há pouco por uma

questão de tempo) da relação financeira da Região com o Serviço Nacional de Saúde.

Queria lembrar à câmara e aos Srs. Deputados do Partido Socialista, que pelos vistos andam entusiasmados com esta questão, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Que vergonha!

O Orador: ... que me lembre foi um governo do Eng. António Guterres, socialista, que pela primeira vez pediu à Região, na altura com um governo do PSD, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Devia-se benzer cada vez que fala do Eng. Guterres!

O Orador: ... o pagamento dos tratamentos dos doentes no Serviço Nacional de Saúde.

Deputado João Costa (*PSD*): É verdade! Bem lembrado!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): O senhor é que disse aqui!

O Orador: Na altura o Secretário Regional da Saúde, António Meneses, recusou esse pagamento com toda a clareza. Esta é uma questão que se tem vindo a arrastar ao longo dos anos e que pode ser resolvida através de uma negociação política com o Governo da República dado que o Sr. Secretário da Saúde também assumiu em 12 de novembro de 2010 que havia esta dívida. Sabe, Sr. Secretário da Saúde? Não se lembra.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): O senhor é que disse aqui!

O Orador: Não, não! Não se lembra, mas vou lembrá-lo, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário, ouvido pela Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, no dia 12 de novembro de 2010, disse taxativamente em resposta ao então Sr. Deputado Domingos Cunha: “A dívida ao Serviço Nacional de Saúde é de 30 milhões de euros.”

O senhor assumiu há dois anos uma dívida que agora recusa e que o Sr. Presidente do Governo Regional diz que não existe. Afinal há dívida ou não há dívida?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O senhor já nem se lembra daquilo que diz!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): O senhor não pode vir dizer isso, quando nem posso intervir.

Deputado António Marinho (*PSD*): Já não se lembrava!

O Orador: Foi o senhor que disse isto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Secretário Regional da Saúde, sabe o que é que mudou? Mudou o Governo da República e aí sim os senhores mudaram de opinião.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sr. Deputado Duarte Freitas, dê-nos tempo para responder.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: É verdade!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: O PSD volta a dizer: é preciso dialogar com o Governo da República e fazer o deve e o haver daquilo que têm sido os tratamentos dos doentes no Serviço Nacional de Saúde, mas também aquelas que são as dívidas de um conjunto de subsistemas à Região Autónoma dos Açores e que o Governo Regional diz que se situarão hoje no valor de 40 milhões de euros.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sr. Deputado Duarte Freitas, 2 minutos para o Governo responder?

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É preciso fazer estas contas, é preciso conversar com o Governo da República, é preciso fazer aquilo que os senhores não fazem com a República, porque os senhores afinal em relação à República apenas reclamam e não se sentam para dialogar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Não é verdade!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não pode é continuar a fazer perguntas que não podem ter resposta.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Termino já.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que o senhor queria era um debate de urgência!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Saúde, nos últimos dias tem abundantemente referido este famoso estudo que o Governo mandou fazer (hoje aqui, a semana passada, duas vezes pelo menos) com grande intensidade. Curiosamente esse estudo não está publicado na página da Secretaria da Saúde ao contrário de outros estudos. Gostaríamos que o publicasse para podermos também consultá-lo.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Até lhe envio os estudos!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os seus amigos sociólogos dizem que não têm razão!

O Orador: Sr. Secretário vou terminar, porque não tenho mais tempo para lhe dizer o seguinte.

Provavelmente, Sr. Secretário Regional da Saúde, os senhores em 2007 anunciaram um programa de 4 milhões de euros “para acabar [e estou a citar] as listas de espera em cirurgia na Região Autónoma dos Açores”. Para acabar! 2007!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Onde é que está?

O Orador: Cinco anos passados há 1819 doentes em lista de espera, 762 há mais de 3 anos.

Sr. Secretário Regional da Saúde, acha que estes doentes estão satisfeitos com o Serviço Regional de Saúde? Eu acho que não.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não sei se há mais intervenções. Não havendo mais intervenções vou dar a palavra ao declarante para encerrar o debate

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, eu acho absolutamente extraordinária a desfaçatez com que o senhor aqui desconsidera um organismo europeu, a Sociedade Europeia de Cardiologia, as suas recomendações e as suas *guidelines*.

Acho uma desfaçatez inaceitável com que o senhor desconsidera o Colégio de Cardiologia da Ordem dos Médicos.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não desconsiderarei!

O Orador: O senhor desvaloriza a opinião deles. O senhor faz aqui um atentado àquele que é o bom exercício da medicina,...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Onde está o parecer deles?

O Orador: ... àquelas que são as *guidelines* internacionais e europeias. E Sr. Secretário, que eu saiba, Portugal e os Açores integram-se na Europa, estão sujeitos às regras europeias, não às americanas e são essas regras que nós temos de seguir, Sr. Secretário.

O senhor veio aqui falar de betão, apenas de betão e vou dizer-lhe mais. A mortalidade cardíaca, por doença isquémica do coração diminuiu e muito devido a uma coisa: as Unidades de Cuidados Coronários, modernamente chamadas agora de Unidades de Cuidados Intensivos Cardíacos.

A evolução é cada vez mais particular, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É preciso ver o número de médicos.

O Orador: Os senhores estão a regredir.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É preciso ter segurança.

O Orador: Os senhores estão a aumentar a taxa de mortalidade por doença do coração nos Açores irresponsavelmente. Sabe porquê já agora?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É mentira!

O Orador: Já agora nem sequer é uma questão economicista, porque o que os senhores estão a fazer é aumentar a despesa, é dando presença física a quem não precisa dela, é destruindo um serviço que sempre funcionou bem, é dando tacho a quem o pede...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Cardiologia precisa de presença física.

O Orador: ... e aos vossos comissários políticos que é quem está agora a receber dinheiro. É isso que os senhores estão a fazer e depois falta dinheiro para pagar a fornecedores, mas o senhor tem dinheiro para dar 4 presenças físicas a um serviço,...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): É falso!

O Orador: ... em *rollman*, e veja se assim não tem dinheiro para pagar aos fornecedores.

O Governo não é de palavra e isso é a pior coisa que pode acontecer a um Governo. O senhor está a destruir, a dismantelar o Serviço Regional de Saúde e um dos mais importantes avanços da medicina que foram as Unidades Coronárias, que foram responsáveis pela diminuição drástica da mortalidade por doença cardíaca, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): O que é preciso são mais consultas. Os terceirenses querem mais consultas.

O Orador: Isso é um atentado à saúde dos doentes e os senhores têm que ser aqui acusados disso. Os senhores vão contribuir para o aumento da taxa de mortalidade por doença cardíaca.

Eu faço-lhe a pergunta: no hospital de Ponta Delgada há ou não um serviço de cardiologia com unidade de cuidados?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Há hemodinâmica! É isso que tem de existir.

O Orador: Há ou não, Sr. Secretário?

Em Ponta Delgada o serviço continua a existir ou não, Sr. Secretário? É essa a pergunta.

Por que é que em Ponta Delgada existe e no hospital da Terceira não existe?

Esse requisito é falso e o senhor não sabe o que diz mais os ignorantes que o apoiam, Sr. Secretário, nomeadamente o conselho de administração.

O senhor quer-me convencer que a opinião de um especialista por quem eu tenho imenso respeito por ele (imenso respeito e consideração) é mais válida do que a opinião de um grupo de peritos europeus que emitiu essas recomendações?

Que é mais válida que as *guidelines* da Sociedade Europeia de Cardiologia?

Que é mais válida que o Colégio de Cardiologia da Ordem dos Médicos?

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Onde é que está esse parecer? Vi um *email* informal. Não vi um parecer formal!

Deputado João Costa (PSD): Tem de ser timbrado!

O Orador: Quer-me convencer disso, Sr. Secretário?

A Sociedade Europeia de Cardiologia é pública, as *guidelines* são públicas. Era só ir buscá-las, Sr. Secretário.

Deputado João Costa (PSD): Mas não pode ser por *email*, aparentemente. Tem de ser por papel timbrado!

O Orador: Agora os senhores têm dois pesos e duas medidas: num mantem-se o Serviço de Cardiologia tal e qual estava; no outro extingue-se prejudicando os doentes.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Há requisitos para a segurança dos utentes.

O Orador: Agora devo-lhe dizer o seguinte, Sr. Secretário, o acesso à consulta. Oh Sr. Secretário, se houve quem criticou isto, o acesso às consultas e que eu aqui referi que aumentava em 100% os tempos de espera nos Açores porque as pessoas esperavam 3 meses para ir ao médico de família, mais 3 meses ou 4 para ir ao especialista ao hospital, um ano em algumas especialidades,...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Cardiologia, por exemplo.

O Orador: ... e depois ainda ficavam 2 anos na lista de espera, ou seja, aos tempos do Deputado Pedro Gomes o senhor tem de acrescentar 2 anos. Portanto, os doentes não estão à espera de uma cirurgia há 2 anos, estão há 4 anos, porque não conseguiram ir à consulta, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade! Isso é fantasia!

O Orador: É isso que o senhor não faz, nem consegue fazer.

É só aplicar a receita que o Governo Regional aplicou aqui pela voz do Sr. Presidente: “Eu sei que tinha falta de muitas coisas, mas eu sei também que é

preciso mais meios financeiros, mais dinheiro, mais dinheiro no sistema para conseguirmos o que queremos.”

Onde é que está o dinheiro?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é dinheiro, é má gestão!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Olhe quem está falando!

O Orador: O senhor assinou um protocolo com os prestadores de serviços de análises clínicas em agosto do ano passado, onde o senhor se comprometia a pagar a 50 dias. Há quantos meses não paga a essa gente?

Há 7 meses!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

O último mês que o senhor pagou foi dezembro, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Depende da unidade de saúde.

Deputado João Costa (PSD): Foi dezembro, sim senhor!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, vou dizer-lhe uma coisa. O senhor realmente está a fazer o seu caminho para o secretário da propaganda para ver se não fica atrás. Está realmente a fazer a dizer as barbáries que acabou aqui de dizer.

O problema aqui que o senhor defendeu é que o Governo Regional dos Açores se demitiu de governar.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor desconsidera os adversários quando é confrontado. Responda com a sua sabedoria universal.

O Orador: O Governo Regional dos Açores demitiu-se de governar.

Presidente: Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

O Governo Regional dos Açores desistiu de governar...

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sr. Deputado! Responda às perguntas!

O Orador: ... e agora a única desculpa para não governar é o Governo da República. É isso que o senhor faz porque não sabe dizer outra coisa e sobre saúde o senhor não percebe nada.

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: E mais!

Quem fechou serviços no continente, quem iniciou a política de encerramento de serviços chama-se António Correia de Campos, Ministro do Partido Socialista...

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e que os senhores nunca criticaram aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Criticámos!

O Orador: António Correia de Campos que os senhores não criticaram pelo fecho de única urgência, de um único centro de saúde, o senhor nunca criticou. Portanto, o senhor não tem moral...

Deputado José San-Bento (PS): Está bem!

O Orador: ... para vir aqui criticar o que quer que seja. Não tem, Sr. Deputado!

Digo-lhe mais uma coisa.

Quanto à questão do pagamento da dívida o Sr. Deputado anda, como sempre, distraído na sua demagogia populista.

Deputado José San-Bento (PS): É!

O Orador: Porque quem se pronunciou primeiro sobre isso não foi o Sr. Presidente do Governo, nem foi o Partido Socialista, foi o CDS e nesta casa, nomeadamente quando nem as receitas dos Açores eram aceites no continente. Os senhores o que é que disseram na altura? Nada!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Porque os senhores têm dois pesos e duas medidas.

Na sua cobardia o senhor esteve aqui calado, não disse nada.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade. Foi o que foi aqui dito.

Nem as receitas que apenas foi resolvido com a introdução do Cartão de Cidadão e, portanto, os senhores não têm credibilidade para vir aqui criticar aquilo que não foram capazes de criticar...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... com o Governo da República do Partido Socialista e isso é que é uma vergonha porque o Governo desiste de governar e anda a arranjar bodes expiatórios para não governar,...

Deputado José San-Bento (PS): E as perguntas?

O Orador: ... ludibriar e enganar os açorianos, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Deputado José San-Bento (PS): E não respondeu às perguntas, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tenho aqui uma lista, aliás com um único nome, apresentada pelo Partido Socialista, relativamente ao Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante.

Como vamos ter mais dois dias de PTAP vou dar a palavra, para uma intervenção, no âmbito do artigo 76.º, ao Sr. Deputado José Gregório Ávila.

(Neste momento, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gaspar Lima)

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, está no uso da palavra o Sr. Deputado José Gregório Ávila.

Tem a palavra.

O Orador: Há dezasseis anos houve uma mudança de paradigma na Ilha Graciosa. De uma postura resignada perante a inércia dos Governos que exerceram as suas funções até 1996 e a incapacidade local para dinamizar a economia, que definhava lentamente, fator que levou, nos anos oitenta, à emigração massiva de cerca de 25% de Graciosenses, que procuraram lá fora oportunidades que lhes eram negadas na sua própria terra, passámos para uma nova atitude que levou a uma completa infraestruturização da ilha, tal como aconteceu no restante arquipélago, começando por áreas fundamentais, como a energia, a educação ou a saúde, passando pela reabilitação das estruturas de transportes marítimos e aéreos e da rede viária, chegando às áreas económicas, como a agricultura com a construção da nova fábrica de laticínios, ou as pescas com a construção do porto de pescas, lota e casas de aprestos ou ainda no turismo com a construção de um hotel de quatro estrelas, culminando no apoio social, que andou até 1996 pelas ruas da amargura.

Foi com a convicção de que o muito que foi feito é muito mais do que está por fazer, que o Governo dos Açores esteve, no passado mês de junho, a cumprir mais uma visita estatutária à Ilha Graciosa, dando um forte sinal às populações que as conquistas do estado social são para manter e, nalguns casos, passíveis de reforço, apesar dos ataques perpetrados por Lisboa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: É mesmo assim. A humildade que orienta a nossa ação política faz-nos reconhecer que não está tudo feito, nem que somos os donos de toda a verdade ou que os virtuosos estão apenas do nosso lado. Mas esta postura coerente nunca nos fará abdicar do enorme orgulho que temos pelo trabalho imenso feito por todas as ilhas dos Açores, incluindo, claro está, a Graciosa.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A inauguração do novo Centro de Saúde, testemunhado por centenas de Graciosenses, foi, sem dúvida, o momento mais importante desta visita. O moderno edifício, capaz de proporcionar um serviço de melhor qualidade e com melhores condições para os profissionais e utentes e com o dobro da área do anterior, vai substituir um outro, obsoleto e que já não tinha condições para um cabal desempenho na prestação dos cuidados.

Fazendo parte integrante de uma política responsável na preservação do ambiente foi inaugurado o novo Centro de Processamento de Resíduos, que facilitará a gestão deste problema, nomeadamente com a exportação de grande parte dos resíduos produzidos, ficando naquela ilha apenas 25% e que serão passíveis de valorização. Este processo culminará com a selagem das lixeiras a céu aberto e com o encerramento e a recuperação do aterro sanitário existente mesmo ao lado da pista do aeroporto e que dá uma imagem negativa a quem nos visita.

Enquanto o governo de Passos Coelho fecha serviços da responsabilidade do Estado, como aconteceu recentemente na Calheta de S. Jorge, com o encerramento da repartição de finanças, ou o que se prepara para fazer no Nordeste ou na Povoação, com o encerramento dos tribunais, o Governo Regional aposta em aproximar a administração regional aos Açorianos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Por isso inaugurou o terceiro posto RIAC, naquela ilha, este na freguesia da Luz, que irá proporcionar à população o acesso a uma diversidade de serviços, incluindo a marcação de consultas médicas, já a partir deste mês de julho.

O Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz foi também inaugurado depois de totalmente requalificado, com a remoção das barreiras arquitetónicas e dotado de equipamentos modernos que proporcionam uma melhor qualidade de vida aos seus utentes.

Foi inaugurado também um miradouro no caminho florestal da Caldeira, que irá melhorar a oferta turística.

Foi também inaugurada a segunda fase do caminho agrícola Barreiro – Vales, uma obra há muito pedida pelos agricultores daquela zona e que irá servir várias explorações agrícolas.

Além da conclusão destas obras e no âmbito do Conselho de Governo que decorreu durante aquela visita, foram ainda tomadas decisões importantes, nomeadamente com vista a reabilitar a Escola da Vila da Praia, a melhorar algumas vias de comunicação, apoiar os espaços TIC, iniciar os procedimentos para o lançamento do concurso da Marina da Barra, reabilitar moradias para realojar famílias carenciadas, contratar mais um médico para o período do verão, implementar o serviço de enfermagem ao domicílio aos sábados para evitar a ida de alguns doentes à urgência, ajudar a Adega e Cooperativa na contratação de um plano financeiro para a execução do seu projeto de modernização, lançar a terceira fase do caminho agrícola Barreiro – Vales, entre outras.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda!

O Orador: Foram ainda apresentados projetos de tecnologia de ponta, como o SuperDARN, que incluirá a estação de radares da Graciosa numa vasta rede de 25 estações, ou a instalação definitiva do programa meteorológico ARM.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas inaugurações e estes anúncios de processos que estão em andamento ou prontos para arrancar, fazem parte dos compromissos apresentados a sufrágio em 2008. Não vamos cumprir tudo, infelizmente, mas é preciso lembrar todos aqueles – já bem poucos, felizmente – que dão saltinhos de alegria quando algo não corre como o previsto, que o nível de cumprimento das promessas eleitorais que apresentamos aos Graciosenses é muito elevado e é por isso, com toda a certeza, que o povo daquela terra tem renovado a confiança em nós.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Enquanto avançamos e preparamos o futuro cumprindo uma estratégia de desenvolvimento, temos pela frente uma oposição que se entretém

a puxar para trás, a denegrir aqueles que não são como eles, a incentivar os mais incautos a ofender e a optar pelo ataque pessoal, utilizando mentiras e meias verdades, que em nome da ética política deveriam ser renegadas. As desmesuradas ambições pessoais não justificam passar por cima dos outros sem qualquer pejo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Na Graciosa é um pouco isso que se passa. Alguns políticos, alguns ex-políticos, alguns dos que se perfilam a candidatos a políticos e outros que tais, passam os dias, de esquina em esquina, a engendrar como se pode deitar abaixo isto ou aquilo, quando eles próprios, quando passaram pelos cargos que lhes permitiriam deixar a sua marca ou a concretização das suas ideias para aquela ilha, deixaram-nos apenas uma mão cheia de nada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Muitos Graciosenses estão a ficar imunes a estas táticas de guerrilha política. Cada vez vale menos a pena tentar ludibriar o povo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o período de pedidos de esclarecimento.

Rege o artigo 84º. Quem quiser intervir neste debate para pedir esclarecimentos, deve inscrever-se agora, com exceção dos líderes parlamentares e do Sr. Secretário da Presidência, que se podem inscrever a qualquer momento, e têm 3 minutos para os respetivos pedidos de esclarecimento.

Neste momento tenho uma inscrição, o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Não sei se há mais inscrições.

Creio que não, além do próprio orador.

Assim sendo dou a palavra, por 3 minutos, ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está destreinado. Já não fala há muito tempo!

O Orador: O Sr. Deputado José Ávila traz-nos aqui, na sequência da visita estatutária do Governo, um discurso que até iniciou bem, mas que termina, perdoe-lhe que lhe diga, de uma forma rancorosa a falar de ética.

O Partido Socialista enche a boca com a ética...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Claro!

O Orador: ... mas depois, na prática, os senhores não são capazes de dar um sinal que seja a favor da ética no exercício de funções governamentais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Infelizmente têm-nos brindado com casos todos os dias.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sobre isso podemos falar!

O Orador: Mas eu gostava mais, em relação à Graciosa, que o Sr. Deputado José Ávila, em vez de falar do passado, se preocupasse com o futuro.

O Sr. Deputado começou a sua intervenção por falar dos tempos da emigração, mas esqueceu-se que, na última década, a Graciosa foi a ilha que mais população perdeu nos Açores.

Deputados Luís Garcia e Mark Marques (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Na última década a Graciosa perdeu 8% da sua população e sobre a desertificação, o maior problema que a Graciosa enfrenta, o senhor não é capaz de ter uma única palavra.

Eu sei por que é que o senhor não é capaz de ter uma única palavra, é porque os senhores do Partido Socialista e do Governo Regional não têm encontrado uma única solução para combater este problema.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse é que é o grande problema da Graciosa.

Falemos de futuro, que é coisa que o Sr. Deputado José Ávila não foi capaz de fazer.

Eu já elogiei, e tive oportunidade de o fazer relativamente às inaugurações e às obras concluídas pelo Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Nunca ouvi!

O Orador: Já o fiz. Já tive oportunidade de fazer isso. Não vou repeti-lo, porque é só para encher tempo.

Falemos de futuro. Para falar de futuro, na minha breve intervenção que posso ter neste Período de Tratamento de Assuntos Políticos, queria dizer-lhe o seguinte, citando a frase de conclusão, por parte do Presidente do Conselho de Ilha, relativamente à visita estatutária do Governo:

“O que faltou nesta visita foi vermos mais ação e menos papel”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é papel, é projeto!

O Orador: Essa foi a conclusão da visita do Governo.

Sobre o ensino profissional os senhores negam a possibilidade da Graciosa ter ensino profissional que fixe os seus jovens, que promova o ingresso de alguns jovens também na ilha e que possibilite a diversificação da oferta de saídas profissionais para os jovens da Graciosa.

Sobre o matadouro da Graciosa papel, só papel.

Sobre a Marina da Barra, papel e estudos.

Agora descobriu-se que estava por fazer o estudo de viabilidade económica da Marina da Barra.

Estão a fazer agora o estudo geológico em terra. Descobriram que afinal também era preciso um estudo geológico em terra.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: De estudo em estudo, acabamos por não ter nada de concreto e é disso que o Conselho de Ilha se queixa. Eu prefiro citar o Conselho de Ilha do que citar todos os anos que o senhor gosta de falar sobre a Ilha Graciosa. De tudo menos do futuro.

Sr. Deputado, deixe lá esse rancor...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não ouviu nada! O senhor estava desatento!

O Orador: ... deixe lá de encher a boca com ética, pratiquem a ética e deixem de dizer que a ética é aquilo que os senhores andam a fazer, porque de facto não é.

Não é ético aquilo que os senhores andam a fazer no Governo dos Açores.

Disse.

Deputados Jorge Macedo e Aida Santos (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra por 3 minutos.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado João Costa, quando diz que a minha intervenção foi rancorosa ou terminou nesse tom, que isso vindo de si é um elogio. O senhor sabe bem porquê.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eu não sei!

Deputado Mark Marques (PSD): Não se cumprimentem de beijo!

O Orador: O Sr. Deputado vai ter paciência, mas vai ter que me deixar falar. O senhor tem esse hábito, quando eu estou a falar o senhor gosta muito de interromper.

O senhor estava a tentar falar.

O senhor agora oiça, senão não chegamos a conclusão nenhuma.

O Sr. Deputado quando falou em perdermos 8% da população nos últimos censos, esqueceu-se foi de dizer uma coisa. É que em 81 perdemos 25% da

população. Nessa altura já foi para arranjar trabalho, Sr. Deputado, e para comer.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: O senhor também esqueceu-se de falar disso. Foram 10 anos. Foi uma década em que também perdemos 25% da população. Aí, onde é que o senhor estava?

Deputado João Costa (*PSD*): E o senhor? Olhe, o senhor estava no PSD, recambiando!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Estava no PSD? A sério?

O Orador: Sr. Deputado, eu não estava no PSD e sabe porquê? Porque no PSD tinha pessoas como o senhor.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Marinho (*PSD*): Age em função das pessoas e não das ideias! Grande pedrada!

O Orador: É pena não me deixarem completar.

Sr. Deputado, eu costumo ouvi-lo com toda a atenção. O senhor, por favor, podia deixar-me falar.

Eu queria dizer ao PSD, que o PSD nesta casa é até ligeiramente diferente do PSD da Graciosa. Eu também queria que tomassem isso em consideração. O PSD da Graciosa, de facto, tem sido diferente, sobretudo nos últimos tempos.

O PSD quer, mas não quer!

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Onde te vás meter!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Não sabes o que é a oposição, mas vais aprender!

O Orador: Quando não se faz, é porque não se faz!

Quando se faz o PSD não quer que se faça.

Ora bem, vamos ver:

Quando foi na questão do hotel, o PSD achava que se havia de fazer um estudo. Imaginem! Mais um estudo!

Queriam poupar dinheiro, mas afinal era preciso mais um estudo!

O Museu da Graciosa era uma obra ilegal...

Deputado João Costa (PSD): E é!

O Orador: ... e não devia ter sido construído porque estava numa zona classificada. Mas mais ao lado estava o pavilhão municipal, na mesma zona classificada...

Deputado João Costa (PSD): Isso é mentira!

O Orador: ... e daí não vinha mal nenhum ao mundo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O recarregamento da areia da praia, quando é feito cedo, é muito cedo, é cedo demais. Quando é feito na altura certa, é muito tarde! É assim que o PSD reage lá!

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor tenta desvalorizar as visitas do Governo Regional nas suas visitas estatutárias à Graciosa.

O senhor tenta, a todo o custo, desvalorizar,...

Deputado João Costa (PSD): E o Conselho de Ilha?

O Orador: ... mas como o senhor sabe, o senhor recebe os convites todos para a inauguração das obras que lá estão.

Ainda por cima, vou dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... algumas obras, de facto, ainda não foram concluídas e estão no papel, mas o Sr. Deputado certamente, a partir da sua cadeira da oposição, vai ser convidado para as suas inaugurações.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

O debate continuará amanhã no PTAP, na devida altura.

Vamos fazer o nosso intervalo regimental para almoço. Retomamos às 15 com a agenda. Bom almoço!

Deputado João Costa (PSD): O senhor sabe, sou filho de boa gente e não de gente ordinária!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Mas que é isso?!

Deputado Rogério Veiros (PS): Se fossemos nós, armavam um escabeche, pedidos de defesa de honra!...

Deputado Mark Marques (PSD): O Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, cada um é responsável por aquilo que diz.

(Eram 13 horas e 02 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Costa (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para uma interpelação.

Sr. Presidente, hoje, no final da manhã, depois do Sr. Presidente ter encerrado os trabalhos, sinto que fiz um comentário em que excedi e nessa medida queria, na pessoa de V. Exa., pedir desculpa a todo o plenário pelo meu excesso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem.

Vamos então entrar na nossa Agenda. Temos como ponto um o **Projeto de Resolução n.º 10/2012 – “Incentivo à empregabilidade jovem”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Chamo à atenção da câmara no sentido de que foi-vos distribuído há pouco uma proposta de substituição integral desta resolução, embora com poucas alterações facilita-nos o trabalho ser uma proposta de substituição integral. Chamava-vos a atenção para isso. Portanto, conforme é habitual pedia-vos que se centrassem na proposta de substituição integral e será essa que votaremos.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho para apresentar o diploma. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Cascalho (BE)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma da iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores enquadra-se nas medidas de incentivo ao emprego jovem, nomeadamente propõe que o incentivo para garantir a integração de jovens em empresas através de um contrato sem termo a estagiários que tenham usufruído do estágio profissional na respetiva entidade acolhedora ao abrigo do programa Estagiar.

É uma proposta que pretende, portanto, atuar, intervir nas fases posteriores a um programa Estagiar L, que como sabem se refere a licenciados, e Estagiar T, ou seja, para cursos técnicos ou profissionais de nível IV que têm equivalência ao 12.º ano.

Sras. e Srs. Deputados, o desemprego jovem não para de aumentar e ele corrói a sociedade. Não tenhamos dúvidas.

Segundo os últimos dados, o desemprego jovem subiu mais de 40% quando comparado com o período homólogo em referência ao passado mês de maio, com base em dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

É preciso agir depressa e com medidas que garantam o futuro de uma sociedade que de outra forma se desmorona.

É preciso que os mais jovens entrem na vida ativa e que as empresas, reconhecendo que eles são fundamentais para o seu crescimento e também para a sua própria sustentabilidade, invistam neles.

É este o sentido mais profundo desta proposta de resolução: um convite para que a sociedade invista nos jovens e que com uma formação de base dinamizem estas empresas.

Se as empresas tomam a iniciativa de, ao abrigo de programas Estagiar L e Estagiar T, contratar jovens, é porque precisam desses jovens para a sua atividade.

Se lhes damos a oportunidade, sob determinadas condições, de contratar jovens com contratos sem termo, então estaremos com certeza a agir de forma a garantir mais e melhor economia para a Região, ao mesmo tempo que perspetivamos um futuro para estes jovens.

Podem alguns argumentar que ela não funcionará, simplesmente porque as empresas não estão interessadas em contratar jovens, mas simplesmente a usar a sua mão-de-obra de forma temporária e descartá-los ao fim de um determinado tempo.

Ao contrário, nós acreditamos que muitas empresas não têm espaço de manobra para realizar estes contratos por restrições orçamentais, por se viver numa recessão e acreditamos que o medo tolhe o comportamento de muitas destas empresas que até poderiam expandir os seus negócios e não o fazem.

Esta é pois uma iniciativa urgente que apresenta uma proposta concreta para combater o desemprego jovem e traduz uma aspiração de muitos jovens, que é ter um contrato de trabalho que lhes garanta uma perspetiva futura.

Uma nota final para chamar a atenção à pequena alteração que a nossa proposta sofreu, retirando a referência à tipologia 1.2, e que pretendeu desta forma garantir uma maior agilização desta proposta, a fim de permitir que este incentivo que propomos possa ser criado o quanto antes.

Obrigado.

Deputados Zuraida Soares (BE) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recordaria que acerca de 4 meses, quase 5 meses, este projeto do Bloco de Esquerda foi aqui apresentado com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, o que aconteceu também, senão no mesmo dia, talvez um dia depois de ter sido apresentado, por parte do PSD, com um projeto de resolução, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, em que foram chumbadas ambas as urgências.

Na altura dissemos, na apresentação do nosso próprio projeto relativamente ao Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores, que (cito aquilo que vem no próprio Diário das Sessões): “Quaisquer iniciativas, venham de onde vierem, que respondam aos problemas vividos pelo universo empresarial açoriano, receberão da nossa parte voto positivo.” Porquê?

Porque estávamos perante um problema crescente,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é crescente, é decrescente!

O Orador: ... o problema do desemprego em termos globais e que estão a criar uma situação de verdadeira emergência social vivida na Região.

E dizíamos, repetindo: “Quaisquer iniciativas, seja qual for a sua proveniência, que travem o atual processo de crescimento acentuado de desemprego terão acolhimento total por parte do PSD [justamente nesse plenário de fevereiro]. Vamos discutir uma outra iniciativa, da parte do Bloco de Esquerda, a qual neste momento já afirmámos o nosso empenho e o nosso apoio.”

Aquilo que estamos a fazer hoje é justamente a dizer que sim senhor, apoiamos esta iniciativa do Bloco de Esquerda, ainda que com aquela (aliás não é absolutamente nada relevante) alteração que foi introduzida e agora nesta que o Sr. Presidente anunciou que acabou de entrar.

A única coisa que consideramos é que é pena que se atrase a resolução destas coisas.

Relativamente ao FREA foram 4 meses depois aquilo que poderia ter sido decidido 4 meses antes. Entretanto, o problema agrava-se.

Neste momento, no caso concreto da iniciativa do Bloco de Esquerda estamos a discutir 5 meses depois e sabemos que existe um problema crescente na

sociedade açoriana, que é um problema que aflige muitas e muitas famílias ao longo destas 9 ilhas. Portanto, retardar significa deixar agravar os problemas, significa não querer atacar os problemas. As provas estão à vista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Uma coisa é uma coisa, e as coisas são como são!

O Orador: Temos, neste momento, jovens qualificados, que é para quem se dirige no essencial esta iniciativa, que têm urgência (eles próprios) em aplicar os conhecimentos adquiridos e que se confrontam com o problema do desemprego. Portanto, é a frustração de jovens qualificados que naturalmente traz ou acarreta consequências de grande dimensão para a própria juventude.

Não nos podemos esquecer dos últimos dados conhecidos. Mais de 37% dos jovens, neste momento, dos Açores estão desempregados. 37%! Mais de um terço dos jovens açorianos não têm emprego, isto é naturalmente algo de muito negativo para quem se propunha iniciar uma vida de contributo para a sociedade através do trabalho que iria prestar. Mais de 37%! Tem vindo a crescer (por exemplo, no trimestre anterior estes 37,2% eram 36,1%), portanto, o problema está em agravamento e entretanto passaram 5 meses, ou quase 5 meses, com um problema mais grave do que aquele que existe a nível nacional.

Portanto, entendemos que esta iniciativa do Bloco de Esquerda é (já o tínhamos dito em fevereiro passado, continuamos a dizer hoje) oportuna e é importante e o PSD faz aqui um apelo a que o Partido Socialista, naturalmente partido maioritário, que expressou uma determinada posição em sede de comissão, reveja aquilo que fez em sede de comissão a favor dos jovens açorianos. Os jovens açorianos merecem que lhes seja dada a atenção que os senhores não quiseram dar ao longo dos últimos 4 meses e meio. Ponham a mão na consciência e vejam se agora querem dar uma oportunidade ou querem melhorar as oportunidades dos jovens açorianos. Os jovens açorianos certamente agradecerão.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E dinheirinho?

O Orador: Não sei se irei fazer uma segunda intervenção, mas deixava unicamente aqui uma questão.

Por parte designadamente da Câmara do Comércio, esta faz referência, no parecer que deu relativamente a esta iniciativa, que “a eventual criação de um programa de apoio à contratação dos jovens não se deve cingir apenas a jovens que realizaram estágios ao abrigo do programa Estagiar, nem se limitar à entidade acolhedora do estágio.” Isto é, a Câmara do Comércio é da opinião que eventualmente se deve alargar a abrangência relativamente àquilo que está contido neste projeto de resolução.

É uma questão que consideramos pertinente. Trata-se aqui de uma recomendação ao Governo feita neste projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda. Trata-se também de um conselho dado pela Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada porque sabe quais é que são os problemas vividos pelas empresas. É uma questão pertinente.

Portanto, para além do apelo a que haja uma revisão da posição tomada em sede de comissão por parte do Partido Socialista, entendemos que o Partido Socialista deve pensar e o Governo, em particular, que eventualmente será pertinente alargar um pouco o âmbito deste projeto de resolução, perante a recomendação que lhe é feita e dê maior oportunidade aos jovens açorianos.

Pode ainda fazê-lo e é urgente fazê-lo. É urgente não perder tempo, sendo certo que se não o fizerem daqui a 4 meses nós cá estaremos para o fazer.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estarão aí!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, é assustador a taxa de desemprego que vivemos na Região em termos de empregabilidade jovem. Como tal, no entender no CDS-PP, todas as medidas que vierem contrapor esta situação são benéficas, sejam elas quais forem.

Falando em concreto no projeto de resolução que nos apresenta o Bloco de Esquerda, no nosso entender, este é positivo, embora com algumas lacunas, mas não deixa de ter mérito. Não deixa de ter mérito desde logo porque ao contrário daquilo que defendeu o Partido Socialista em comissão isto já existe e aquilo que existe não é isto. O que nós assistimos e o que existe é uma prorrogação contínua dos programas Estagiar.

Portanto, no nosso entender, não há grau de comparação entre um jovem que acabou um estágio e que lhe é permitido prorrogar esse prazo, ou um jovem que passa a ter estabilidade profissional numa empresa onde acabou de estagiar.

Portanto, parece-nos que há aqui um mal-entendido da parte do Partido Socialista em relação a esta matéria, porque não se pode comparar o incomparável. Uma coisa é a instabilidade continuada de um programa Estagiar, outra coisa é passar a estar contratado, mais ainda neste caso com contratos sem ser a termo que lhes permite estabilidade profissional nas empresas e na sua área.

Agora, no nosso entender, quando dizemos que este projeto de resolução tem algumas lacunas é quando visa apenas que estes jovens estagiários possam efetivamente ser contratados pelas empresas onde efetuaram o estágio.

No nosso entender poderia ter ido mais longe. Porque não pelo menos os da mesma área não possam ser contratados por outras empresas que necessitem de trabalhadores nessa área?

Portanto, podemos estar aqui a limitar os jovens a não ser contratados na empresa onde estagiaram, quando até há falta noutra empresa que poderia beneficiar desse estagiário e contratá-lo. Nesse sentido achamos que é uma lacuna que poderia certamente contribuir e ser melhorada.

No entanto, é preciso dizer-se que se nós continuarmos com esta política de prorrogar o problema continuamente, que é aquela que tem sustentado o Partido Socialista, não vamos ultrapassar a situação da empregabilidade jovem.

Portanto, ao mesmo tempo que o Governo Regional continuamente e bem cria pacotes de ajuda às empresas, nomeadamente às pequenas e médias

empresas, porque não criar esta possibilidade destes estagiários poderem ser contratados pelas empresas, baixando a taxa de desemprego na Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Elevadíssima!

O Orador: ... criando estes postos de trabalho para estes jovens, ao mesmo tempo que está a requalificar e a melhorar os quadros das empresa e a criar também estabilidade a elas, porque como todos nós sabemos o sucesso das empresas fazem-se com pessoas e fazem-se com bons quadros.

Portanto, a opinião do CDS é que este é um bom projeto de resolução, vamos dar o nosso aval e votá-lo favoravelmente. Agora acho que poderia ter ido mais longe.

Manifestar uma vez mais que não concordamos de forma alguma com aquela que é a posição do Partido Socialista em comissão e que da nossa parte apelamos a que reconsiderem, porque nós precisamos, a Região precisa, os jovens precisam, as empresas precisam.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discutimos agora um projeto de resolução...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A JS já tem isso!

O Orador: ... do Bloco de Esquerda que traz aqui, a este plenário, uma preocupação sobre um tema que é para nós muito caro, ou seja, a empregabilidade jovem e a empregabilidade dos jovens nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas...

O Orador: Para o Partido Socialista, já o afirmámos várias vezes e voltamos a fazê-lo, um dos maiores desafios, senão o maior desafio da nossa Região, é garantir a fixação de jovens e no caso jovens qualificados, na nossa Região.

Por um lado aqueles que frequentam os percursos formativos e aquilo que existe hoje na Região em termos de oferta formativa; por outro lado também a garantia de que aqueles que estão hoje no exterior da Região a estudar e a qualificar-se queiram efetivamente voltar para os Açores, porque nós não

cometemos a indignidade política de mandar os nossos jovens emigrar para que não constem nas estatísticas das agências de emprego e qualificação.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Nós recusamos frontalmente essa perspetiva e não cometemos essa profunda indignidade política de mandar os nossos jovens emigrar. Nós queremos os jovens dos Açores nos Açores, aqui, a constituir família, aqui fixados e aqui a contribuir para o bem comum.

Naturalmente que os jovens voltam e fixam-se nos Açores se aqui tiverem oportunidades para isso. E a verdade é que temos feito, na nossa perspetiva, um caminho importante no âmbito dos dispositivos formativos que existem na Região e também no âmbito daquelas que são as ofertas em termos de estágios profissionais, os conhecidos planos de transição para a vida ativa, como é o caso do Estagiar L, do Estagiar T, e com características ligeiramente diferentes como é o caso do Estagiar U.

Temos hoje, na Região, como sabe, 16 escolas profissionais, mais as duas da INETESE, já frequentadas desde a sua existência por mais de 22 mil jovens açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Desempregados!

O Orador: Temos, aliás, como é conhecido e sabido por todos, tido excelentes qualificações, facto que nos deve orgulhar a todos, no âmbito dos campeonatos nacionais e europeus de...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): De xadrez!

O Orador: ... profissões; temos tido muitos desses jovens com capacidade de criar o seu próprio emprego, o que é também, na nossa perspetiva, um facto relevante; temos tido, muito recentemente, no âmbito de um trabalho pela Comissão Europeia, em Bruxelas, onde os Açores foram referenciados como um bom exemplo, no território europeu, não só de altos índices de execução das verbas afetas ao Fundo Social Europeu (no caso dos Açores há o PROEMPREGO), mas também como uma Região com boas práticas públicas de fomento e dinamização de criação de emprego; temos também, como se sabe, no exterior da Região muitos jovens a frequentar o ensino superior que

querem também voltar para a Região (referencio, por exemplo, o inquérito que a Direção Regional do Trabalho fez recentemente onde mais de 80% dos jovens que responderam a esse inquérito referem que pretendem voltar para a Região, o que é um facto importante e que não pode de forma nenhuma ser descurado por nós); temos também, como se sabe e como já foi aqui referido, a existência do Estagiar L e do Estagiar T, com a frequência de mais de 10 mil jovens, e temos também o Estagiar U com mais de 3.200 jovens que já o frequentaram, sendo que este ano foi o numero *record* de inscrições no Estagiar U; temos também neste programas um índice importante e considerável de empregabilidade de quem frequenta esses planos de transição para a vida ativa.

Posso informar a câmara que a taxa de contratação nas empresas de estagiários ronda os 52% imediatamente no dia a seguir ao término desse programa de estágio e 6 meses depois do fim do estágio na ordem dos 70%, sendo que há também aqui uma referência a uma maior integração do Estagiar T do que do Estagiar L. Há ainda um número considerável, cerca de 10% destes jovens, que entende (e bem na nossa perspectiva) continuar, prosseguir estudos e entrar, no caso do Estagiar T, no ensino superior, no caso do Estagiar L, fazer mestrados e mesmo níveis de formação superiores.

Portanto, isto diz-nos que apesar da conjuntura, apesar das dificuldades e apesar de uma conjuntura externa fortemente desfavorável, temos tido bons resultados nas políticas públicas de fomento e de dinamização de criação de emprego na Região.

Como é sabido também no passado mês de fevereiro e no âmbito de uma resposta do Governo Regional, em parceria com os vários parceiros sociais da Região, foi lançado também o programa de Valorização do Emprego, que também ele tem uma série de medidas de fomento e de apoio à contratação de jovens e, (volto a dizê-lo) na nossa perspectiva, o Partido Socialista não apoia os jovens açorianos, não está há longos anos permanentemente a trabalhar para apoiar os jovens açorianos e para garantir que possam ter uma transição tranquila e pacífica do fim do seu percurso formativo para a vida ativa apenas respondendo a apelos do PSD ou do PP, fá-lo porque isto faz parte da sua

gênese e faz parte daquelas que são as suas prioridades no âmbito das políticas públicas que tem vindo a desenvolver na Região.

Aquilo que é aqui trazido pelo Bloco de Esquerda é com certeza uma preocupação pertinente, que aliás entronca em algumas das medidas que já estão a ser desenvolvidas no programa de Valorização do Emprego, mas acrescenta também uma perspetiva naquilo que se refere precisamente ao término e ao período que medeia entre o término da frequência desses planos de transição para a vida ativa até à entrada efetivamente e propriamente dita nessa vida ativa.

Também não posso deixar de referir, relativamente a esse propósito e de relembrar, a alteração que foi feita também com a concordância desta bancada no âmbito do regime do Estagiário L e do Estagiário T, no âmbito de uma maior responsabilização por parte das empresas, que é também e que foi, em primeira medida (também é preciso relembrá-la), afirmada pelo PCP, pelo próprio Bloco de Esquerda, no âmbito da necessidade de corresponsabilizar e conseguir responsabilizar cada vez mais os empresários para que não acontecesse, como às vezes até acontecia: de alguns empresários ou instituições que encaravam os jovens e os estagiários como mão-de-obra de borla e rotativa ao fim do tempo de estágio. Nós entendemos (e bem!), o Governo Regional entendeu alterar esses programas de estágio e agora não só responsabiliza mais ainda os empresários no âmbito do seguro de alimentação, do próprio seguro de trabalho, mas também na obrigatoriedade de contratação de jovens ao fim dos primeiros 6 meses, porque não o fazendo poderá ficar impedido de voltar a recorrer a esses programas de estágio.

Portanto, nós não temos dúvidas e orgulhamo-nos daquilo que tem sido feito na Região neste âmbito. Não somos perfeitos naturalmente. Haverão com certeza questões a melhorar, mas digo com propriedade de que nos Açores temos políticas de fomento e de dinamização do emprego jovem e de transição dos programas de estágio dos percursos formativos para a vida ativa pioneiras, do melhor que se faz ao nível nacional e do melhor que se faz ao nível europeu.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas qual é o seu sentido de voto?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai votar a favor, então?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo junta-se agora ao debate de apreciação desta proposta de resolução do Bloco de Esquerda para proceder a alguns comentários e esclarecimentos, uma vez que esta proposta com certeza não surgiu no vácuo, mas também não surgiu no caos que algumas bancadas que aqui se pronunciaram...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O caos são os números do desemprego!

O Orador: ... pretendiam dar a entender. Esse caos passaria por uma taxa de desemprego jovem açoriana elevadíssima e fora dos padrões da situação que se vive hoje em dia quer no país, quer na Europa. O que não é verdade.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E a contraordenação?

O Orador: Pretende-se demonstrar ou dar a entender que pouco ou nada foi feito nesta área no que diz respeito ao emprego jovem na Região, e como tal atingisse este valor considerado escandaloso da taxa de desemprego jovem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não é que dizem que são melhores do que a República e do que a Madeira?

O Orador: Ora, isso merece da nossa parte um comentário ou vários comentários.

Em primeiro lugar, os senhores sabem, mas convém se calhar relembrar, que apesar dos níveis de desemprego na Região serem mais elevados do que eram há um ano,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há um ano?!

O Orador: ... apesar de se registar crescimento do desemprego na Região, disso preocupar o Governo, centrar mesmo as nossas forças e atenções, apesar

disso ter dado origem em fevereiro deste ano (como se sabe) a um Programa de Promoção de Emprego e Competitividade com medidas específicas para esta conjuntura que nós vivemos, que o país vive, que a Madeira vive e que a Europa vive, vários países da Europa vivem, apesar de tudo isto é preciso também que se diga (porque as coisas são como são e os factos são os factos) que a contraciclo do que se passa no país, a contraciclo do que passa em todas as regiões do país, à exceção da região centro, a taxa de desemprego no último trimestre conhecida baixou nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para?

O Orador: Parou com a sua tendência de subida e até revelou uma certa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado?

O Sr. Deputado quer que eu lhe diga qual era a taxa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero, quero!

O Orador: Está aqui. Quarto trimestre de 2011, 15.1%; primeiro trimestre de 2012, 13.9%. Isso parece-me uma descida, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os empregados aumentaram?

O Orador: Portanto, o que nós dizemos não é que esta taxa de desemprego nos sossega, que não é preocupante. O que nós dizemos, em abono da verdade, porque os factos são os factos, é que esta taxa de desemprego revela, a contraciclo do que se passa no resto do país, uma tendência de sustentação dos valores e até uma certa descida do movimento ascendente que se vinha verificando.

Mas há mais!

Disse o Sr. Deputado António Marinho, procurando destacar a taxa de desemprego jovem nos Açores como se fosse completamente anormal e completamente extraordinária no que se passa no contexto geral do país e da Europa, que os desempregados jovens nos Açores são em número muito maior ou em proporção muito maior do que se passa no restante do país.

Ora, a taxa de desemprego jovem, dos 15 aos 24 anos, a nível nacional registou uma variação homóloga de 25%, praticamente. Para cima, aumentou 25%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a taxa?

O Orador: A taxa de desemprego dos jovens dos 25 aos 34 anos aumentou 15,1%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E nos Açores?

O Orador: Aqui também.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Mas o que estou a dizer não é que aqui não tenha aumentado, o que estou a dizer aos açorianos, a tentar explicar aos açorianos é que de facto aumenta, infelizmente, um pouco por todo o lado, ao nível do país, ao nível dos países da Europa que têm situações de crise mais graves, porque estes são os tempos que nós vivemos. Infelizmente são os tempos que nós vivemos.

Em face disso, reconhecendo o problema político (é, em grande medida, um problema político), o Governo Regional decidiu não só manter o conjunto de medidas que já tinha vindo a desenvolver na área do emprego e da empregabilidade jovem, como reforçá-las no quadro de um pacote específico a que chamou Programa de Promoção de Emprego e Competitividade e que apresentou em fevereiro deste ano, começando pouco depois a ser implementado um conjunto de quase 25 medidas, algumas delas especificamente direcionadas para jovens.

Portanto, nós temos, sob esse ponto de vista, matéria de que nos podemos orgulhar em certa medida no passado e trabalho feito já atendendo às presentes circunstâncias.

Vemos esta proposta como, digamos, de certa forma uma aspiração e um ideal. Nós temos que ter em atenção que estamos a falar de contexto muito específico, de dificuldades acrescidas de falta de capacidade financeira das empresas, de falta de financiamento bancário à economia, com medidas de austeridade de impendem sobre as famílias e sobre as empresas e num contexto desta natureza consideramos que há, necessariamente, reflexos negativos sobre a capacidade de criar e fornecer emprego por parte das empresas.

Portanto, desse ponto de vista percebe-se que haja uma necessidade de uma intervenção pública suplementar. Aliás, é por isso que fizemos e tomámos as decisões que tomámos.

Isto também não significa que se proceda a uma transferência de emprego privado para emprego público criado artificialmente a pensar nas incapacidades momentâneas (todos nós esperamos que muito breves ou o mais breve possíveis) da própria economia. Isso é algo que nos deve preocupar em certa medida e ter em atenção numa medida desta natureza.

Por outro lado gostava de dizer e partilhar com a casa que um programa desta natureza já existiu nos Açores. Aliás, há um em vigor, que é de âmbito setorial, que foi pensado exclusivamente para as empresas de comunicação social. Na altura em que se começou a notar uma redução do emprego na área da comunicação social, algumas empresas do setor começaram a libertar ou a despedir funcionários jovens com contratação precária a trabalhar nas suas redações e nessa altura (foi já há cerca de um ano ou mais de um ano) foi criada uma medida desta natureza, com o apoio direto à empresa, um apoio monetário, que seria suficiente (segundo os nossos cálculos) para assumir os custos, os encargos decorrentes da contratação dessa pessoa em termos da Segurança Social por um ano e meio e nós tivemos até hoje com muita pena (e lamento da parte do Governo Regional) zero candidaturas. Ou seja, é preciso ver-se também que as empresas têm a sua lógica de funcionamento, procedem sempre que podem às adaptações que o mercado exige ou que as dificuldades financeiras e económicas exigem e, portanto, não é líquido que um incentivo desta natureza produza os efeitos que se pretendem de imediato.

Mais!

A Região teve um programa chamado Estabilizar, em 2006, que tinha mais ou menos estes propósitos e que também ele não correu da forma que se pretendia, quer porque as empresas não tinham capacidade de corresponder àquilo que se esperava, quer porque os próprios estagiários que acabavam os programas Estagiar pretendiam ter um grau de liberdade maior que lhes permitisse uma maior mobilidade à procura de melhor emprego, de emprego melhor

remunerado, com outras condições. Portanto, ninguém queria ficar preso a uma situação que o apoio financeiro concedido obrigaria a que ficasse.

Não é deste ponto de vista esta medida algo de inovador ou que nunca tenha sido experimentado na Região.

Há outro elemento que gostava de trazer a debate, porque me parece bastante relevante e que não vi aqui refletido, é que fala-se de desemprego jovem e em emprego jovem de uma forma muito generalizada, normalmente a pensar nos licenciados ou naqueles que frequentam programas Estagiar, mas o fenómeno é mais largo e as qualificações são muito importantes na determinação do grau de empregabilidade dos jovens. O que se verifica, por exemplo, se considerarmos o período entre 2007 e 2011 é que o número de trabalhadores, a população na Região, com formação superior mas em idade jovem, aumentou de 8.869 para 13.474, ou seja, temos muito mais população ativa com formação superior em idade jovem no mercado. Temos mais desemprego, é verdade! Mas também temos um número muito maior, um aumento de 50% quase,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a mesma coisa na Europa e no país!

O Orador: ... de jovens com formação. Como é sobejamente conhecido temos a geração com melhor formação da autonomia e isso fez aumentar não só, infelizmente, o número de desempregados jovens, mas também a própria população ativa em idade jovem e com formação superior. Isso é muito relevante do nosso ponto de vista e deve ser também tomado em conta quando se procede à análise desta medida.

Para terminar, diria, nesta primeira intervenção, que nós estamos sempre disponíveis para afinar as políticas que desenvolvemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vai apoiar!

O Orador: Estamos sempre disponíveis para reconhecer o que não funciona tão bem, para acrescentar aquilo que pode vir a melhorar, para nos corrigirmos a nós próprios àquilo que entendíamos ser a dada altura a melhor forma de combater um problema ou de lutar contra um desafio e, portanto, é com esse espírito que nós olhamos esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Presidente: Estão nas galerias alunos do 6.º ano das Escolas Básica e

Secundária da Graciosa e Básica e Secundária da Madalena do Pico em intercâmbio “Vamos à Descoberta” a quem, conjuntamente com os respetivos docentes, saúdo em nome da câmara.

(Aplausos da câmara)

Vamos prosseguir o nosso debate, que é mais especificamente sobre a criação de incentivos às empresas por parte do Governo Regional, que integrem em contratos sem termo ex-estagiários dos programas de estágio.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que esta iniciativa do Bloco de Esquerda é uma iniciativa com que partilhamos do ponto de vista político. Aliás, o que aqui é proposto ao Governo é uma determinada leitura política em termos daquelas que são as prioridades das políticas do Governo nesta matéria.

Nós, tal como o Bloco de Esquerda, consideramos que é absolutamente fundamental incentivar a empregabilidade da população jovem. Portanto, partilhamos esta preocupação e consideramos que esta recomendação é absolutamente legítima e é prioritária. Nada que dizer em relação a esta questão.

O Bloco de Esquerda também deixa, do ponto de vista técnico, aqui várias possibilidades ao Governo Regional, de acordo com aquelas que são as nossas possibilidades orçamentais atualmente, de poder depois implementar na prática esta recomendação que é política e que significa assumir uma prioridade e uma preocupação, que é uma preocupação, como já disse, que partilhamos também com o Bloco de Esquerda e com outras forças políticas que já tiveram oportunidade de referenciar essa questão.

O que acho surpreendente é que o Partido Socialista tenha feito, em relação às intervenções,...

Se calhar é um problema meu, mas não percebi qual é a vossa orientação de voto.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim. Circunscrito à sua pessoa!

O Orador: É um problema meu! Logo vi!

É um problema meu, mas também para não ficar sozinho aqui, também acho que é seu.

A sua intervenção e a do Secretário da Presidência, até porque não o disseram explicitamente também...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não voto!

O Orador: ... e os argumentos servem para tudo, é uma intervenção perfeitamente bizantina. Ou seja, peço-lhe Sr. Deputado Berto Messias que me explique qual é a sua posição em relação a esta matéria, porque a sua intervenção, depois de o ouvir, o que achei (acompanhei como faço sempre com muita atenção)...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora o senhor é comentador!

O Orador: Oh Sr. Secretário, comento também as intervenções, como os senhores comentam as minhas.

Deputado Berto Messias (PS): Já é possível resolver isso!

O Orador: O que acho que é fundamental é que se perceba quais são as posições.

Percebi a posição do CDS, percebo obviamente a posição do Bloco, não percebo a posição do PS,...

Deputado Berto Messias (PS): Já é possível resolver isso!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Problema seu!

O Orador: ... (problema meu!) porque os senhores, em relação a esta matéria, as vossas intervenções não são absolutamente explícitas.

Porque é assim, vou sintetizar esta questão. Se os senhores querem fazer deste diploma, desta iniciativa, um filme de suspense, o problema é vosso; mas penso que só pode ter um desenlace: é que os senhores têm que votar a favor, porque a proposta...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor é que nos vai dizer como vamos votar!

O Orador: Digo-vos que têm de votar a favor se quiserem ser...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não voto!

O Orador: Ouça!

... racionais, se quiserem ser absolutamente convictos naquela prioridade que os senhores anunciam. Em relação a esta matéria os senhores têm que votar a favor.

Sei que nem sempre acontece isso, nem sempre existe uma racionalidade total da vossa parte. O que espero (e vou terminar, Sr. Presidente) é que de facto...

Considero que é importante. Trata-se de um projeto de resolução com certeza, mas é importante que esta câmara afirme aqui hoje, nesta sessão, que para nós é uma prioridade e que estamos na disposição de utilizar todos os instrumentos orçamentais para que este problema se resolva. É muito importante que o Partido Socialista, em relação a esta questão, diga o seguinte: “Nós não queremos seguir neste caminho sozinhos, não queremos aparecer num plano mais elevado, tendo uma preocupação superior aos outros partidos. Nós, nesta matéria, o que queremos dizer é que acompanhamos os outros representantes do povo açoriano, acompanhamos todos os outros partidos em relação a esta questão. Esta é a nossa prioridade e esta é a prioridade não do Partido Socialista, mas é a prioridade do parlamento dos Açores.” Acho que é bastante importante, por isso é que vos peço para serem mais explícitos na vossa posição.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Chama-se votação e é perfeitamente explícito!

O Orador: Não é pedir muito. É porque é preciso saber: se os senhores votarem (e termino, Sr. Presidente) contra, vou criticar-vos (preciso de saber!).

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas se votarmos a favor o senhor critica na mesma!

O Orador: Se os senhores votarem a favor não vos critico em relação a esta matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Crítica!

O Orador: Portanto, preciso que os senhores deixem explícita a vossa posição. Está bem?

Muito obrigado.

Presidente: Penso que com um bocadinho de paciência, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a gente vai perceber as posições de todos.

(Risos da câmara)

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e Berto Messias)

O Orador: Relativamente à iniciativa que o Bloco de Esquerda nos trouxe é evidente que ela é pertinente, até porque está associada a uma questão que nos preocupa a todos e para a qual todos queremos certamente dar contributos e caminhar para a resolução do problema.

Aliás, e no que concerne às questões dos programas Estagiar, a Representação Parlamentar do PCP orgulha-se de ter dado valiosos contributos ao longo desta legislatura na melhoria do enquadramento dos programas Estagiar.

Aliás, não desistimos ainda de o fazer como sabem. Como é do conhecimento desta câmara, estão a decorrer os procedimentos parlamentares necessários para que suba a plenário uma proposta de decreto legislativo regional do PCP sobre os programas Estagiar.

Relativamente à substância do projeto de resolução que estamos a discutir, julgo que, para além de algumas lacunas que já aqui foram devidamente consideradas quer pelo PSD, quer pelo CDS-PP, e que também podem ser constatadas em alguns dos pareceres, mas independentemente disto, tenho

consciência que o Bloco de Esquerda não quer com esta resolução resolver o problema do desemprego jovem na Região, mas apenas dar um contributo.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraída Soares)

O Orador: Oh Sra. Deputada, eu acho que é assim, não é?

Dar um contributo (é de facto um problema dramático para os nossos jovens e é um problema dramático para as famílias), pois de facto tudo aquilo que seja possível fazer para minimizar este problema é fundamental.

Julgo que também é fundamental ter aqui a consciência do seguinte. Face à situação económica que se vive, face a este clima de recessão e de estagnação económica, penso que a proposta do Bloco de Esquerda, que vai ter o apoio da Representação Parlamentar do PCP, apesar de ter, digamos, esta intenção de promover a empregabilidade dos jovens, designadamente daqueles que acabam os programas Estagiar através de apoio às empresas que queiram contratar esses jovens a termo, julgo que também temos de ter consciência que a contratação neste momento não depende tanto do apoio público que possa vir...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Oh Sr. Presidente, tenho muita paciência como V. Exa. sabe, mas de facto ...

Deputado Francisco César (PS): E nós também temos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar.

O Orador: Isto é só para não utilizar outros meios que tenho há minha disposição para resolver o problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Use os meios!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas como estava a dizer é preciso termos consciência de que esta medida, ou melhor, que as empresas, face à situação que nós vivemos, não será por via

apenas do apoio público à contratação de ex-estagiários que se resolverá o problema. É um contributo importante, é um mecanismo que eventualmente poderá ficar à disponibilidade das empresas, mas que face à situação que vivemos não pode ser, ou melhor, não resolverá o problema e o contributo terá um alcance relativamente reduzido em nossa opinião.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor vai abster-se!

O Orador: No entanto, julgamos que é pertinente e que temos de olhar para a questão da empregabilidade jovem com toda a atenção, procurando este e outros contributos para que este drama que afeta os jovens açorianos e as famílias açorianas possa ir sendo minimizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai abster-se?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também não percebeu o meu sentido de voto?!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É uma intervenção muito rápida.

Provavelmente por esquecimento o Sr. Deputado Berto Messias esqueceu-se, entre o longo e vasto rol de indicadores de teóricos sucessos atingidos por parte do Governo Regional, de um que aconselho a meter no seu guião e a nunca se esquecer dele: é que se atingiu, no último trimestre, a maior taxa de desemprego jovem de 37,1% e que é uma taxa superior à média do país.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A do país é 36,4!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na Região?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É a mesma coisa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mais alta!

O Orador: Portanto, convinha que, relativamente a todos os indicadores de sucesso que referiu, referenciasse também o indicador de chegada, o indicador resultado que é 37,2% de desemprego, uma taxa de desemprego superior à média do país.

Provavelmente também por esquecimento (eu não diria, porque assim não o quis), o Sr. Secretário Regional naturalmente tem que apurar um bocadinho algum dos dados que refere.

Deputado Berto Messias (PS): Oh senhor! Tem de mudar essa cassete!

O Orador: E já agora vou dizer-lhe: o senhor referiu que no último trimestre de 2011 para o primeiro trimestre de 2012 que a taxa de desemprego nos Açores global baixou de 15,1% para 13,9%. É verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eh, pá! Vá lá!

O Orador: Nós estamos aqui a discutir uma questão relativa a desemprego jovem. No mesmo período a taxa de desemprego jovem subiu de 36,1% para 37,2%.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já não é mau!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que incomoda!

O Orador: Portanto, no caso vertente agravou-se substancialmente, ou seja, o senhor não disse a verdade toda, mas isto é que é importante porque é uma classe etária que está a ser socialmente prejudicada neste momento e por isso é que a iniciativa do Bloco de Esquerda faz todo o sentido e é por isso que o PSD a vai votar favoravelmente com todo o gosto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Bem bom para si e para o PSD!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acalme-se! Tem crianças nas bancadas!

O Orador: Deixem-me dizer uma última coisa, para lembrarmo-nos todos: atirar areia para os olhos das pessoas nunca é bom,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não faço isso!

O Orador: ... mas muito pior é quando são os políticos a fazê-lo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E a solução do PSD é mandar os jovens emigrarem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais intervenções. Vamos passar à votação deste projeto de resolução.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu disse vamos passar à votação. Sr. Deputado António Marinho.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 1/2012 – “Recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à internet no Grupo Ocidental”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentar o projeto dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já votámos. Não houve declaração de voto. Passámos para o ponto seguinte.

Tem a palavra, para apresentar o diploma, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em relação a este projeto de resolução, que data de janeiro (é preciso ter em conta que este foi o momento da iniciativa do projeto de resolução do PPM), a nossa questão fundamentalmente era esta. A questão, naquela altura, em janeiro, estava muito longe de estar resolvida. Aliás, a seguir pelos acontecimentos, aquilo que acabou por suceder...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vai retirar!

O Orador: ... demonstrou que o projeto de resolução se enquadrava bem naquele que era o contexto que se estava a viver em relação a esta problemática. O que se sucedeu a seguir é que depois passámos por um período em que o Governo da República acaba por referenciar que a culpa do atraso é do Governo Regional e o Governo Regional acabou por referenciar que a culpa do atraso era do Governo da República.

Seja como for nós temos hoje (e espero que se cumpra) uma certeza razoável que esta obra se irá iniciar...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Este mês!

O Orador: ... este mês e essa é uma medida relevante.

Isto significa que de forma alguma pode ser apagada das nossas memórias aquela que foi a enorme injustiça das Flores e do Corvo não terem sido incluídas logo no início nesta rede.

É evidente que a responsabilidade em primeiro lugar foi de quem concebeu uma rede sem considerar e sem integrar o Grupo Ocidental e também esta decisão e estas obras que agora vão arrancar também não escondem 16 anos de inércia nesta matéria, em que o atual Governo Regional também tem graves responsabilidades.

Este é, penso eu, um histórico equilibrado em relação a este problema.

Seja como for o projeto de resolução continua, na minha perspetiva, com muita atualidade,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Oh senhor, não tem atualidade nenhuma!

O Orador: ... porque o projeto de resolução aponta no sentido de se tentar corrigir, enquanto se leva a efeito a obra, aquelas que são as dificuldades de acesso que se mantêm em relação às populações das ilhas do Corvo e das Flores e também apelam ao Governo Regional no sentido de ter aqui uma intervenção nesta matéria e de garantir a legalidade por parte da PT, no âmbito do acesso à internet das populações do Grupo Ocidental.

Portanto, esta matéria tem toda a atualidade. O que nós gostaríamos que o Governo Regional viesse a fazer por mandato deste parlamento é que se venha a

colocar ao lado das pessoas, das populações e que venha a colocar a PT perante aquelas que são as suas responsabilidades, perante a obrigatoriedade de cumprir o serviço, a contratualização que realizou com os utentes do Grupo Ocidental. Portanto, é isto que nós temos de assegurar.

É evidente também que o Governo Regional já realizou diversas intervenções. Estou a lembrar-me aqui que há cerca de 2 meses quando coloquei a questão em termos de perguntas orais ao Governo Regional, coloquei exatamente esta pergunta, e o Governo Regional reconheceu que o serviço que a PT está a realizar neste momento para as populações do Grupo Ocidental é um serviço péssimo e que não está a cumprir aquilo que está contratualizado.

Portanto, em relação ao diagnóstico e à denúncia que o PPM aqui fez, tenho a total convicção que todos os grupos parlamentares têm esta perceção e têm esta informação.

Portanto, aquilo que é solicitado é que o Governo Regional, utilizando os meios que tem ao seu dispor, tenha a possibilidade de agir e de garantir um melhor serviço...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quem tem que garantir é a empresa!

O Orador: ... enquanto a obra não está concluída.

Portanto, esta é a questão fundamental e obviamente depois algumas destas matérias, do ponto de vista setorial, terei oportunidade de desenvolver numa próxima intervenção.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (*PS*): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 20 minutos.

(*Eram 16 horas e 03 minutos*)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 26 minutos)

Não tenho neste momento ninguém inscrito. Não sei se há inscrições na sequência da intervenção de apresentação do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

É para estranhar o silêncio do Governo sobre esta matéria, no sentido de também...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já está a falar outra vez?

O Orador: Oh Sr. Secretário da Presidência, senão isto já teria sido votado, não é?

Penso que o Governo Regional tem todo o interesse também em pronunciar-se sobre esta matéria.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Peço desculpa!

O Orador: Seja como for, quero aqui relembrar que os pontos da recomendação são os seguintes: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda que:

1- O Governo da República, no uso das suas competências e dos instrumentos de intervenção institucional, assegure a concretização, sem mais atrasos, da extensão dos cabos de fibra ótica às ilhas do Grupo Ocidental;

2- O Governo Regional, enquanto agente político responsável pela defesa dos direitos e dos interesses das populações açorianas, inicie os procedimentos adequados – incluindo, se necessário, os de natureza jurídica – para garantir que

a PT passará a cumprir os compromissos contratuais a que está obrigada perante a população do Grupo Ocidental que com ela contratou o serviço de acesso à internet.”

Considero que esta matéria é uma matéria da maior relevância e só para ilustrar esta minha intervenção vou aqui dar um exemplo.

Há cerca de 2 ou 3 meses nós tivemos um corte geral nestes serviços. Deixou de funcionar o telefone, deixou de funcionar a internet, todos estes serviços foram desligados e os senhores perguntam-me: a população foi avisada?

Não foi! Quer dizer a população não foi avisada com antecedência.

Existiu depois uma explicação posterior da empresa, da PT, em relação à interrupção, a este apagão geral que foi noticiado por duas vezes?

Também não houve! A empresa nem avisou antes as pessoas. Podia ter sido uma situação de urgência e podia ter sido uma situação não calendarizada, portanto admito que se tivesse ocorrido isto e que se fosse uma situação de urgência e não prevista a empresa – é claro – não podia avisar a população. Admito isto. Mas admitindo que pudesse ter ocorrido isto, posteriormente a empresa tinha (acho eu) o dever de explicar à população: “Bom, isto ocorreu porque nós realizámos estes procedimentos.”

Não foi feito nenhum aviso à população, nem foi explicado nada por parte da empresa.

Os senhores perguntam-me: “Bom, os senhores não tiveram esse serviço e isso refletiu-se na fatura.”

Também não! Foram pagos os dias todos, as horas todas. Foi pago tudo, embora o serviço não tivesse sido prestado em todos os dias e em todas as horas, nas condições contratualizadas.

Os senhores perguntam-me: “Consideram que isto é um comportamento correto do ponto de vista funcional, do ponto de vista ético, por parte da empresa em relação àquela população do Grupo Ocidental, às populações das ilhas do Corvo e das Flores?”

E o que eu vos tenho que dizer é que não consideram. Isto é um tratamento que é feito por parte desta empresa, um descuido permanente em relação a esta

empresa, sem explicações, sem qualquer tipo de alteração em relação ao serviço que está a ser pago e que não foi usufruído por parte de quem o contratualizou e eu não considero este serviço, este comportamento um comportamento adequado, um comportamento que se possa aceitar.

Por isso é que eu trago esta questão, trago como já muitos outros partidos o trouxeram.

Lembro-me de intervenções do PCP, do Bloco de Esquerda, do CDS sobre esta matéria, intervenções anteriores. Portanto, nós não estamos a fazer nada que as outras forças políticas não tenham feito também, mas eu tenho o dever como parlamentar e como representante daquelas populações de trazer aqui esta questão.

Portanto, não é um comportamento admissível.

Os senhores dizem: “Mas vocês têm aqui entidades de fiscalização, as suas entidades próprias, a quem a população se pode queixar e tem-se queixado”. A população tem-no feito. Acontece que, como sabem, a justiça em Portugal é cara e costuma dizer-se (com razão) que quem tem acesso à justiça são os ricos e não os pobres e as populações.

Portanto, neste momento, o Governo Regional tem a responsabilidade e tem os instrumentos para colocar esta empresa perante as suas responsabilidades e eu pelo menos tenho o dever de dizer que o comportamento dessa empresa, em relação a esta população, não é um comportamento adequado.

Estamos a falar de apagões gerais, um apagão geral, e de repente não há explicações para ninguém. Os senhores acham isto admissível?

Eu quero saber se isto acontecesse, por exemplo, na ilha de São Miguel, um apagão geral. 10 horas sem nenhum serviço: sem telefones, sem internets. Quero saber o que é que acontecia. “Caía o carmo e a trindade” se isto acontecesse noutra ilha ou se isto acontecesse em Lisboa. Era notícia de abertura dos telejornais todos. Os jornalistas discutiam aquela questão durante uma semana e tomavam-se as maiores providências e tudo isso.

Aconteceu onde?

Ali, naquele Grupo Ocidental, esquecido por todos, Flores e Corvo, um apagão geral. A empresa não explica nada a ninguém e nada. Não se passa nada. Ninguém diz nada. Isto não pode passar obviamente sem uma forte crítica da nossa parte e sem a tentativa de resolver essa questão. Este projeto de resolução é uma tentativa do parlamento e do Governo Regional utilizarem os instrumentos para dizer: “Há ali um serviço que está contratualizado e os senhores têm o dever de o cumprir e de utilizar todos os mecanismos para o cumprir e se não o cumprirem tem que se refletir naquilo que é feito e no serviço que depois é cobrado.”

Penso que é o mínimo que se pode exigir e os senhores têm o dever de informar aquela população. Há ali direitos de cidadania.

Os senhores têm de dizer: “Bom, olhem, isto sucedeu porque tivemos que fazer esta intervenção técnica.” Os senhores têm a obrigação de fazer isto.

Não! São populações desprotegidas e o poder político não pode ausentar-se. O poder político tem de dizer: “Presente! Somos solidários, temos os instrumentos do povo dos Açores e vamos utilizá-los.”

É este o sentido deste projeto de resolução, meus senhores.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Obviamente que o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente o projeto de resolução do PPM nas suas duas recomendações ao Governo, mesmo que a esta altura já nos pareça que, o recorrente debate, a recorrente reflexão e a recorrente chamada de atenção para a situação *sui generis* e lamentável que duas ilhas do nosso arquipélago vivem, no sentido de estarem completamente alheadas e afastadas daquilo a que se chama o mundo global, começa a ser “chover no molhado”, porque nós já vimos aqui várias vezes a esta câmara dizer exatamente a mesma coisa, com resultados, até hoje, absolutamente invisíveis.

Relativamente às duas recomendações que o projeto de resolução do PPM faz, gostaria de começar pela segunda, exatamente aquela que no fundo pede, recomenda ao Governo Regional que (se me permitem a expressão) deu um

murro na mesa, exija de uma vez por todas à PT que cumpra os compromissos contratuais que estabeleceu com as populações das Flores e do Corvo. É absolutamente evidente, aos olhos do observador mais incauto, que há duas populações na nossa Região que estão a ser objetivamente roubadas por uma empresa que se chama PT. Porquê?

Porque esta empresa cobra um serviço que, pura e simplesmente, não presta e isto, Sras. e Srs. Deputados, em qualquer parte do mundo, chama-se roubo, chama-se enganar.

Portanto, recomendar ao Governo que ponha ordem na capoeira, neste caso na capoeira da PT, parece que já não é para hoje. Era para ontem e para anteontem. Já é tarde, mas mais vale tarde do que nunca.

Agora, relativamente ao primeiro ponto que é assegurar o início, tão urgente quanto possível, da extensão dos cabos de fibra ótica. Se bem ouvi, fiquei com a sensação de que até em aparte o Sr. Secretário Regional da Presidência tinha dito que a obra vai ser ainda iniciada este mês, este mês de junho.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Julho!

A Oradora: Deste mês de julho. Exatamente!

Sras. e Srs. Deputados, não posso deixar de expressar aqui, partilhar com as Sras. e Srs. Deputados e já agora com o Sr. Secretário Regional as maiores dúvidas sobre esta afirmação e vou explicar porquê.

Em maio deste ano o Bloco de Esquerda fez um requerimento endereçado ao Sr. Vice-Presidente, que não está aqui,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas é como se estivesse!

A Oradora: ... mas que foi o destinatário do nosso requerimento, que no seguimento de afirmações feitas por ele próprio (aliás, vou citá-lo tal como o fizemos no requerimento quando foi público o acordo que se estabeleceu entre o Governo Regional e a empresa Viatel) veio o Sr. Vice-Presidente dizer e vou citar: “ O Governo dos Açores afeta recursos próprios, substituindo-se ao Governo da República e a empresa Viatel tem de assumir um encargo superior ao que tinha sido contratualizado em maio de 2011 com o Governo da

República”. Legitimamente o Bloco de Esquerda pede o contrato onde esta empresa Viatel se compromete a assumir um encargo superior àquele que estava feito até então.

É uma coisa absolutamente normal. É um contrato que com certeza foi estabelecido naquela cerimónia, naquele encontro entre o Sr. Vice-Presidente e o representante da Viatel, que teve (e muito bem!) direito a notícia e a fotografia. Em maio!

Ora, no dia 27 de junho, portanto, há poucos dias, o Bloco de Esquerda recebeu a resposta a este seu requerimento e a resposta, entre outras coisas, diz duas que nos permitem duvidar de que as obras vão ser iniciadas este mês ou então as conclusões terão que ser outras.

Sras. e Srs. Deputados, numas das partes da resposta diz assim: “Aguarda-se que a empresa [a Viatel] submeta formalmente as candidaturas [as duas candidaturas para o cabo de fibra ótica e para as redes de nova geração nos 12 concelhos da nossa Região, dizia eu] ao PROCONVERGENCIA nos termos previamente acordados e enunciados na resposta para que possam ser analisadas, aprovadas e homologadas o mais brevemente possível.”

O que é que isto quer dizer?

Que dizer que no dia 27 junho, ou seja, há poucos dias, ainda nada disto estava feito e ainda consta do corpo da resposta o seguinte: “Nesta data [27 do 6] estão a ser acordadas as minutas dos contratos a estabelecer entre a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA e a empresa que irá desenvolver os investimentos que serão assinados quando as candidaturas forem aprovadas” (no dia 27 do 6).

E finalmente: “Pelo exposto à data [que é 27 do 6, reparem bem Sras. e Srs. Deputados] não existe documentação formal da contratualização, embora esteja já acordado que a empresa poderá iniciar desde já os trabalhos para avanço das obras a realizar.”

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Há uma pergunta ou duas que têm de ser inevitavelmente feitas nesta câmara.

Das duas, uma: ou nós estamos a enganar mais uma vez as populações das Flores e do Corvo; ou então o Governo Regional prepara-se para dar permissão e autorização ao início de uma obra sem ter um contrato com a empresa assinado, feito, aprovado e financiado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... ou seja, é um cheque em branco que o Governo Regional está a passar a uma empresa.

Eu pergunto em nome de quê e em nome de quem?

Não respondam em nome das populações das Flores e do Corvo porque já ninguém acredita nessa resposta.

Deputados José Cascalho (BE) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda considera que tão importante quanto finalmente dar e respeitar os direitos daquelas populações das ilhas das Flores e do Corvo sobre esta matéria, tão importante quanto isto é esclarecer, nesta câmara, de uma vez por todas, que raio de negócio, que raio de contrato, de compromisso e de combinação é que existe entre o Governo Regional e a empresa Viatel que vai começar a obra já este mês sem que haja contrato, nem coisíssima nenhuma.

E para já ficava por aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Essa é uma história longa...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Começa na Dra. Berta Cabral!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito! Muito!

O Orador: ... e é uma história que evidencia claramente a falta de vontade política que este Governo, que vai fazer 16 anos, teve ao longo desses 16 anos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E antes disso? Quem teve responsabilidade?

O Orador: Foram promessas, foram desculpas e também são contradições.

Este Governo faz lembrar aqueles automóveis da década de 60, 70 que os seus proprietários para terem a certeza que de manhã conseguem ir trabalhar ou deixam-no numa ladeira a descer, ou então, de manhã, só pegam de empurrão.

Explico porquê. É porque V. Exas. ao longo de 16 anos arrastaram os pés no processo do cabo de fibra ótica.

Em 1996, uma promessa eleitoral do Partido Socialista: alargar o cabo de fibra ótica às ilhas do Grupo Ocidental.

Em 98, o Presidente do Governo afirmava que o Governo tinha solicitado um estudo sobre os custos da ligação do cabo de fibra ótica.

Ainda em 98, o Governo considera, através do seu Presidente, de grande utilidade e “é politicamente favorável, numa perspetiva de futuro, que essa ligação se faça ao Grupo Ocidental dependendo apenas da confirmação das características técnicas deste projeto e do valor financeiro que estará em causa.”

1998!

Em outubro de 2004, o Partido Socialista defende, no seu programa eleitoral, “a comparticipação [ouçam bem] financeira” com recurso a quê? “A fundos comunitários no estabelecimento de um anel de fibra ótica submarino que interligue o atual anel de fibra ótica com as ilhas das Flores e do Corvo”.

Ainda em 2004, em dezembro, o Secretário Regional da Economia de então afirmava perentoriamente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem era?

O Orador: ... nesta casa, que “a resolução deste problema não é certamente do Governo Regional, mas é da Portugal Telecom”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: Aí a contradição que referi há pouco.

Em 2006, nesta casa também, é referido, por um Membro do Governo, que no programa PROCONVERGENCIA é afirmado que “não está *a priori* previsto financiamento do programa regional [do PROCONVERGENCIA] no domínio do investimento de infraestruturas de telecomunicações realizadas pelos grupos nacionais.”

Mas, Sras. e Srs. Deputados, há mais, há muito mais.

Em 2008, em visita à ilha das Flores, o então Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, José Contente, prometia aos florentinos que “a conclusão do anel de fibra ótica junto às ilhas das Flores e do Corvo ficará concluída na próxima legislatura.”

A 15 de abril de 2009 o mesmo Secretário da Ciência e Tecnologia afirmava que aguardava o resultado do concurso público promovido pela Portugal Telecom (não era da Portugal Telecom, depois já se percebeu porquê!)

Em novembro de 2009, o Secretário Regional, à saída do Conselho de Ilha da ilha das Flores, diz que “o Governo está a efetuar diligências junto da Portugal Telecom” (outra vez a bater à porta errada), “que está a analisar as propostas das empresas concorrentes. O Governo está atento. O cabo de fibra ótica vai chegar às Flores nesta legislatura.”

30 de janeiro de 2010, o presidente do executivo da Portugal Telecom desmente aquele Membro do Governo afirmando que a PT “é apenas consultora no processo de extensão do cabo de fibra ótica”. Essa parte o Sr. Presidente do Governo não ouviu, porque ainda este ano voltou a insistir que era lastimável, era mesmo um comportamento discriminatório por parte da Portugal Telecom não executar o cabo de fibra ótica. Não era a Portugal Telecom, era a empresa Viatel.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A Viatel está ligada a que grupo empresarial?

O Orador: Com tudo isso percebe-se cristalinamente que o Governo, ao longo de 16 anos, arrastou os pés, não tinha vontade política de fazer chegar o cabo de fibra ótica às Flores e ao Corvo, penalizando deste modo os florentinos e os corvinos.

A responsabilidade dos últimos 16 anos, que é a vossa história, é apenas e só de fazer paz, prometer, enganar as populações das Flores e do Corvo e ainda hoje, como foi agora referido pela Deputada Zuraida Soares, não sabem quando é que começa a obra. Não sabem, porque no requerimento respondido há cerca de 6 ou 7 dias é isso que lá é afirmado, não sabem quando é que a obra começa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo isso se passa porque ao Governo Regional, para além da vontade política ou da falta dela enquanto a governação na República foi socialista, agora dava muito jeito uma “briguinha” com a República para imputar responsabilidades que são vossas a terceiros.

Em boa hora vem este projeto de resolução do Partido Popular Monárquico, a esta casa, porque neste âmbito é possível demonstrar aos açorianos, e em particular aos florentinos e aos corvinos, quem é que é o verdadeiro responsável por essa negligência (não tem outro nome) que ao longo de 16 anos o Governo do Partido Socialista realizou.

Para além do mais gostaria também de dizer que, para ligar com aquilo que disse no princípio,...

Deputado Francisco César (PS): Já ninguém sabe o que era!

O Orador: ... V. Exas só pegam quando nós damos um empurrão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é verdade? É muito grave!

O Orador: No princípio do ano esse projeto de resolução apareceu em cima desta mesa. Depois, em março, nós voltámos a chamar a atenção para a necessidade de que o cabo de fibra ótica pudesse chegar às Flores e ao Corvo e só muito mais tarde, só em maio, é que V. Exas admitiram que afinal havia uma candidatura de uma empresa, mas que a candidatura não podia ser aprovada, mas também não fizeram nada para mexer os pés.

Deputado Francisco César (PS): Já está a ser desmentido!

O Orador: De encontro a uma empresa que queria nos Açores investir 20 milhões de euros nem se dignaram a ir junto dessa empresa e dizer: “Nós estamos interessados nesse investimento. É um investimento que consome recursos públicos muito abaixo daqueles que são normalmente financiados por fundos comunitários.”

Estamos a falar de recursos públicos à volta dos 64%, quando normalmente os fundos comunitários apoiam até 85%, mas isso V. Exas fizeram.

Interessava uma guerra com a República. Interessava responsabilizar a República. Porquê?

Porque nós tínhamos eleições a poucos meses.

Sras. e Srs. Deputados, termino.

Ainda bem que este projeto de resolução chegou hoje, a esta casa.

Os corvinos e os florentinos foram penalizados durante 16 anos. Foi-lhes cobrado um serviço que não lhes foi prestado. Foram-lhes feitas promessas que não foram concretizadas e hoje é possível identificar quem é o verdadeiro responsável pelo facto de ao longo de 16 anos as Flores e o Corvo não terem as mesmas condições de ligação à internet e às telecomunicações que todas as outras ilhas dos Açores.

É muito triste e não vale a pena continuarem com mais desculpas. O que era importantíssimo, já devia ter sido feito há muito tempo antes, era que a Viatel (não é a PT)...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Faz parte de que grupo empresarial, a Viatel?

O Orador: ... começasse a construir e a colocar o cabo de fibra ótica para que as Flores e o Corvo, os florentinos e os corvinos, tivessem ligações, telecomunicações em igualdade de circunstância com todos os açorianos.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Fazia intenções de, nesta intervenção, cingir-me à proposta de resolução do PPM e sobre ela tecer algumas considerações, mas vou ter de alargar o âmbito da intervenção para as intervenções das outras bancadas parlamentares, sobretudo no caso do Bloco de Esquerda, procurando esclarecer a Sra. Deputada Zuraída Soares, e no caso do PSD, procurando refutar esta tese

rebuscada e altamente contraditória em si própria do Sr. Deputado Jorge Macedo sobre o historial do processo.

Em relação ao que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares sobre a resposta ao requerimento que lhe foi remetida. De facto o que se passou, o que se passa, é muito simples de explicar. Houve um encontro entre as partes, no caso o Governo Regional e a empresa Viatel, um encontro de carácter negocial no sentido de se estabelecer um acordo, de encontrar uma plataforma de consenso que permitisse concretizar a obra, estabelecer as condições de participação de cada uma das partes no financiamento da obra. Foi isso que foi feito. Chegou-se a um acordo. Esse acordo foi tornado público e agora está a ser implementado. Isso implica que, por um lado a empresa trate do procedimento necessário, do ponto de vista burocrático, administrativo, de preparação da candidatura ao PROCONVERGENCIA, porque é por essa via que a obra será financiada no que diz respeito à parte assumida pelo Governo Regional (e que eu relembro: é 85% do valor do projeto) e, por outro lado, implica depois a apreciação dessa candidatura e a criação de minutas de contrato que depois possam ser assinadas, formalizando então definitivamente o assunto entre as partes.

Estamos a falar de uma reunião que decorreu a 17 de maio, estamos a falar de um processo que decorre desde daí. **Deputada Zuraida Soares (BE):** Não há contrato!

O Orador: Não me parece que haja aqui nada de diferente do que é o procedimento habitual.

Há uma negociação, há um acerto entre as partes, há a formalização do processo que é posterior e que decorre os seus trâmites. Não tem nada de especial.

Eu achava, o Governo acha, que o contrato que devia preocupar mais a Sra. Deputada do nosso ponto de vista, e aliás todas as bancadas, é o contrato que foi assinado pelo Governo da República em 2011, comprometendo-se ele a financiar o cabo de fibra ótica. Esse é que é o contrato relevante!

Deputada Zuraida Soares (BE): Sobre isso estamos conversados! O contrato foi rasgado!

O Orador: Porque esse é que a senhora sabe que foi assinado e esse é que a senhora sabe que foi violado e não cumprido.

Deputada Zuraida Soares (BE): Rasgado!

O Orador: Portanto, esse é, do meu ponto de vista, muito mais grave e lesivo dos interesses dos corvinos e dos florentinos do que um contrato que se está a formalizar.

O outro não! O outro foi assinado, foi dada (tanto quanto possível nestas circunstâncias e neste enquadramento) a palavra da República no financiamento da obra necessária e que todos nós reconhecemos como muito relevante para os florentinos e os corvinos e depois a República disse: “Não cumprimos o que assinamos. Não queremos saber. Não temos responsabilidade. Para nós isso não é relevante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não assinaram nada! Os senhores andaram a ludibriar!

O Orador: Pague o Governo Regional lá a obra que precisa. Entenda-se com a empresa, porque nós, o papel que foi assinado, não vamos cumprir.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual papel?

O Orador: O papel assinado nas Flores, em 2011.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual papel? Isso é propaganda!

O Orador: Isso é que é o desrespeito total pelos compromissos assumidos e pela responsabilidade da palavra dada.

Portanto, este Governo da República disse: “Não cumprimos. Paguem os senhores. Entendam-se com a empresa, porque nós não vamos pagar nada que diga respeito ao cabo de fibra ótica nas Flores e no Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era isso que estava no contrato que os senhores entregaram às pessoas! Os senhores é que vêm enganar as pessoas!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

A sua tese é um bocadinho difícil de seguir. Vem de 96, dá voltas e viravoltas,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tudo afirmações vossas!

O Orador: ... empurrões, ladeiras, subidas e descidas, mas realmente a data chave é 96, Sr. Deputado, mas não é a partir da governação do PS. A data chave é setembro de 96, quando o Governo Regional de então, em que figurava como titular da pasta das finanças a sua atual presidente,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não tem vergonha!

O Orador: ... decidiu aceitar e contratualizar com a PT um cabo de fibra ótica que unisse as ilhas dos Açores e disse: “Flores e Corvo tenham paciência, mas vão ficar de fora.”

Essa é que a data fundamental do processo, porque se em 96 quando se negociou com a PT os termos da execução do projeto, se tivessem incluído as Flores e o Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... como era lógico e como era justo e equitativo para todos os açorianos, nós nunca teríamos nenhum dos problemas históricos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É preciso ter lata!

Deputada Benilde Oliveira (PS): É preciso é esclarecer!

O Orador: ... que viemos tendo ao longo dos tempos com Governos da República do PS e com Governos da República do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande lata!

O Orador: Se em 96 a Sra. Secretária das Finanças, então responsável por essas áreas,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Rigor, coisa que vocês não têm!

O Orador: ... tivesse dito assim: “Não senhor! Nós só aceitamos um contrato que incluía todas as ilhas dos Açores.”

Deputado Rui Ramos (PSD): Estamos em 2012, Sr. Deputado!

O Orador: Se a Dra. Berta Cabral tivesse dito isso nessa altura, nós não estávamos com o problema que estamos ou que tivemos até agora.

E mais!

Esse contrato, esse de 96, assinado pelo Governo Regional do PSD custou 21 milhões de euros a preços atuais. 21 milhões de euros para deixar de fora os florentinos e os corvinos. 21 milhões de euros! A que se deve acrescentar o

esforço financeiro que o Governo Regional atual vai fazer, dos seus fundos comunitários, porque são recursos próprios...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Dos seus? Dos seus? Os fundos são da Região!

O Orador: Sim! Dos fundos comunitários alocados à Região (dos seus, da Região).

... obrigando a reestruturar alguns projetos em curso ou pensados para serem implementados e vai com isso prescindir dessa verba...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Para cumprir um compromisso com 16 anos!

O Orador: ... que já estava pensada para outros projetos para garantir que se faça aquilo que os senhores, quando eram Governo, deixaram que não se fizesse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Esse é que é o fulcro da questão.

Portanto, foi setembro de 96, foram 21 milhões de euros e foi a Dra. Berta Cabral que na altura...

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Secretário, estamos em 2012! O que é que os senhores fizeram?

O Orador: ... não demonstrou qualquer tipo de vontade política de resolver o problema.

Essa é que é a questão que o Sr. Deputado evitou, não disse, mas nós estamos aqui para lembrá-lo que a história começa mais cedo.

Sobre o que disse o PPM.

Há claramente uma componente da sua iniciativa política que ficou desatualizada, que diz respeito ao próprio projeto de construção do cabo de fibra ótica e a concretização desse ensejo. Essa parte foi o tempo que a desatualizo e o filme dos acontecimentos, digamos assim. Mas há uma componente que se mantém infelizmente (diria eu) atual e que diz respeito às obrigações contratuais que tem a PT, a empresa operadora, perante os clientes do Grupo Ocidental dos Açores e perante o serviço que presta.

Nessa medida o Governo Regional tem, como já foi aliás transmitida em comissão e em circunstâncias anteriores, noutras ocasiões, insistido junto da empresa, junto das entidades responsáveis pela fiscalização do funcionamento do mercado para que fosse resolvido o problema que a empresa alega ter características de base técnica (será em primeira instância um problema técnico) e que a própria PT agora diz que será resolúvel, mas a partir do momento que houver o cabo de fibra ótica.

Nós partilhamos da preocupação e da indignação em certa medida pelo serviço prestado e, portanto, compreende-se que essa componente da vossa iniciativa se mantenha atual.

Agora há uma ligeira destriça que deve ser feita. Não se fique com a ideia de que como é o Governo Regional a entidade que, segundo o PPM, deve assumir, digamos, a cabeça desse movimento de contestação ao serviço prestado que não se fique com a ideia que a qualidade do serviço prestado é uma responsabilidade do Governo Regional. É da empresa e é do mercado que tem um regulador e uma autoridade nacional e esse regulador e essa autoridade nacional, que é a ANACOM, é a entidade que já devia há muito ter olhado para esse problema com olhos de ver e ter acionado os mecanismos que tem ao seu dispor e os procedimentos necessários...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... para que a operadora do mercado preste o serviço que diz que presta, ou corresponde às expectativas do cliente, ou não correspondendo, que os clientes sejam devidamente compensados pelo facto de serem destinatários de um serviço de qualidade criticável e condenável.

Portanto, sobre essa matéria não temos qualquer dúvida, nem nenhum comentário a acrescentar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta iniciativa do PPM, aliás quando ela foi agendada, pensei (pelos vistos pensei mal) que relativamente ao primeiro ponto da recomendação que eventualmente o PPM até retirava esse primeiro ponto, uma vez que o problema estava resolvido. Pelos vistos não está e esta é uma história...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah, está, está!

O Orador: ... que continua a ser uma história interminável, a ligação do cabo de fibra ótica às ilhas do Grupo Ocidental.

Infelizmente parece-me que teremos de passar mais algum tempo...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que o senhor quer mais?

O Orador: ... a olhar para as questões da fibra ótica. Esperemos que não e certamente assim o desejamos, mas pelos dados que estão disponíveis, ao que parece isto ainda se vai prolongar no tempo.

Isto para dizer, Sr. Deputado, que independentemente de julgarmos que esta questão estaria ultrapassada, vamos dar o nosso apoio ao seu projeto de resolução.

Julgamos, entretanto, que de facto há aqui um espaço para a intervenção do Governo Regional relativamente àquilo que é o serviço prestado pela operadora nas ilhas do Grupo Ocidental, mas cabe também à República intervir junto da entidade reguladora para que isso possa acontecer.

Aliás e nesse propósito, eventualmente ainda discutiremos durante este plenário uma proposta do PCP que vai neste sentido.

Relativamente à ligação do cabo de fibra ótica às ilhas do Grupo Ocidental é evidente que isto tem uma longa história.

Ela já foi aqui de alguma forma dissecada e não há dúvida que há aqui responsabilidades muito graves, desde logo aquelas que decorrem da decisão que foi tomada pelo último Governo do PSD, porque aí é que está a génese do problema, quando numa primeira instância e eventualmente por uma questão de rigor orçamental...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual rigor orçamental? Estávamos em crise!

O Orador: ... (como possivelmente o Sr. Deputado Jorge Macedo agora virá retorquir) não foi ligado.

Mas a questão é esta. É que se na altura a ligação, o anel do cabo de fibra ótica, tivesse ficado ligado às Flores e ao Corvo o conjunto do custo total da obra era insignificante.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Pois é evidente! Eu não sei o que é que estou a dizer, V. Exa é que sabe!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não sabe!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas estamos aqui para ouvi-lo!

O Orador: V. Exa sabe aquilo que diz, mas às vezes demonstra que é desmemoriado, porque V. Exa há pouco, quando fez o histórico, esqueceu-se de que efetivamente a génese...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diogo Silves descobriu os Açores!

O Orador: ... do problema (e passados todos estes anos ainda estarmos aqui a discutir a ligação do cabo de fibra ótica às ilhas ocidentais) resulta de uma decisão do Governo do PSD, no qual a líder do PSD fazia parte e no qual teve um papel decisivo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Teve sim senhor, um papel decisivo!

O Orador: ... relativamente a esta questão.

É evidente que isto não justifica a demora e as responsabilidades que os governos do Partido Socialista têm relativamente a esta questão, mas é bom (e já que o Sr. Deputado veio fazer a história dos governos do Partido Socialista) que não se esqueça também de fazer a história completa e a história completa tem de facto uma decisão inicial que é tomada pelo PSD.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mal tomada!

O Orador: Relativamente ao papel que o PCP tem tido neste processo dizer e lembrar (já que estamos a fazer história) que o PCP (e quem me antecedeu nesta câmara) foi o primeiro partido a exigir para o Grupo Ocidental a ligação do cabo de fibra ótica.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Gostaria exatamente de começar por uma afirmação do Sr. Secretário Regional da Presidência que considero que é extremamente infeliz, é extraordinária mesmo.

Diz o Sr. Secretário Regional da Presidência que o Governo Regional tem de prescindir de fundos para os investimentos previstos para cumprir um compromisso com 16 anos?!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ó senhor, mas o compromisso e responsabilidade não são do Governo Regional!

O Orador: Quantos anos têm esses investimentos previstos?

Estamos a falar de um compromisso que o Partido Socialista assume há 16 anos para com os florentinos e os corvinos e vem agora o senhor dizer que o Governo Regional prescinde?!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos a falar de um compromisso que o Governo da República, que o senhor apoia, rasgou!

O Orador: É uma coisa impressionante! Já lá vamos chegar ao Governo da República.

Esta, obviamente, não era a minha nota inicial para esta intervenção, mas não posso ficar indiferente a essa afirmação. **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Estou a falar de um compromisso que o seu Governo da República rasgou!

O Orador: Vou chegar ao Governo da República, Sr. Deputado!

A minha segunda palavra...

Sr. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Paulo Rosa faça favor.

O Orador: A minha intervenção está a prejudicar os apertes!

Com toda a serenidade, Sr. Presidente, a minha segunda palavra é para felicitar o proponente por esta iniciativa.

É uma iniciativa clara, cristalina tanto no seu preâmbulo, como no corpo resolutivo.

Além de cristalina é de uma lisura e verticalidade política e de uma honestidade intelectual que são inatacáveis.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Não só reconhece o capital político de várias forças aqui representadas, entre as quais está o CDS-PP, particularmente desde o início desta legislatura, como assume claramente que não procura a culpabilização, procura antes a solução.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ou seja, é um projeto de resolução que deve ser encarado e é por nós visto pela positiva. Consideramos também, tal como o proponente, que não é extemporânea. Apesar de ter sido apresentada em janeiro continua a fazer todo o sentido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Felizmente!

O Orador: A questão dos culpados e dos beneméritos obviamente não cabe neste processo, porque os culpados e os beneméritos serão julgados politicamente em sede própria e no momento próprio que se avizinha e obviamente parece-nos que o proponente aqui também esteve bem e importa frisar esta parte.

O proponente faz ainda uma caracterização que nós consideramos muito acertada do efeito que a exclusão das Flores e do Corvo à ligação ao anel de fibra ótica tem na economia local, nos serviços públicos e nas empresas que são largamente afetadas.

Não podemos esquecer que obviamente esta exclusão tem um momento inicial que foi inépcia de um Governo do PSD, mas é profundamente desonesto estarmos hoje, a 16 anos à frente desse momento, desse erro inicial, a culpar exclusivamente quem cometeu o pecado original, passe a expressão.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Oh Sr. Deputado, nós vamos resolver!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Quanto é que isso vai custar à Região?

O Orador: Não se pode branquear 16 anos de insucesso sucessivo de governos do Partido Socialista, 13 deles é preciso não esquecer com governos socialistas também na República.

Obviamente que aqui tenho que deixar uma veemente e feroz crítica ao Governo Regional dos Açores...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Claro!

O Orador: ... que de há um ano para cá, na ânsia de fazer guerrilha institucional ao Governo da República, lembrou-se que a responsabilidade da exclusão do anel de fibra ótica é de um Governo da República que tem um ano, esquecendo-se dos 16 anos de governação socialista na Região, de 2 quadros comunitários que entretanto vigoraram,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A gente já fala!

O Orador: ... 13 desses anos foram com governos socialistas na República e isto é obviamente censurável.

Cingindo-me novamente à iniciativa em apreço a parte resolutiva tem dois pontos, que são claros e cristalinos. Nós já assumimos nesta casa que a haver responsabilidades do Governo da República, o Governo da República independentemente do partido ou dos partidos que o integram tem que assumir as suas responsabilidades (e neste ponto, que é o ponto 1 da resolução, nós estamos perfeitamente de acordo), quanto ao ponto dois obviamente que o roubo (como foi aqui já invocado pela Sra. Deputada Zuraida Soares a que a PT submete os florentinos e os corvinos) obviamente não pode ter continuidade.

Compete, sim senhor, Sr. Secretário Regional da Presidência, à ANACOM intervir neste assunto, mas compete ao Governo Regional, que deve zelar pela defesa de todos os açorianos, intervir junto da ANACOM neste sentido...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já o fez várias vezes!

O Orador: ... e não se percebe porque é que ainda não o fez.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já o fez!

O Orador: Portanto, em suma, este é um projeto de resolução que pretende salvaguardar os direitos dos florentinos e dos corvinos, que são sistematicamente violados, resolver uma assimetria que é inaceitável e que dura há 16 anos e como tal terá, naturalmente, o apoio do CDS-PP.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Começaria por dizer que nesta disputa das responsabilidades temos que ter cuidado ou então ainda nos arriscamos todos a ir ter à implantação da República, porque de culpa em culpa, quem é o primeiro culpado, quer dizer, nunca mais saímos daqui. Ou eu me engano muito, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, ou os corvinos e os florentinos...

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

A Oradora: Estava eu a dizer ou eu me engano muito e assumo que me poderei enganar, ou nesta altura do campeonato os corvinos e os florentinos estão perfeitamente indiferentes, estarão perfeitamente indiferentes (ia dizer outra coisa, ia dizer estão nas tintas, mas recuperei e corrigi), e ser-lhes-á completamente indiferente (mas eles percebem o que estou a dizer...

Deputado José San-Bento (PS): Percebemos!

A Oradora: ... e é para eles também que estou a falar) de quem é a culpa, quem foi o primeiro, quem foi o segundo, quem é que se esqueceu, quem é que não cumpriu, quem é que não estendeu... Não lhes interessa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Interessa, interessa!

A Oradora: O que lhes interesse é que agora, neste momento, seja feita alguma coisa de concreto, porque, Sras. e Srs. Deputados, o Corvo e as Flores arriscam-se a ser a única região se calhar do mundo...

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sra. Deputada, não é bem assim!

A Oradora: ... onde num serviço público a que alguém recorra, corremos o risco de haver uma resposta deste género: “Está demorado. Vai ter que esperar um bocadinho, porque isto agora foi informatizado e, portanto, demora muito tempo.”

Isto é absolutamente inaceitável em pleno século XXI.

Quanto às responsabilidades elas estão tão bem distribuídas que até apetece dizer “palavras para quê”!

Começou no PSD com o anterior Governo Regional, passou para o Partido Socialista com o atual Governo Regional, passa pela República pelo Governo da República e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, sinceramente acho de uma inutilidade total neste momento estar à procura da culpa, da culpa, da culpa.

Finalmente, Sr. Secretário Regional da Presidência, o problema, ao contrário daquilo que o Sr. Secretário percebeu ou quis fazer crer da minha intervenção, não é o contrato que vai estabelecer um ilegítimo compasso de espera até que esse contrato se estabeleça entre o Governo Regional e a Viatel. O problema Sr. Secretário Regional não é esse. O problema é que neste momento, hoje, dia 3 de julho, não há nem candidatura aprovada, nem contrato. Esse é que é o problema e quando o Sr. Secretário Regional diz “a obra vai começar ainda este mês”,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É esse o compromisso com a empresa!

A Oradora: ... o Bloco de Esquerda então quer fazer-lhe a pergunta diretamente:...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas não sou eu que vou fazer a obra!

A Oradora: Sr. Secretário, está neste momento em condições de, nesta câmara, dizer aos corvinos e aos florentinos que a obra vai ser iniciada este mês, quando nós sabemos que hoje, dia 3 de julho, nem as candidaturas foram aprovadas ao PROCONVERGENCIA, nem existe contrato?

Esta é que é a questão.

Que é necessário esperar, que é necessário dar tempo, todos nós percebemos e quem esperou até agora...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então se percebem, isso não faz sentido.

A Oradora: ... com certeza que esperará mais alguns dias, ou até semanas se souber que no final desse tempo a obra se vai concretizar. Agora, dizer que ela vai começar quando nada disto ainda está feito, Sr. Secretário Regional, permita-me que lhe diga, acho que não é o melhor caminho de sossegar as pessoas e de lhes garantir que, sim senhor, a obra vai ser iniciada este mês.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O melhor caminho é a obra iniciar-se!

A Oradora: Para finalizar. Sem dúvida nenhuma que o Governo da República tem toda a obrigação, até pelas responsabilidades que tem sobre esta matéria, de insistir junto da ANACOM para por ordem (volto a repetir) na capoeira da PT, mas isso não iliba que o Governo Regional não faça exatamente a mesma coisa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já fez! Já temos feito!

A Oradora: Porque, Sras. e Srs. Deputados, nós também já percebemos uma coisa: se ficamos à espera do Governo da República para alguma coisa vamos esperar sentadinhos, muito obedientes e sem coisíssima nenhuma à vista.

Portanto, aquilo que o Bloco de Esquerda faz desta bancada é exortar vivamente o Governo Regional a ser ele a tomar em mãos esta responsabilidade e este compromisso...

Deputado Paulo Rosa (*CDS-PP*): Foi isso que foi proposto!

A Oradora: ... de pressionar a ANACOM de todas as maneiras possíveis e pôr a PT a comportar-se como uma empresa decente, que tem a obrigação de o ser, seja nesta Região, seja em qualquer outra parte do nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Gabriel Eduardo tem a palavra.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o projeto de resolução que nos traz aqui infelizmente já descambou por muitos outros sítios. Rebuscando as palavras da Deputada Zuraida na primeira parte desta segunda intervenção, realmente não

interessa (e eu já o tinha dito nesta legislatura) quem são os pais desta obra, ou se o cabo nasceu órfão.

Deputada Zuraida Soares (BE): E mães! Há pais e mães!

O Orador: Nesse aspeto, já o tinha dito aqui, e mantenho, porque tem de haver em todos nós a coerência, independentemente daquilo que defendemos ideologica e partidariamente. Por isso, não abduco dessa frase que disse em outros tempos. Que não haja pais, nem mães deste cabo e que ele nasça órfão.

Voltando ao objeto.

As ilhas das Flores e do Corvo têm sofrido sempre com o seu afastamento geográfico a ocidente do arquipélago, ainda mais do que as restantes ilhas, sofrendo já da normal insularidade.

Em pleno século XXI a ligação à internet é tremendamente importante para em parte superar essas distâncias e essas carências e para quem vive nas ilhas das Flores e do Corvo poder conectar-se ao resto do mundo.

Acontece que em ambas as ilhas, nos últimos tempos, a ligação à internet tem sofrido um tremendo decréscimo na sua velocidade de ligação devido, sobretudo (pensamos nós e penso eu), a um cada vez maior número de utilizadores. Penso eu!

Este tratamento da falta de ligação penso que se repercute no quotidiano de todos os florentinos e corvinos.

É muito lenta a velocidade de internet, tem fraca pujança nas comunicações, na troca de dados que as empresas comerciais e as entidades públicas têm que fazer com o exterior, até as nossas chamadas telefónicas. É verdade, Sr. Deputado!

Mas também é verdade que já por diversas vezes este Governo Regional e esta bancada têm vindo a reivindicar que o serviço de internet seja efetivamente cumprido nas ilhas das Flores e Corvo com as velocidades de ligação que foram publicitadas e contratualizadas com os florentinos e os corvinos.

Acrescentar ainda que os nossos 3 concelhos ocidentais têm uma taxa a rondar os 42 acessos telefónicos por cada 100 habitantes, quando a média na Região se situa abaixo dos 30, o que leva a crer que muitos florentinos e corvinos

mantenham a sua ligação telefónica fixa pelo simples facto de ser este o seu único meio de acesso à internet. Refira-se que isso acresce logo o valor. Pagamos 20€ pelo pacote do SAPO e Telepac, ambos da Portugal Telecom, e acresce que isto é 10% abaixo do contratado e acresce também que pagamos a taxa fixa de telefone de 15€.

Tem sido sempre esta bancada e o Governo Regional dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, acérrimos defensores da efetiva ligação à internet em igualdade de circunstâncias e de condições com o restante arquipélago, das ilhas do Grupo Ocidental, às restantes ilhas e até ao continente português.

Deputado João Costa (PSD): Quando?

O Orador: Digo isso porque aquelas populações são tão clientes da Portugal Telecom como os restantes açorianos. Naquelas ilhas os clientes deste operador pagam um serviço de que não usufruem, de que resulta dinheiro gasto sem resultados, com evidente prejuízo para todos, em especial para a atividade económica.

Até aí estaremos de acordo e estaremos de acordo no objeto e na sua resolução nesse aspeto. No aspeto em que muitas bancadas falaram de que não há trabalho, de que não há vontade, de que não há efetivamente a procura de soluções, aí discordo em completo e em absoluto, porque também estou nesta bancada e se há alguém que também se tem esforçado por trazer este assunto e por ver este assunto resolvido, tem sido eu, portanto, não se pode confundir a árvore com a floresta, nem vice-versa.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Rosa)

O Orador: Não, não!

Estou só a tecer alguns comentários.

Também sabemos que o facto da transmissão de dados via satélite se manter igual ao que foi instalado inicialmente e de não haver um aumento por parte da PT pode levar a esse constrangimento.

Aliás, o esclarecimento que a PT nos enviou...

Deputada Zuraida Soares (BE): É uma vergonha!

O Orador: ... aquando da anterior petição vem referir exatamente isso. É do conhecimento de todos que nós temos um problema de crescimento de tráfego causado em particular pelo vídeo e também devido às limitações técnicas. Praticamente escusam-se em limitações técnicas.

Nós próprios já falámos em sede de comissão da possibilidade de alargar a banda. É como nós dissemos. Há uma banda fixa para as Flores e o Corvo e, portanto, é uma ponte. Uma ponte vamos imaginar que com 10 faixas, que tem um número determinado de tráfego. Podemos muito bem, por vezes, até pagando mais (e lá está, a PT não está aqui a trabalhar, infelizmente, para as Flores e para o Corvo) aumentar determinadas faixas para um cliente, mas quer dizer que os outros só vão usar, por exemplo, 8 faixas. Já em sede de comissão tentei dizer isso.

No entanto, queria também aqui dizer, porque foi acusado o Governo Regional (e também foi em comissão), que o Secretário Regional da Ciência e da Tecnologia afirmou que sempre esteve atento e a perceber que essa situação ocorre naquele grupo. Diz então o Secretário que “esta situação se traduz num limitado acesso à internet nessas duas ilhas” e que a venda de um produto por um preço, como está a ser feito, sem a referida qualidade, deve ser comunicada à autoridade das comunicações, a ANACOM, que deveria atuar, pois é a entidade com autoridade para o fazer. Aí também o digo.

Na sua resolução divide em 3 grandes culpados: a PT, o Governo da República e o Governo Regional.

No entanto, no objeto resolutivo em causa apenas aponta o Governo Regional como tal.

Já hoje aqui nesta casa foi falado pelo Deputado Aníbal (e aí concordo mais) que o Governo Regional, exatamente, poderá ter um papel nesta reivindicação, mas não podemos descurar a responsabilidade do Governo da República.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Está no ponto 1!

O Orador: Diga?

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Está no ponto 1 da resolução a responsabilidade do Governo República!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Até que enfim que alguém dessa bancada percebe isso!

O Orador: Certo.

Também lhe digo (não queria ir muito por aí, mas forçou-me a isso o Sr. Deputado Jorge Macedo, embora eu não goste muito de ir empurrado para lado nenhum) que acho que o senhor hoje não esteve cá, esteve a jogar no banco.

Sobre o projeto de resolução do Deputado Paulo Estêvão o senhor nem comentou. Falou única e exclusivamente do cabo de fibra ótica e da história que nós já todos conhecemos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas não naquela versão! Conhecemos noutra versão, não na verdadeira!

O Orador: ... e é por isso que digo que não quero ir empurrado para lado nenhum, mas vou de boa vontade falar consigo.

Sabe muito bem, Sr. Deputado, que esse assunto tão sobejamente falado e distorcido por todos (também o digo, é preciso que se note) não pode ser esquecido que foi pela mão e pelos atos da então Secretária Regional das Finanças e Administração Pública do Governo Regional do PSD que estas ilhas ficaram de fora. Digo-lhe: ou foi por omissão, ou porque este seria o custo para a cobertura destas duas ilhas. Seria demasiado! Até lhe digo que se calhar seria demasiado, porque numa resposta (que já aqui uma vez, em fim de debate e que está no Diário das Sessões, mas vou repetir-lhe hoje) que vem da Comissão Europeia a uma pergunta de uma deputada europeia diz que “A apresentação das candidaturas e a decisão de afetação dos montantes incumbiu às autoridades regionais de então procurarem desenvolver o máximo número de projetos da forma mais eficaz possível. As ilhas das Flores e do Corvo possuem conjuntamente uma população de 4.400 habitantes e distam da ilha do Faial, a ilha mais próxima, 140 milhas marinhas e cerca de 500 da ilha de São Miguel. Devido aos custos da cobertura destas duas ilhas por fibra ótica decidiu-se

efetuar a sua cobertura através de outros meios técnicos alternativos: feixes hertzianos e satélite.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que fez essa pergunta?

O Orador: Ilda Figueiredo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! É bom que diga!

O Orador: Está provado quem é que deixou a ilha das Flores de fora.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E porquê?

O Orador: Não gosto de ir por empurrão. Só para clarificar-lhe essa parte, Sr. Deputado.

Mas acho que o problema da internet ainda poderia vir a montante.

Nós aqui, nos Açores, não é só para as Flores e para o Corvo, pagamos demasiado (mas isso ficará para uma próxima intervenção) pela nossa internet à empresa concessionária. Se compararmos, por exemplo, a ligação Los Angeles/Tóquio o custo de 10 Gigas está por 40 mil dólares; nos Açores, para fazer Lisboa/Açores, a tarifa mensal é para 1 Giga (não para 10) de 45 mil euros.

Fico-me por aqui por agora.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Só lhe pergunto: de quem é a responsabilidade desta taxa para os Açores?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vai empurrar, Sr. Deputado, pois não?

Deputado Jorge Macedo (PSD): A cadeira!

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ficou aqui patente que a única justificação que o Partido Socialista e a sua bancada conseguem dar aos florentinos e aos corvinos é de que em 1995 foram cobertas por cabo de fibra ótica 7 das 9 ilhas, mas os florentinos e os corvinos, e

os açorianos de um modo geral, sabem e compreendem que os hospitais foram feitos todos de uma vez?

E as estradas foram feitas todas de uma vez?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não tem nada a ver!

O Orador: E os portos foram feitos todos de uma vez?

E os aeroportos foram feitos todos de uma vez?

Sras. e Srs. Deputados, respondam: os portos, os aeroportos, as escolas e os hospitais foram todos de uma vez?

Não foram, pois não? Qual a razão?

Porque é preciso a utilização dos recursos públicos com parcimónia e rigor. Sabem o que é que é parcimónia e rigor?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah, é! Ainda bem que diz!

O Orador: Não foram feitos todos de uma vez, o que justificou que em 1995 foram cobertas 7 das 9 ilhas, posteriormente teria sido bom, teria sido desejável, que fossem cobertas mais as outras duas ilhas.

Em 1997, 98, 99, 2000, era bom, mas não!

Estamos em 2012, passados 16 anos de governação do Partido Socialista e os florentinos não têm cabo de fibra ótica e os corvinos não têm cabo de fibra ótica.

Esta é que é a verdadeira razão. 16 anos para estender ao Grupo Ocidental um cabo de fibra ótica e este Governo foi incompetente e negligente e não conseguiu cumprir, inclusivamente, as suas próprias promessas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estamos a cumprir, Sr. Deputado!

O Orador: É porque se estivessem calados, não tivessem dito nada, tivessem dito: “Olha, quando não incluíram as Flores e o Corvo em 95, tivessem incluído. Olha, a partir de agora estamos calados.”

Mas não! Disseram que iam fazer e estender o cabo de fibra ótica às Flores e ao Corvo, mas não fizeram. Enganaram os florentinos e os corvinos e agora a culpa é de quem não fez tudo de uma vez?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Começa aí!

O Orador: Olhe, os açorianos compreendem que essa desculpa é desculpa de mau pagador.

Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*): Não é!

O Orador: V. Exa e este Governo são mesmo um carro velho, um carro velho que já não pega, precisa de ficar numa rampa, ou então de manhã precisa de ser empurrado.

Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Diga, Sr. Deputado, mas não me empurre!

O Orador: É que o senhor nem a gente empurrando lá vai. É que o Sr. Deputado podia perfeitamente dizer que o importante era que nos últimos 16 anos o cabo de fibra ótica aparecesse ou fosse estendido às Flores e ao Corvo, mas a sua preocupação é outra. A sua preocupação é dizer que a responsabilidade é também de lá de fora. Faz parte da estratégia e faz parte também da estratégia servir de muleta ao Governo do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E a sua é fingir que os de lá de fora não têm culpa!

O Orador: Gostaria por último de dizer duas coisas.

A primeira é que é preciso que fique bem claro nesta Assembleia que após 25 mil milhões de euros gastos por este Governo ao longo dos últimos 16 anos, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não tem nada ver! Outra vez a mesma conversa!

O Orador: ... este Governo não teve 1,9 milhões de euros...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não são 1,9!

O Orador: ... de recursos próprios e mais 8, 9 ou 10 milhões de euros de fundos comunitários para estender...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é não teve!

O Orador: Nos últimos 16 anos gastaram-se 25 mil milhões, mas não tiveram 1,9 mais 8, 9 ou 10 milhões de euros. De grosso modo, contas redondas, 12 milhões de euros para estender o cabo de fibra ótica às Flores e ao Corvo.

É preciso que os florentinos saibam disso. Um governo que gastou 25 mil milhões, mas que não teve 12 milhões em 16 anos para levar o cabo de fibra ótica às Flores e ao Corvo.

Termino. Quando o Partido Socialista disse que essa bancada foi forte, foi dura na defesa do cabo de fibra de ótica, lamento desiludi-los...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já nada que o senhor faça nos consegue desiludir!

O Orador: ... mas a 11 de fevereiro de 2004, nesta casa, o Deputado representante da ilha das Flores do Partido Socialista, Manuel Herberto Rosa, em resposta ou em debate a uma declaração política do Deputado Paulo Valadão, em que falava entre várias coisas também do cabo de fibra ótica, diz o seguinte: “De qualquer modo [estou a citar o Deputado Manuel Herberto Rosa], e centrando-me na questão em concreto, neste momento e em função das tecnologias disponíveis [2004, não é o século passado, é 2004] o Grupo Ocidental [ouçam bem!] não é discriminado pelo facto...

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Diga lá!

O Orador: ... de estar a utilizar uma tecnologia alternativa [ouviram bem?], porque a estação terrena da Marconi dá resposta [ouçam só esta palavra] adequada ao tráfego e às exigências do momento, o que não significa [vou ler até ao fim] que – e esta é a posição que eu, em nome do Partido Socialista, queria deixar aqui expressa – se possível, se necessário, se adequado, não lutemos e não façamos os possíveis para que o cabo de fibra ótica também possa ser estendido ao Grupo Ocidental.”

Com uma declaração dessas ...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... (“se possível, se necessário, se adequado”) está justificada a vontade política do Governo do Partido Socialista e dessa bancada que fizeram

com que ao longo dos 16 anos o cabo de fibra ótica não chegasse aos florentinos e aos corvinos.

Deputados Luís Garcia e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): E a Comissão Europeia à espera que o Governo dissesse qualquer coisa!

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Gostaria de começar esta segunda intervenção que vai forçosamente ser breve referindo-me àquela que foi a última intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, em que falava da inutilidade, da culpa e da história que já todos nós conhecemos e obviamente que estou perfeitamente de acordo com isso e nem vou falar de portos, nem de aeroportos, nem se foram todos feitos ao mesmo tempo, nem se foram feitos faseadamente no tempo.

Vou respeitar o espírito da resolução, que é um espírito construtivo, o espírito da busca das soluções e não o espírito da culpabilização, porque essa já foi bastas vezes aqui e será julgada no local próprio e no momento próprio, como já disse na primeira intervenção.

Fiz as alusões que fiz na primeira intervenção obviamente porque não podemos ficar indiferentes, o CDS-PP não fica indiferente à guerrilha permanentemente instalada entre o PS e o PSD que, na tentativa sôfrega de branquearem as suas próprias responsabilidades neste processo, empurram de um para o outro.

Não é esse o nosso espírito e isso, Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, concordo com quase tudo o que disse, exceto uma coisa. O cabo de fibra ótica quando nascer não será órfão, será filho dos florentinos e dos corvinos, um filho legítimo e um filho desejado.

Agora centrarmo-nos naquilo que é essencial. De facto a resposta do Governo Regional ao requerimento do BE é uma resposta preocupante.

Tem o Sr. Secretário Regional da Presidência condições para afirmar hoje perentoriamente aqui, nesta câmara, que a obra irá avançar no mês de julho?

É porque Sr. Secretário há 4 mil e tal açorianos, neste momento, de cronómetro ligado na expectativa de que desta é que é e obviamente que eu sou também um deles, o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo é outro e todos nós estamos interessados em que isto vá a bom porto finalmente.

Ainda outra questão que se prende com as afirmações do Sr. Secretário Regional da Presidência com uma das quais eu concordo em pleno e que tem a ver com a sua constatação de que é à ANACOM que compete a regulação.

O que eu gostaria de saber, Sr. Secretário, é que feita esta constatação por parte do Governo Regional, que iniciativas teve já o Governo Regional face à ANACOM para que solucionasse o problema da fraude com que os florentinos e os corvinos se deparam diariamente ao pagarem por um serviço de qualidade muito superior àquele de que realmente beneficiam?

Sr. Secretário, isto é que interessa saber neste momento.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não era minha intenção voltar ao debate,...

Deputado João Costa (*PSD*): Mas a coisa está a correr mal!

O Orador: ... mas ficaram um ou dois factos que foram destacados nas intervenções que entretanto ocorreram e que me parecem merecer, da parte do Governo, algum comentário ou reparo.

Em relação à última intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo. Em primeiro lugar, uma constatação quase de índole pessoal. O Sr. Deputado fez duas intervenções neste debate, não disse uma palavra sobre a iniciativa que estamos a apreciar, o que me parece revelador da sua intenção e da estratégia que adotou para esta ocasião.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Infelizmente não teceu um comentário sequer sobre o que está em debate em concreto, a proposta de resolução do PPM, coisa que, por exemplo, o

Sr. Deputado Paulo Rosa fez com rasgados elogios à iniciativa e à lisura da iniciativa que foi algo que até me surpreendeu por ser tão assumido.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Mas ficaria bem conhecer!

O Orador: Em relação ao que disse o Sr. Deputado Jorge Macedo parece-me, no mínimo, incongruente, para não dizer algo mais contundente, que os senhores passem os plenários todos a falarem em coesão, em desenvolvimento harmonioso dos Açores, no perigo de desertificação das ilhas mais pequenas, na necessidade de não haver 2 ou 3 ritmos de desenvolvimento das ilhas açorianas, no respeito pelas especificidades do Corvo e das Flores e que depois tenham decidido, quando tiveram a faca e o queijo na mão, deixar de fora...

Deputado Rui Ramos (PSD): Quem é que deixou de fora?

O Orador: ... exatamente as ilhas que, por natureza, já seriam as mais prejudicadas e aquelas com menor capacidade de fazerem valer os seus direitos. Espanta-me que se fale no perigo de desertificação da Graciosa, que se fale na necessidade de incrementar majorações para as ilhas da coesão e depois quando se tem de decidir, se decida deixar cair exatamente as duas ilhas mais afastadas do centro nevrálgico dos Açores e se mande às malvas os conceitos que se diz defender com tanta paixão, como a coesão e o desenvolvimento harmonioso dos Açores.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): E o que é que o senhor fez em 16 anos?

Deputado Rui Ramos (PSD): Já são 16 anos, Sr. Secretário!

O Orador: É sintomático. É o discurso que a gente conhece, é o discurso que fizeram na República, que é quando estão na oposição resolvem tudo...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Nem o senhor acredita naquilo que está a dizer!

Deputado Rui Ramos (PSD): 16 anos! Mexa-se!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... quando estão na oposição são a favor de tudo o que é benéfico do ponto de vista eleitoral e quando vão governar cortam sempre, em primeiro lugar, naquilo que é mais fácil prescindir.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): É uma coisa à José Sócrates!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): 16 anos sem fazer!

O Orador: Portanto, os senhores deixaram, por razões exclusivamente financeiras ao que se sabe, cair logo ali, no início do processo as Flores e o Corvo, quando deviam ter não só...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Não tiveram capacidade de levantar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... incluído todas as ilhas no primeiro pacote (no único, seria no caso o único projeto), ou então se tivessem de optar, e se fossem coerentes com aquilo que dizem defender,...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): O que é que o senhor fez?

O Orador: ... nunca deixariam de fora particularmente as Flores e o Corvo, que eram as ilhas que mais dificilmente poderiam depois conseguir ser incluídas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, sobre isso estamos conversados. Os senhores são incoerentes. Os senhores dizem uma coisa quando estão na oposição...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): E o senhor está no Governo e não faz nada!

Deputado Rui Ramos (PSD): Mexa-se! Trabalhe!

O Orador: ... e fazem outra quando têm de decidir. Foi assim no início do processo, é assim sempre que chegam ao poder. Tem sido assim na República e os açorianos, infelizmente, têm sentido algumas vezes isso na pele.

Mas há outra coisa que me preocupa bastante e que acho que o Governo Regional tem o dever de tentar explicar,...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Quem é que não fez nada durante estes 16 anos?

O Orador: ... não digo à bancada do PSD porque isso é um trabalho inglório (não vale a pena, já tentei e já percebi que não tem resultado), aos açorianos. O Governo tem a obrigação de tentar explicar que de cada vez que o Governo da

República se exclui de cumprir as suas obrigações financeiras para com a Região, cada vez que o Governo da República rasga compromissos que assumiu anteriormente que são financeiramente imputáveis...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): 16 anos!

O Orador: ... ao orçamento da República, cada vez que isso acontece os açorianos saem prejudicados no seu dia-a-dia,...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Mais que prejudicados!

O Orador: ... nos projetos que a Região precisa de desenvolver, porque têm de ser fundos dos impostos dos açorianos a serem concentrados e a voltar a ser distribuídos noutra sentido...

Deputado Rui Ramos (PSD): E em 2004?

O Orador: ... para poder ocorrer às necessidades dos açorianos que o Governo da República tem a obrigação de fornecer e não fornece.

Deputado Rui Ramos (PSD): E o Governo Regional?

O Orador: E portanto, é preciso que se perceba que isto não é guerrilha ao Governo da República nenhum, isto é a pura realidade do último ano de governação nacional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): É protesto então! Se não é guerrilha é protesto!

O Orador: É nós, Região, a termos de acudir aos desmandos, aos incumprimentos, às irresponsabilidades do Governo da República, porque o Governo da República pura e simplesmente não respeita as suas obrigações para com os açorianos e para com a Região.

Mas há mais grave e isso preocupa-nos de sobremaneira e parece-me também que preocupa quem nos possa estar a ouvir. É que não só este Governo da República do PSD/CDS (e hoje ficámos a saber que finalmente alguém do CDS, nos Açores, também se lembra que é do Governo da República, tal foi a defesa inflamada que o Sr. Deputado Paulo Rosa fez do Governo da República)...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Secretário!

Nada do que eu disse é falso!

O Orador: ... age desta forma, não cumpre aquilo que são as suas obrigações, como a candidata (se na eventualidade impossível de ganhar as eleições)...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... a presidente do Governo por parte do PSD/Açores quer acrescentar à lista de matéria que o Governo da República não cumpre algumas que ela por sua iniciativa vai dizer ao Governo da República que ele não precisa de cumprir.

Deputado Rui Ramos (PSD): Grande lata!

O Orador: É fantástico!

Já não basta o que ele não cumpre, o PSD/Açores ainda lhe quer dar mais coisas para eles não cumprirem. Então vão lá:

Passagens aéreas - “Não se preocupem que a gente baixa do orçamento regional!”

Responsabilidade em relação aos aeroportos - “Não se preocupem que a gente paga do Governo Regional!”

RTP/Açores - “Deixa estar que a gente paga tudo do orçamento regional.”

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Tem tudo a ver!

O Orador: Portanto, é fantástico!

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): É em julho ou não é em julho Sr. Secretário?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, menos excitação, se fazem favor.

O Orador: E em relação ao cabo de fibra ótica era essa a vossa glória suprema.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Sr. Secretário, é em julho ou não é em julho?

O Orador: A vossa glória suprema não era a preocupação de que se fizesse ou não se fizesse a obra. A preocupação era que fosse o Governo Regional a pagar para assim ter menos fundos para agir em favor dos açorianos, para os senhores poderem dizer que ficam outras por cumprir.

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor acredita nisso?

O Orador: Felizmente está cá o Governo Regional para acudir sempre que possível aos desmandos e aos incumprimentos do Governo da República e

estará cá a partir de outubro um Governo Regional do PS para continuar a fazer frente à maneira como tem sido tratada a Região pelo Governo da República.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Jorge Macedo, dizer-lhe o seguinte.

Não tenho vocação nem para muleta e muito menos para empurrar quem quer que seja.

Deputado Mark Marques (PSD): Depende!

O Orador: Depois dizer-lhe o seguinte Sr. Deputado.

O Sr. Deputado, não sei muito bem porquê, tem aí um preconceito relativamente à Representação Parlamentar do PCP e ao Deputado do PCP.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pelo amor de Deus! Tenho uma grande estima e consideração!

O Orador: Tanto quanto me lembre há pouco não fiz nenhuma referência ao Governo da República no sentido de responsabilizar o Governo da República sobre esta questão e V. Exa, na sua intervenção, para além da questão da muleta, fez essa referência de que eu não sei falar de outra coisa senão responsabilizar o Governo da República.

Desta vez V. Exa não ouviu. Há pouco revelou alguns problemas de memória quando esqueceu da génese do problema, agora denotou algumas dificuldades auditivas. Eu aconselhava talvez uma passagem pelo médico.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Terei isso em consideração, Sr. Deputado!

O Orador: Dizer o seguinte sobre esta questão.

A responsabilidade efetivamente foi do Governo do PSD e não foi uma questão de parcimónia, Sr. Deputado, foi uma decisão objetivamente política e não foi de parcimónia na utilização dos recursos públicos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é falso!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado! Ouça!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor inventa que se farta! Inventa muito!

O Orador: E o Sr. Deputado João Bruto da Costa ouça também.

Nessa altura, a decisão foi uma decisão política, não foi uma decisão de parcimónia na utilização dos recursos públicos.

Mais!

Quando o Partido Socialista, quando os governos do Partido Socialista fizeram a opção que fizeram também não foi pela parcimónia na utilização dos recursos públicos, foi uma opção política de deixar de fora as Flores e o Corvo do anel do cabo de fibra ótica.

Portanto, se o Sr. Deputado tivesse ouvido convenientemente aquilo que eu disse tinha percebido que a minha crítica foi para o PSD quando tomou essa decisão e foi para o Governo Regional.

Relativamente à questão da história. A história é efetivamente muito importante. Pode não ser importante para o Bloco de Esquerda por razões óbvias, mas é importante. Para entendermos o presente temos de olhar para o passado e por isso é que a história é importante pelo seguinte. Não foi por acaso, Sr. Deputado, que V. Exa utilizou aí uma citação de uma resposta, aliás uma célebre resposta do Deputado Manuel Herberto ao meu camarada Paulo Valadão, quando o Deputado Paulo Valadão estava a confrontar o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista sobre a questão do cabo de fibra ótica e o Deputado Manuel Herberto utilizou a expressão que V. Exa aí citou do Deputado Manuel Herberto. Também não é por acaso que o Deputado José Eduardo utilizou aqui uma resposta a uma pergunta da Deputada Ilda Figueiredo, do PCP,...

Deputado João Costa (PSD): Que pelos vistos o senhor desconhece!

O Orador: ... (que também não é por acaso) sobre esta questão.

Portanto, a história é de facto muito importante e é bom que ela seja contada com rigor.

Se me permite, Sr. Deputado, aconselhava a que V. Exa tivesse mais atenção e não partisse do pressuposto que o Deputado Aníbal Pires vai desta vez e mais

uma vez responsabilizar o Governo da República. Desta vez o Sr. Deputado enganou-se. Responsabilizei o PSD e os governos do Partido Socialista e referi que a história é de facto muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Aproveitando para responder a uma questão que foi colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares e que teria todo o gosto em responder, com atualização, em relação à afirmação recorrente do requerimento que a Sra. Deputada aqui fez referência e da resposta do dia 27 de junho.

Efetivamente posso informar a Sra. Deputada e os Srs. Deputados que as candidaturas apresentadas pela empresa Viatel, referente à obra de ligação às Flores e Corvo do cabo de fibra ótica, foram pela Comissão de Gestão do PROCONVERGENCIA concluídas a sua análise esta segunda-feira, dia 2 de julho, ontem, e nesse dia remetido para consulta pública. Tendo em conta a urgência foram consultadas todas as entidades que estão no âmbito dessa subcomissão de análise e posso dizer que todas elas já responderam e hoje as duas candidaturas foram aprovadas e homologadas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso foi rápido! Boa!

O Orador: Portanto, neste contexto, na componente de aprovação das candidaturas, as mesmas estão já formalmente aprovadas num tempo mínimo possível...

Deputada Zuraida Soares (BE): Boas notícias para os corvinos e florentinos!

O Orador: ... entre a aprovação e já foi comunicado também hoje à empresa, a aprovação das candidaturas de acordo com aquilo que tinha sido anunciado nos termos do requerimento.

É uma atualização da informação em relação ao requerimento.

Deputado João Costa (PSD): Foi por isso que o senhor chegou atrasado!

Presidente: Não tenho mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Sr. Deputada Zuraida.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: 30 minutos é regimental, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 20 minutos. Até já.

(Eram 17 horas e 51 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 26 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto seguinte da Agenda: **Petição n.º 14/2011 – “Contra o encerramento da escola EB/JI do Salão”, apresentada por Sónia Maria Duarte da Silveira Vargas, na qualidade de primeira subscritora.**

De acordo com o artigo 192.º do Regimento, dou naturalmente a palavra à Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais para apresentar o respetivo relatório.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA BÁSICA /JARDIM DE INFÂNCIA DO SALÃO”

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

No passado dia 28 de Julho de 2011, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição intitulada “Petição contra o encerramento da Escola Básica Integrada / Jardim de Infância do Salão”.

A referida petição reúne um total de 306 assinaturas e é enviada ao Presidente da Assembleia pelos Senhores Sónia Maria Duarte da Silveira Vargas e Márcio Bruno da Silveira, que se assumem como primeiros subscritores.

Os peticionários descrevem a forma como os encarregados de educação foram informados sobre o encerramento da escola, a fundamentação aduzida pela Secretária Regional da Educação e Formação assim como as consequências práticas resultantes da aplicação do referido encerramento que, em seu entender “não foram devidamente ponderadas”.

Assim, defendem os Peticionários que:

- A Escola EB/JI do Salão cumpre com o estabelecido no artigo 4.º do Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos;
- Possui excelentes infraestruturas básicas;
- É considerada uma escola segura;
- Foi, recentemente vedada disciplinando a entrada de estranhos assim como a saída de crianças para a via pública.

Concluem que não existem “razões lógicas” para o encerramento da escola, manifestam o seu “veemente protesto” e solicitam que a Assembleia Legislativa

da Região Autónoma dos Açores desenvolva “todos os meios ao seu alcance para evitar que tais medidas sejam implementadas”.

A petição foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 1 de Agosto de 2011, para apreciação, elaboração de relatório e emissão de parecer até 03 de Outubro de 2011.

Foi solicitada a prorrogação do prazo para emissão de parecer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

A petição em apreciação enquadra-se no exercício do direito de cidadania constitucionalmente consagrado.

A Constituição da República, no seu artigo 52.º com epígrafe “Direito de petição e direito de acção popular” estabelece, que: “todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.”

As condições para o exercício deste direito de petição encontram-se fixadas na Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, e Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

A este propósito importa referir o artigo 14.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, que dispõe: “sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da

República, os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais [...] organizarão esquemas adequados de recepção, tratamento e decisão das petições recebidas.”

Por sua vez o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 73.º, n.º 4, que “as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são apreciadas pelas comissões ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que pode ouvir as demais comissões competentes em razão da matéria, bem como solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos”.

Os termos pelos quais o direito de petição é exercido perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores bem como as condições de admissão e o processo de apreciação encontram-se definidos nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

CAPÍTULO III

Apreciação

1. Análise preliminar

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos definidos no artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 6 de Setembro de 2011, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou, por unanimidade, admiti-la procedendo à identificação do primeiro subscritor assim como do respectivo domicílio.

Na mesma reunião, e no exercício da competência de apreciação da petição pela Comissão prevista no Artigo 191.º do referido Regimento, a Comissão de

Assuntos Sociais determinou quais as diligências a desenvolver tendo deliberado, igualmente por unanimidade, proceder à audição dos Peticionários e do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação.

Reunida novamente a 29 de Setembro de 2011, na sede da Assembleia na cidade da Horta, a Comissão procedeu à audição dos Peticionários.

Posteriormente, na sua reunião de 13 de Outubro de 2011, na delegação da Assembleia na cidade de Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição do membro do Governo Regional competente em matéria de educação, a partir da delegação da Assembleia na cidade de Angra do Heroísmo, com recurso a videoconferência.

Reunida novamente a 8 de Novembro de 2011, na sede da Assembleia na cidade da Horta, a Comissão procedeu à emissão de parecer e à aprovação do respectivo relatório.

2. Audições:

2.1 Audição dos Peticionários:

A primeira subscritora, Sr.^a D.^a Sónia Vargas, procedeu à apresentação da iniciativa salientando o desacordo dos peticionários com o encerramento da escola. Considerou tratar-se de uma decisão impensada pela forma como o processo foi conduzido, bem como pelo facto de a escola cumprir os requisitos legais em termos de condições e de número de alunos.

Condenou a forma como o processo foi conduzido designadamente o facto de terem procedido à matrícula das crianças numa quinta-feira, na sexta terem sabido do encerramento através do noticiário da RTP Açores e no sábado terem sido contactados pela Escola Básica Integrada a dizer que tinham de decidir

para que escola queriam que os filhos fossem deslocados: Pedro Miguel ou a escola sede na Horta.

Concluiu reafirmando que os peticionários não concordam com o encerramento da Escola do Salão.

Seguiu-se um período destinado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Francisco Álvares, Costa Pereira, Catarina Furtado, Luís Garcia, Rui Ramos, Carlos Mendonça, Zuraida Soares, Lúcio Rodrigues e Piedade Lalanda.

O Deputado Francisco Álvares solicitou informação referente à população da freguesia, número de alunos e quais os argumentos apresentados aos pais para justificar o encerramento da escola.

Em resposta às questões colocadas, a Sr.^a D.^a Sónia Vargas informou que, de acordo com os dados dos censos de 2011, a freguesia do salão tinha 401 habitantes, estavam matriculadas 12 crianças no primeiro ciclo e 16 na educação pré-escolar. Referiu que lhes foi dito que o encerramento da escola pretendia uma melhoria pedagógica, designadamente haver só um ano por turma. Acrescentou que tal não se veio a verificar, uma vez que na escola de Pedro Miguel se formou uma turma com alunos do primeiro e do segundo ano, com um total de 22 alunos.

O Deputado Costa Pereira solicitou informação sobre a forma como está a ser assegurado o almoço e o transporte das crianças e em que horários. Numa segunda intervenção lembrou que, no ano letivo 2010/2011, a escola do Salão dispunha de 1 professor para dois anos letivos, mais um professor de apoio. Assim, quis saber se, na opinião dos peticionários, tinha havido algum ganho pedagógico quer ao nível da constituição das turmas quer do acesso a outros recursos como sejam a computadores.

A peticionária informou que os pais puderam optar pela matrícula dos filhos na escola de Pedro Miguel ou na Horta. Acrescentou que o fornecimento do almoço está a funcionar bem mas os transportes não. Informou que as crianças que se deslocam para a escola de Pedro Miguel chegam à escola às 8H15 para iniciarem as aulas às 9H, enquanto as crianças da educação pré-escolar terminam os trabalhos às 15H20 e têm de esperar até às 16H10, hora a que as outras crianças terminam, para serem transportadas de regresso a casa, chegando depois das 17H. Afirmou que, em média, as crianças têm horários de 9 horas por dia, o que considerou exagerado para a sua idade.

Concluir afirmando que não vê nenhum ganho para as crianças, uma vez que só há um professor para o primeiro e segundo anos, e que na escola de Pedro Miguel as crianças do Salão “não tocam nos computadores” e que até estão a pedir aos pais para comprarem papel para fotocópias.

Informou que só houve uma professora de apoio na escola do Salão, no ano letivo 2010/2011, devido ao encerramento da escola da Ribeirinha.

A Deputada Catarina Furtado solicitou que a peticionária clarificasse qual a informação que tinha sido transmitida aos pais relativamente ao transporte das crianças.

A Sr.^a D.^a Sónia Vargas esclareceu que, inicialmente, lhes tinha sido comunicado que as crianças seriam recolhidas em dois pontos fixos. Posteriormente, e face à reação negativa por parte dos pais, ficou acordado que as crianças da educação pré-escolar seriam recolhidas porta a porta. Este método de recolha implica que algumas crianças saem de casa às 8H e, em alguns dias só regressam às 17H ou às 17H30. Considerou este horário desadequado, atendendo à idade das crianças e a que estas só iniciam a sua atividade às 9H e terminam às 15H20.

O deputado Luís Garcia quis saber se alguém na freguesia foi consultado sobre a decisão de encerrar a escola, o que foi dito aos pais que aconteceria se não assinassem os documentos referentes à transferência dos filhos para outra escola, que ocupação têm as crianças entre as 8H15 e as 9H e em que condições.

A Peticionária descreveu a sequência de acontecimentos informando que: na quinta-feira foram efetuadas as matrículas na escola do salão; na sexta-feira viram na RTP-Açores que a escola ia fechar; no sábado receberam um telefonema da Dr.^a M^a José da escola a dizer que na segunda feira tinham que decidir se queriam que os filhos fossem para a escola de Pedro Miguel ou para a Horta. Afirmou que chegaram a ser ameaçados de denúncia ao Ministério Público caso não o fizessem.

Segundo a peticionária, nem a coordenadora da escola, nem o presidente da Junta de Freguesia, nem o Presidente da Câmara tinham conhecimento do encerramento da escola. Considerou tratar-se de um processo incorreto e impensado. Em seu entender os pais deviam, pelo menos, dispor de mais tempo para tomarem uma decisão e para se organizarem.

Concluiu referindo que ainda não compreende porque foi que a escola fechou uma vez que a promessa de que cada professor só trabalharia com alunos de um ano não se concretizou. Considerou que, para fazer uma turma com alunos de dois anos, poderiam ter deixado aberta a escola do Salão que só tinha alunos do 2.º e do 3.º anos.

Na sequência das afirmações proferidas pela Peticionária, o Deputado Rui Ramos quis saber quem tinha ameaçado os pais com recurso para o Ministério Público caso não assinassem a transferência de escola. Solicitou também informação sobre a forma como os pais sentiram essa situação de terem de decidir sobre a mudança de escola dos filhos num fim-de-semana.

Os peticionários informaram que as pressões tinham vindo da parte da Dr.^a Maria José Morais e consideraram que o processo decorreu de forma pouco ponderada o que provocou nos pais sentimentos de revolta e de indignação.

O Deputado Carlos Mendonça solicitou informação sobre o número de alunos que frequentou a escola no passado ano letivo, que anos frequentavam, quantos professores lecionavam na escola e como se processava o transporte das crianças.

Os peticionários informaram que a Junta de Freguesia do Salão assegurava o transporte das crianças de manhã, ao meio dia, às 15H e às 16H evitando assim que as crianças da educação pré-escolar tivessem de esperar pelas do primeiro ciclo. Referiram ainda que a Junta de Freguesia ofereceu formação específica a um condutor para assegurar o transporte e que, até à data, ainda não foi formalmente informado da suspensão do fornecimento do serviço que vinha prestando.

Acrescentaram que no ano letivo 2010/2011 a escola do Salão tinha 16 crianças na educação pré-escolar, 6 no 1.º ano, e 6 no 2.º sendo que a escola funcionava em duas salas e cada sala tinha um docente.

A Deputada Zuraida Soares considerou que as críticas efetuadas pelos peticionários se reportam essencialmente à forma como o processo foi conduzido, designadamente à falta de informação atempada e à organização do transporte das crianças. Assim, quis saber se, ultrapassada essa fase do processo, consideram que a mudança de escola teve algum impacto positivo.

Numa segunda intervenção, perante informação de que a Diretora Regional da Educação reuniu com os pais e encarregados de educação, quis saber que razões foram aduzidas para justificar o encerramento da escola do Salão.

Em resposta às questões colocadas a Peticionária afirmou não encontrar nenhuma vantagem na mudança de escola. Em seu entender, a escola do Salão tinha boas condições e um número suficiente de crianças para continuar a funcionar. Nas escolas de acolhimento as crianças andam mais cansadas, não têm melhores condições pedagógicas uma vez que, mesmo com mais alunos, continuam a funcionar com dois anos em cada turma, nem têm melhores condições físicas uma vez têm educação física no refeitório.

No que se reporta à reunião com a Diretora Regional da Educação informaram que esta considerou que seria antipedagógico manter a escola a funcionar apenas com uma turma de alunos do 1.º ao 4.º ano.

No entanto, consideram que essa situação não se colocaria uma vez que não havia alunos no 1.º ano e o único aluno do 4.º ano iria para a escola da Horta.

Acrescentaram que, a par da reunião com a Diretora Regional da Educação, também reuniram com os Deputados Regionais e solicitaram uma audiência ao Presidente do Governo Regional, que ainda não obteve resposta.

O Deputado Paulo Rosa quis saber quando foi a última reabilitação da escola do Salão e se a Secretária Regional reuniu com os pais e encarregados de educação.

A Sr.^a D.^a Sónia Vargas informou que a Diretora Regional reuniu com os pais e encarregados de educação logo após a renovação das matrículas e que a escola foi intervencionada há cerca de 10 anos atrás.

O Deputado Lúcio Rodrigues considerou compreensível a reação dos pais e encarregados de educação ao encerramento da escola pelas alterações que introduz na vida da família. Lembrou que a escola do Salão era uma escola de lugar

único, com todos os constrangimentos que daí advêm, e quis saber qual a opinião da professora titular da escola sobre o encerramento.

A Peticionária afirmou que a coordenadora do núcleo só foi informada da decisão de encerrar a escola no mesmo dia que a notícia saiu na comunicação social e acrescentou que as professoras não se puderam manifestar, mas apoiaram os pais “pela calada porque foram ameaçadas”.

A Deputada Piedade Lalanda considerou que o processo, tal como foi descrito, não terá sido conduzido da melhor forma. No entanto afirmou que, apesar de reconhecer que se trata de uma decisão difícil, o número de crianças matriculadas na escola do Salão faz antever o encerramento da escola teria de acontecer, mais cedo ou mais tarde.

A Sr.^a D.^a Sónia refutou os argumentos apresentados afirmando que a escola do Salão podia ter mais alunos se a Secretaria Regional autorizasse a matrícula de crianças de outras freguesias, designadamente da Ribeirinha, cuja escola também foi encerrada.

Concluiu afirmando que os pais concordariam com a mudança de escola se isso significasse uma vantagem para os seus filhos o que consideram não se verificar.

2.3 Audição do membro do Governo Regional competente em matéria de Educação:

A Secretária Regional da Educação e Formação procedeu a um enquadramento global do encerramento de escolas do primeiro ciclo na Região salientando que o mesmo decorre do processo de reestruturação da rede escolar já em curso.

Informou que o maior número de escolas encerradas no ano letivo 2011/2012 se deveu à conjugação de três fatores distintos, designadamente:

- A abertura de novas unidades orgânicas nas quais foram integrados alunos de escolas de primeiro ciclo;
- A redução do número de alunos abaixo do limite estabelecido no Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos (RGAPA);
- Razões de ordem pedagógica que comprovadamente condicionam o sucesso escolar dos alunos.

Referiu, como exemplo, os condicionalismos que se verificam nas escolas de lugar único. Informou que nestas escolas, mesmo que tenham um número de alunos acima do limite estabelecido no RGAPA, estes invariavelmente manifestam resultados inferiores à média da respetiva unidade orgânica. Acresce que os relatórios de autoavaliação dos docentes invariavelmente referem “dificuldades na lecionação”.

Afirmou que foram também tidos em conta outros fatores como a distância a percorrer pelos alunos, as características do percurso e as condições físicas materiais e humanas disponíveis na escola de origem e na escola de acolhimento.

Acrescentou que não foi encerrada nenhuma escola sem a anuência da respetiva unidade orgânica e que alguns dos encerramentos propostos não se concretizaram atendendo às condições da escola de acolhimento e à extensão do percurso a realizar pelos alunos.

Lembrou ainda que o memorando de entendimento com a Troika assinado pelo Governo da República, prevê o encerramento de escolas com um número de alunos igual ou inferior a 21.

No que se reporta especificamente ao encerramento da escola EB/JI do Salão afirmou que o seu encerramento se enquadra no âmbito da eliminação de escolas de lugar único.

Acrescentou que os alunos do Salão deviam integrar a escola que reunia melhores para o seu acolhimento designadamente a Escola António José D'Ávila. No entanto, e após reunião com os pais e encarregados de educação foi decidido facultar aos pais a possibilidade de optar entre a escola António José D'Ávila e a Escola de Pedro Miguel.

Afirmou que os alunos da Escola do Salão, à semelhança do que acontece nas restantes escolas de lugar único, obtiveram resultados nas Provas de Avaliação Sumativa Externa (PASE) significativamente inferiores à média da Unidade orgânica.

Assim, concluiu que o encerramento da Escola do Salão se deveu a razões de ordem pedagógica que visam vantagens para os alunos, em particular no que se reporta ao sucesso educativo.

Seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Zuraida Soares, Rui Ramos, Paulo Rosa, Paulo Estêvão e Pedro Gomes.

A Deputada Zuraida Soares retomou a referência feita pela Secretária Regional ao acordo celebrado com a Troika que recomenda o encerramento de escolas com um número de alunos igual ou inferior a 21 para questionar qual o ponto ou a página do memorando em que é feita essa referência.

A Secretária Regional afirmou que não estava na posse do memorando pelo que não podia especificar em que ponto ou página o assunto é abordado.

O Deputado Rui Ramos solicitou que a Secretária Regional clarificasse a afirmação de que não tinha havido nenhum encerramento de escola que não tivesse sido solicitado pela unidade orgânica e que estas teriam sugerido o encerramento de algumas escolas que não fecharam.

A Secretária Regional salientou que todos os processos de encerramento de escolas foram conduzidos no estrito cumprimento da lei. Acrescentou que as unidades orgânicas identificaram os casos sendo que a decisão de encerrar ou não coube à tutela. Reafirmou que nenhuma escola foi encerrada contra a vontade da unidade orgânica que a integra.

O Deputado Paulo Rosa retomou a afirmação da Secretária Regional na qual referiu que algumas propostas de encerramento de escolas não se concretizaram por se verificar que a escola de receção oferecia condições piores do que as da escola de origem ou porque o percurso a percorrer pelos alunos era demasiado longo ou perigoso.

Com base nesta afirmação solicitou que a Secretária Regional quantificasse os referidos critérios; questionou como se justifica o encerramento da Escola do Salão quando nesta tinham, por exemplo, acesso a computadores e na Escola de Pedro Miguel não têm; e que benefícios pode haver na deslocação de crianças da educação pré-escolar.

O Deputado Paulo Estêvão retomou as referências ao memorando da Troika para afirmar que este não refere a dimensão das escolas a encerrar. Acrescentou que o facto de o Governo Regional se encontrar a negociar com o Governo da República a forma como o memorando será cumprido na Região, deita por terra este argumento da tutela.

Em resposta às questões colocadas a Secretária Regional referiu que o memorando da Troika é muito claro na recomendação de que escolas de pequena dimensão devem ser integradas em agrupamentos de escolas.

No entanto afirmou que a decisão sobre o encerramento de escolas na Região não teve nada a ver com o memorando.

No que se reporta à deslocação das crianças informou que o Governo Regional assegura o transporte e as refeições dos alunos deslocados. Acrescentou que o Governo Regional reconhece as especificidades da educação pré-escolar e lembrou que, por isso mesmo, providenciou para que as crianças da educação pré-escolar deslocadas na sequência do encerramento da Escola do Salão sejam recolhidas porta a porta. A este propósito lembrou que essa tomada de decisão decorreu de uma reunião com os encarregados de educação acrescentando que é precisamente por essa razão que o percurso destas crianças é mais longo.

Clarificou ainda que a alusão a "percursos mais longos" tem como referência uma distância superior a 10/15 quilómetros.

A finalizar informou que os recursos existentes em qualquer escola que é encerrada são absorvidos pela escola de receção pelo que não se percebe que as crianças deslocadas tenham ficado sem acesso ao computador.

O Deputado Pedro Gomes lamentou que um requerimento a solicitar informação sobre os critérios que presidiram ao encerramento de escolas, apresentado por um grupo de Deputados de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a 13 de Julho de 2011 ainda não tenha obtido resposta por parte do Governo Regional.

A Secretária Regional afirmou que o requerimento em causa já foi respondido pelo que deve estar na prestes a dar entrada na Assembleia.

Assegurou que o Governo Regional não tem qualquer motivo para não responder ao requerimento até porque, como lembrou, os critérios para o

encerramento de escolas já foram por si repetidos publicamente e em vários fóruns.

CAPÍTULO IV

Parecer

Concluída a apreciação da petição e o processo de audições a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, o seguinte:

Atendendo a que a petição reúne um total de 306 assinaturas e à relevância social da matéria em causa, a petição objeto do presente relatório, deve ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento aos subscritores e à Secretária Regional da Educação e Formação.

Horta, 8 de Novembro de 2011

A Relatora, Nélia Amaral

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Catarina Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora.

Sabem as regras. Cada Grupo tem 10 minutos de uma só vez; cada Representação Parlamentar 5 minutos de uma só vez.

Aceitam-se inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

(Pausa)

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 28 de julho de 2011 deu entrada nesta Assembleia a presente petição que reúne 306 assinaturas e que no essencial contestava a decisão do Governo Regional em encerrar a escola do Salão e solicitava a esta Assembleia que desenvolvesse todos os meios ao seu alcance para evitar que tal acontecesse.

Quase um ano depois esta petição sobe hoje ao plenário da Assembleia, como impõe o número de subscritores, como impõe a relevância social do assunto em causa e como reconhece o próprio parecer da Comissão dos Assuntos Sociais.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as minhas primeiras palavras são para lamentar a morosidade com que a Assembleia deu resposta a esta petição. Com efeito, tendo a mesma dado entrada a 28 de julho do ano passado, tendo a comissão iniciado o seu processo de análise a 6 de setembro e tendo o relatório sido aprovado e fechado a 8 de novembro passado, estamos há 8 meses a aguardar o seu agendamento e com ele se conclua a intervenção desta casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pese tudo o que se possa invocar para justificar esta demora, pese muitas das justificações poderem ser ponderosas e fortes, nenhum dos peticionários e nenhum cidadão compreenderá e aceitará de bom grado que uma petição esteja um ano em tramitação nesta Assembleia.

Não podemos, Assembleia, Deputados, poderes políticos, estar a incentivar a participação dos cidadãos na vida política e na defesa dos interesses das suas comunidades e depois defraudá-los assim nas suas expectativas. Não podemos estar a promover como promovemos (e bem!) as virtudes da participação política e da intervenção junto da Assembleia através nomeadamente da figura das petições e depois não sermos capazes de dar aos peticionários e à sociedade respostas em tempo minimamente aceitável.

Dito isto, Sras. e Srs. Deputados, centremo-nos agora no objeto desta petição.

O encerramento da escola do Salão foi uma imposição do Governo Regional, cuja fundamentação essencial foi evoluindo com o tempo e com as circunstâncias.

Primeiro, a escola fechava porque não tinha o número de alunos suficiente, quando na verdade o que o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, o RGAPA, estabelece é a obrigatoriedade do

encerramento apenas para aquelas escolas que tenham 10 ou menos alunos, quando a escola do Salão tinha 21 alunos inscritos.

Afirmava há um ano a Secretária Regional da Educação e Formação que o processo de encerramento de escolas nos Açores foi e cito: “um processo longo e maturado, refletido.” Fim de citação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E esta, hein?

O Orador: Nada mais falso e o encerramento decretado para a escola do Salão prova isso mesmo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A 7 de julho de 2011 os pais e encarregados de educação da escola do Salão inscreveram os seus filhos para frequentarem aquela escola no ano letivo que agora terminou.

No dia seguinte, a 8 de julho, a Secretária Regional da Educação anunciou o encerramento de várias escolas nos Açores, entre as quais a escola do Salão. Nessa mesma comunicação a responsável da educação nos Açores referia que os alunos do Salão iriam ser transferidos para a escola dos Cedros e para a escola António José de Ávila, na Horta.

Uma semana depois, a 15 de julho, o destino dos alunos do Salão já era outro. Os do pré-escolar podiam escolher entre Pedro Miguel e Horta, os do 1.º ciclo iriam todos para a Horta.

Cinco dias depois, a 20 de julho, voltava a ser possível aos alunos que o desejassem irem para a escola dos Cedros.

Em conclusão, como é que num processo que a responsável afirmava ser “longo, maturado, refletido”, se permite que na véspera os alunos se matriculem numa escola que no dia a seguir se anunciava que iria fechar?

Como é que num processo “longo, maturado, refletido” as escolas para onde esses alunos podem ir variam a cada momento?

O processo de encerramento de escolas levado a cabo no ano letivo passado não foi obviamente nem maturado, nem refletido como garantia a responsável da educação nos Açores.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O encerramento da escola do Salão prova, como acabo de descrever, exatamente o oposto: a mais completa desorganização e improviso,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: ... disfarçadas no autoritarismo dos responsáveis do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como o encerramento da escola do Salão foi imposto sem qualquer cobertura regulamentar e feito de improviso restou aos responsáveis políticos do Governo os chamados fundamentos pedagógicos, mas até nestes, no caso da escola do Salão, a deriva foi constante. Vejamos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Oh Costa Pereira, já chega!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Também está quase!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Senão... coitados!

O Orador: A 8 de julho do ano passado a Secretária Regional da Educação dizia que “era preciso evitar que as escolas de lugar único se mantivessem em funcionamento devido às dificuldades inerentes ao facto de um único professor ser obrigado a ministrar em simultâneo 4 anos de escolaridade”, o que seria o caso da escola do Salão.

Doze dias depois, a 20 de julho, depois de saber que afinal no Salão poderia haver apenas 2 anos de escolaridade com 20 alunos e, portanto, haveria a necessidade de um professor para esses 2 anos, situação usual em muitas escolas nos Açores, a Diretora Regional da Educação já afirmava que a escola não tinha condições pedagógicas, porque e cito: “o que pretendemos é oferecer às crianças um professor por ano de escolaridade” e por isso a escola seria encerrada.

Como se verifica, Sras. e Srs. Deputados, a elasticidade dos fundamentos pedagógicos é tal que se esquecem as pessoas, se esquecem as comunidades, se

esquece a realidade, se esquecem as próprias crianças e tudo se submete a uma visão ideológica em que a pedagogia se apresenta como um fim em si mesmo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A titular da educação (imaginem!) até se socorreu, para se justificar, do Memorando de Entendimento com a Troika para justificar com uma inverdade a decisão tomada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma mentira!

O Orador: O processo de encerramento da escola do Salão é, como se acaba de demonstrar, uma decisão imposta, mal fundamentada, feita sem amadurecimento, sem diálogo e sem ter havido uma procura sincera e conjunta das melhores soluções, sabendo-se que cada caso é sempre um caso.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O testemunho dado pelos pais peticionários à Comissão dos Assuntos Sociais é disso bem eloquente e a sua iniciativa em avançar com esta petição merece a nossa inteira consideração e louvor.

Lamentamos esta política do facto consumado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Lamentamos o autoritarismo que lhe está subjacente.

Lamentamos a deriva das justificações para a decisão tomada e lamentamos que mais uma freguesia dos Açores tenha sido privada da sua escola sem que soluções alternativas e de compromisso tenham sido efetivamente avaliadas e implementadas como era possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Antes de dar a palavra ao próximo interveniente não posso deixar de fazer um comentário, embora breve, relativamente à primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e ao facto desta iniciativa ter dado entrada há cerca de um ano nesta casa.

Não será a única. Teremos ainda algumas iniciativas, uma minoria é certo, que aguardam há cerca de um ano a subida a plenário.

Gostava, no entanto, como Presidente desta casa, e para quem nos estiver a ouvir e estiver menos familiarizado com a nossa forma de quantidade e qualidade de trabalho, de lembrar o seguinte.

Tem aumentado, felizmente, e de forma enorme a quantidade (eu atrever-me-ia a dizer também a qualidade) de iniciativas que têm entrado nesta casa, o que é extremamente positivo. Foi exatamente por causa disso que nós, neste plenário, trabalhamos 4 dias na semana ininterruptamente, com exceção do intervalo para almoço, das 10 da manhã às 8 da noite. Ou seja, seguramente o dobro do tempo que se trabalhava na legislatura anterior.

Gostava também de dizer o seguinte. Estou, apesar de tudo, convencido que com os meios de publicidade das iniciativas que temos hoje, inclusivamente via internet, esta iniciativa, conhecida por todos os Srs. Deputados, podia ter levado a outros efeitos políticos no sentido de dar cabimento ao objetivo dos peticionários, designadamente através da figura que o nosso Regimento permite com grande generosidade, a urgência e dispensa de exame em comissão.

Continuaremos todos seguramente a trabalhar muito, a trabalhar ainda melhor e tentado certamente reduzir ao nível de todas as iniciativas alguns atrasos que por ventura ainda subsistam.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira palavra é de saudação pelo espírito cívico evidenciado pelos peticionários que subscreveram esta petição, passo a redundância, e pelo aumento deste tipo de iniciativas cidadãos que também se verificou nesta legislatura, o que demonstra que obviamente os cidadãos estão empenhados em usar os seus direitos de cidadania e esta casa, obviamente, que os acolhe.

Não me vou referir ao ano passado sobre a entrada da legislação devido até ao esclarecimento que o Sr. Presidente acabou de fazer, vou referir-me obviamente ao processo de uma forma, espero eu, um pouco mais sucinta do que a intervenção que me antecedeu.

Em primeiro lugar, o procedimento que levou ao encerramento da escola do Salão, para nós, é um procedimento reprovável que enforma, acima de tudo, um grande desrespeito pelas pessoas.

A 8 de julho de 2011 os pais, encarregados de educação e autoridades da freguesia ficaram a saber do encerramento da escola através do Telejornal das 8.

Na véspera tinham-se dirigido à escola e feito as matrículas dos seus educandos com a maior das normalidades, sem nenhum tipo de informação.

No dia seguinte a terem visto nas notícias o encerramento da escola são contactados para optar, no espaço de 2 dias, pela escola onde quiserão colocar os seus educandos, se em Pedro Miguel, ou se na Horta.

Portanto, é um processo todo ele atabalhado e que desrespeitou profundamente estas pessoas e estas famílias.

A tutela argumenta muitas coisas, algumas das quais o Sr. Deputado Costa Pereira aqui disse. Fala acima de tudo da reestruturação da rede escolar e do aumento do sucesso educativo através da melhoria das circunstâncias pedagógicas.

Ora, os peticionários garantem exatamente o contrário. Asseguram que não se verificou nenhum tipo de melhoria nas circunstâncias pedagógicas para estes alunos, antes pelo contrário, e lançam preocupações muito sérias. Estamos a falar de crianças a partir dos 3 anos que saem de casa muito mais cedo e chegam a casa muito mais tarde do que ocorria quando estavam na escola da sua freguesia e isso é claramente um incentivo à não frequência do pré-escolar.

Como se sabe a escolaridade obrigatória é a partir dos 5 anos, obviamente o que vai acontecer é que crianças da freguesia do Salão de 3 e 4 anos ficarão desincentivadas, aliás, as famílias ficarão desincentivadas a colocá-las no pré-escolar. Todos os indicadores, inclusive internacionais, apontam no sentido de que quanto mais cedo se procede à integração das crianças em meio escolar, melhores resultados académicos elas conseguirão ao longo da vida. Portanto, há aqui logo à partida um grave prejuízo educativo.

Depois, estamos a falar de uma freguesia que é eminentemente rural, ou seja, a maioria dos pais e encarregados de educação residem e trabalham nessa freguesia, daí que o acompanhamento e as deslocações que se deseja que os encarregados de educação façam com frequência à escola fiquem severamente comprometidas também por esta via. Obviamente que daqui também resulta prejuízo educativo.

A educação, Sras. e Srs. Deputados, não se pode restringir a critérios pedagógicos que tenham a ver exclusivamente com a escola. A educação extravasa muito o ambiente escolar. A dimensão formativa começa em casa. O que se conseguiu, neste caso específico, foi dificultar o acompanhamento dos pais e encarregados de educação a estas crianças e obviamente que isto, pedagogicamente e formativamente, é inaceitável no Salão ou em qualquer outra freguesia dos Açores.

Depois a suprema incoerência do Governo Regional que tem uma política educativa que assenta na eliminação das escolas de lugar único. Um Governo Regional e um PS que nos Açores tanto se empenham na guerrilha ao Governo da República...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Outra vez? O senhor parece uma cassete!

O Orador: ... por causa dos serviços de proximidade.

Os senhores que invocam as vantagens dos serviços de proximidade para defenderem (e bem!) as populações...

Deputada Catarina Furtado (*PS*): A escola é a base!

O Orador: ... e manter tribunais e serviços de finanças; os senhores que enchem o peito nessas lutas, fecham escolas de lugar único, penalizam crianças a partir dos 3 anos, esvaziam freguesias sem que a mais-valia pedagógica seja evidente e acentuam claramente desvantagens sociais e económicas. Estão a dar um grave contributo, um grande contributo para o esvaziamento demográfico das nossas freguesias mais rurais.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem! Apoiado!

O Orador: O CDS-PP não compactua com esta política educativa nem em relação à freguesia do Salão, nem em relação a nenhuma outra freguesia rural. Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Sim senhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Deputada Catarina Furtado (PS): Os megas agrupamentos nas escolas é que eram eficazes! As megas escolas e os megas agrupamentos nas escolas eram muito bons!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inscreva-se, Sra. Deputada! Estão abertas as inscrições!

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito obrigada!

Presidente: Vamos prosseguir o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É costume, eu diria mesmo, é obrigatório e sobretudo é justo saudar os cidadãos e as cidadãs que se organizam em termos de elaborar uma petição que, no fundo, seja ela qual for, vem requerer a esta casa que reflita, que delibere, que ajude a alterar. No fundo vêm solicitar aos Deputado(a)s desta casa que se juntem a eles, cidadãos e cidadãs, nas suas reivindicações por as considerarmos justas e razoáveis.

É costume, dizia eu, obrigatório e justo fazê-lo e neste caso também, relativamente aos peticionários desta petição contra o encerramento da escola do Salão, o Bloco de Esquerda fá-lo com gosto.

Apesar de aceitar e compreender muito bem as justificações dadas pelo Sr. Presidente da nossa Assembleia na sua intervenção de há pouco, não posso deixar de, em nome do Bloco de Esquerda, assumir a cota parte de responsabilidade que seguramente temos pelo facto de uma petição entrar nesta

casa, na casa de todos os açoriano(a)s, e só ser analisada ao fim de um ano de existência.

É evidente que o modo de funcionamento, a produção, os rituais do trabalho parlamentar podem justificar todos os atrasos, mas aí, Sras. e Srs. Deputados, tenho que dizer que se calhar todos teremos de fazer um esforço de reorganização para que esta situação ou situações como esta não se repitam,...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... porque não vale a pena apelarmos permanentemente e justamente à participação das pessoas e, sobretudo, à credibilização da política e da capacidade política de alterar as suas vidas para melhor, fazer isto todos os dias e simultaneamente levarmos um ano a responder aos seus anseios.

Por isso também nós, esta bancada, assume a cota parte das suas responsabilidades.

Relativamente ao conteúdo e ao teor desta petição atrevo-me a dizer que pouco mais há a acrescentar depois das intervenções dos Srs. Deputados que me antecederam, mas mesmo assim ainda restam dois ou três comentários a fazer sobre a surreal vivência, o surreal episódio que estes pais, estas mães, estes encarregados de educação das crianças da Escola Básica e Jardim-de-Infância do Salão viveram no espaço de 3 dias, Sras. e Srs. Deputados.

Na realidade nós estamos a falar de uma situação em que os encarregados de educação matriculam as crianças numa quinta; na sexta têm conhecimento via RTP-Açores que a escola onde tinham acabado de matricular os seus educandos vai ser fechada...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Nem tiveram consideração pelas pessoas!

A Oradora: ... e no sábado recebem telefonemas (alguns deles), Sras. e Srs. Deputados, para decidirem onde é que afinal querem pôr os seus filhos, porque na escola onde os tinham acabado de matricular 2 dias antes eles não poderiam ficar.

Deputado José Cascalho (BE): Isso é uma vergonha! Um desrespeito pelas pessoas!

A Oradora: Tudo isto junto (é importante relembrarmos e consta do relatório da Comissão de Assuntos Sociais) com ameaças de denúncias ao Ministério Público dos pais, das mães e dos encarregados de educação que se recusassem a fazer esta transferência dos seus filhos.

Isto para chegar onde?

Para chegar ao seguinte. Este episódio, do ponto de vista da sua metodologia, eu diria que é o exemplo absolutamente acabado daquilo que nenhum governo pode fazer.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: O autoritarismo e a arrogância são características do conservadorismo mais atávico, mas não podem ser características de um socialismo progressista e é isso que se espera numa região que é governada pelo Partido Socialista, neste caso, dos Açores.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a arrogância e o autoritarismo da Sra. Secretária Regional da Educação neste processo é absolutamente criticável, lamentável, condenável a todos os títulos e um Governo Regional que dá o seu aval e que não tem uma única palavra de crítica para ele, ou o Partido Socialista que suporta o mesmo Governo que também não a tem, não vai no bom caminho, do nosso ponto de vista.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Nesta casa foi aprovado há algum tempo um diploma que, também vindo da autoria desta mesma governante, da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, instituía coimas aos pais, às mães e aos encarregados de educação que se demitiam da escola e que se demitiam da educação dos seus filho(a)s.

Ora, no caso concreto da escola do Salão se alguém tem de levar uma coima é a Sra. Secretária Regional da Educação. Tem de levar uma coima por um comportamento de desrespeito absoluto...

Deputado João Costa (PSD): E agravado!

A Oradora: ... pelos pais, pelas mães e pelos encarregados de educação que chama para a escola e aos quais aplica coimas quando eles lá não vão.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Neste caso concreto, os pais, as mães e os encarregados de educação vieram e a datação desta petição é poucos dias depois do episódio lamentável que eles viveram. Vieram e não tiveram resposta. Nenhuma das suas razões, mais do que razoáveis e sensatas, relativamente ao sucesso dos seus educandos, ao bem-estar dos seus educandos, à segurança dos seus educandos foi levada em consideração pela Sra. Secretária Regional da Educação.

A inventariação que eles fazem no corpo da sua petição é bem a prova de que nenhuma razão, nem legal, nem sequer pedagógica pode ser invocada neste caso concreto para o encerramento desta escola.

Finalmente, chamar inevitavelmente à coação que ao fim de um longo processo de tentativas de justificação da Sra. Secretária Regional da Educação, todas elas para justificar o injustificável, porque nenhuma das justificações dadas se aplica ao caso concreto da escola do Salão, a do Memorando da Troika é verdadeiramente lapidar. Dizer que a escola do Salão tem de fechar porque o Memorando da Troika diz lá, num sítio qualquer que a Sra. Secretária diz que não sabia, nem se lembrava onde é que era, que as escolas com menos de 21 alunos têm de encerrar...

Deputado João Costa (PSD): A culpa é do Governo da República!

Entretanto houve eleições lá para fora!

A Oradora: ... é uma coisa – eu diria – hilariante, para não dizer outra coisa, porque em nenhum sítio do Memorando da Troika está escrita semelhante coisa, porque os Deputados e Deputadas desta casa não andam distraídos, porque os pais, as mães e os encarregados de educação das crianças da escola do Salão não são tolos, não são desinformados. Portanto, o Governo Regional tem de assumir as responsabilidades das suas decisões e não pode atirar tudo para a Troika, nem para além da Troika, que é exatamente aquilo que condena (e bem!) ao Governo da República.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Não pode fazer a mesma coisa que é esconder-se atrás da Troika para justificar aquilo que não tem justificação.

Portanto, esta petição, mesmo que tardiamente analisada e debatida nesta casa, é o exemplo acabado do que o Governo Regional, em nome do socialismo de que se reivindica, não pode repetir e é uma chamada de atenção a esta câmara para que nós reorganizemos de alguma maneira os nossos trabalhos, porque os peticionários não podem ficar um ano à espera que nós digamos alguma coisa sobre a sua mobilização, sobre o seu pedido de ajuda e de apoio, nós que os representamos nesta Região e nesta casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por cumprimentar esta iniciativa dos cidadãos e...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande carrete!

O Orador: ... partilhar a ideia de que, apesar de já todos termos compreendido não só os motivos do atraso, mas também o facto de nenhum dos partidos aqui representados ter pegado na iniciativa e tê-la trazido a plenário,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... de facto vale a pena estarmos aqui hoje a discutir esta petição, ainda que um pouco fora do tempo.

E vale a pena porquê?

Vale a pena porque é sintomático o que é a política educativa da Região, conduzida pelo PS, com este exemplo do encerramento da escola do Salão.

De facto o Governo Regional tem-se encarregue de ir fechando escolas a eito por essa Região fora...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Força, Aníbal!

O Orador: ... com os efeitos que são conhecidos.

Aliás, há aí alguns exemplos em que claramente as opções que foram tomadas quer de encerramento desses serviços públicos de proximidade (porque são serviços públicos de proximidade aqui na Região), quer relativamente a outras opções que têm sido feitas ao nível do enquadramento económico, têm contribuído para uma coisa que teoricamente todos queremos evitar e que tem a ver com a desertificação da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais convicção!

O Orador: Aliás, tivemos oportunidade de discutir isto ontem num debate na televisão e efetivamente comprova-se que as políticas que aqui têm sido seguidas pelo Governo Regional têm contribuído para a perda de população e para a desertificação de algumas das nossas ilhas.

Mas há aqui uma questão que de facto já foi referida, mas que eu não posso deixar de reafirmar e que tem a ver com a forma como este processo foi conduzido, ou não foi conduzido, mas que de facto denota uma atitude de exercício do poder lamentável e que tem a ver com a forma autoritária, e até julgo que irrefletida, como foi encerrada esta escola em concreto.

Aliás, o facto da Sra. Secretária Regional há falta de melhor justificação, ou melhor, há falta de justificação, se ter socorrido do Memorando de Entendimento para justificar o encerramento, (mas entretanto quando a Deputada Zuraída Soares, em plena audição da comissão, lhe pergunta, à Sra. Secretária, qual é a página do Memorando, a Sra. Secretária infelizmente não foi capaz de responder) denota bem que este processo (e à semelhança deste outros processos de encerramento de escolas) foi feito sem planeamento nenhum.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PS não reage!

O Orador: Não há preocupações pedagógicas, não há preocupações com os alunos. No que há preocupação é em economizar, mas Sras. e Srs. Deputados,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... e em particular Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, não é assim que se gerem bem os recursos financeiros da Região. Não é

contribuindo para a desertificação das nossas ilhas, não é contribuindo para a descaraterização do nosso espaço rural, não é assim que se investe bem,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então como é que se investe bem? Diga lá como é que se investe bem.

O Orador: ... não é assim que se aposta no desenvolvimento da nossa Região, quer seja dentro da fronteira de uma ilha, quer seja em toda a Região.

É lamentável aquilo que tem sido feito ao nível da educação na nossa Região,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então como é que se faz?

O Orador: ... designadamente nesta política cega de encerramento de escolas e de concentração em grandes unidades orgânicas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então como é que se faz?

O Orador: Há pouco ouvia aqui falar de uns mega agrupamentos num aparte, mas a verdade, Sras. e Srs. Deputados, nós não temos mega agrupamentos,...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... nós temos mega unidades orgânicas, que vai dar exatamente na mesma coisa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas o senhor tem uma função: diga como é que se faz!

O Orador: V. Exas estão a desumanizar a educação na Região com a concentração escolar que estão a fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga lá como é que se faz? Ficámos na mesma.

Ficámos a saber que fazemos mal, mas ficámos sem saber como é que se faz!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma saudação aos peticionários por terem exercido esse direito, que é legítimo,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas...? Peço desculpa, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado, Sr. Deputado. Agradeço.

Quando se avança para uma reestruturação na rede escolar há valores que se levantam.

Deputado João Costa (PSD): E outros que se sentam!

O Orador: O aumento do sucesso educativo através das circunstâncias pedagógicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, essa já não pega! Foi o Memorando!

O Orador: ... as melhorias nas condições de aprendizagem, evitar a segregação social, evitando processos de exclusão social, adequação às necessidades dos alunos através das respostas educativas ajustadas, assim como a rentabilização dos equipamentos específicos e materiais didáticos disponíveis nas unidades orgânicas.

Cada vez é mais necessário preparar os nossos alunos, dotando-os de bases sólidas para o prosseguimento de estudos, conferindo-lhes a possibilidade de estarem integrados em turmas adequadas ao seu nível de escolaridade.

O ensino de qualidade é o nosso principal objetivo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é?

O Orador: No caso da escola do Salão o PS percebe e respeita a posição dos pais e encarregados de educação daquela freguesia, sendo este um assunto delicado que interfere diretamente com as rotinas anteriormente estabelecidas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Por isso é que não se faz de um dia para o outro, Sr. Deputado!

O Orador: Mas este assunto, Srs. Deputados, envolve crianças e o seu superior interesse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista entende que estas medidas não são tomadas de ânimo leve, mas suportadas em pareceres técnicos que o PSD em todo este processo se recusou a ouvir.

Deputado Rui Ramos (PSD): Onde é que estão os pareceres técnicos?

Deputado João Costa (PSD): Para além do parecer da Sra. Secretária, diga lá os outros!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diga só um! Um parecer!

O Orador: Sr. Deputado, permita-me que acabe a minha intervenção. Agradecia.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Numa altura em que se discute mais as exigências do ensino e a preparação dos alunos para o futuro, o PSD durante todo este processo optou por utilizar o tema dizendo às pessoas aquilo que elas queriam ouvir.

Deputado Rui Ramos (PSD): E o Diário das Sessões?

O Orador: É neste aspeto que nos diferenciamos da posição do PSD que preferiu a politização da situação.

Não se aguentaram – a verdade tem de ser dita nesta casa –, viram uma oportunidade e foram logo com sede ao pote.

Fazer política à custa do futuro das crianças é algo, no mínimo, lamentável...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é o que os senhores fizeram!

O Orador: ... e o PS não pode pactuar com isso.

O verdadeiro motivo deve ser os alunos e o melhor para os alunos, ou seja, o melhor para o desenvolvimento do futuro das nossas crianças.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Deputado, assumo que o problema é do PS!

O Orador: Continuar a usar o argumento das crianças na defesa de interesses pessoais e pior ainda de interesses partidários,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

Deputado João Costa (PSD): Isso é o que os senhores estão a fazer!

O Orador: ... instrumentalizando os encarregados de educação e os familiares nas várias reuniões que foram feitas não colhe de forma alguma o nosso apoio.

Vozes dos Deputados da bancada PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E se os senhores se lembram, todas as situações levantadas pelos pais e encarregados de educação, quer nas reuniões com os Deputados, quer na

Assembleia Municipal realizada na freguesia do Salão, foram prontamente acolhidas e resolvidas pela unidade orgânica, nomeadamente o transporte, a alimentação e o professor de apoio...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): E fecham a escola!

O Orador: ... e quem o fez foi o Partido Socialista.

Deputado Rui Ramos (PSD): Foi quem fechou a escola!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Deputado João Costa (PSD): E os senhores até queriam que a escola fechasse!

Deputada Benilde Oliveira (PS): E o resto?

Deputado Rui Ramos (PSD): Qual resto?

O Orador: Não podemos vir aqui dizer o que nos apetece e esquecer as crianças, não falando, por exemplo, nos mega agrupamentos, no encerramento de escolas por todo esse país...

Deputado João Costa (PSD): Está a falar das megas escolas?

O Orador: ... e não dizendo que o pré-escolar dos 3 aos 5 anos nos Açores atinge os 90%.

É ridículo vir aqui dizer que terá efeitos em outras idades, quando o transporte foi adaptado, houve, em alguns casos, escolas que foram escolhidas a pedido dos pais e o que me faz mais confusão é vir cá dizer e defender que um professor para 4 alunos é pedagogicamente correto.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas era o caso da escola do Salão?

Deputado João Costa (PSD): Em que escola foi isso?

O Orador: Isto é uma coisa que me faz uma ligeira confusão.

Para terminar gostaria só de dizer o seguinte.

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga, diga, Sr. Deputado!

Deputado João Costa (PSD): Está a falar donde?

Deputado Costa Pereira (PSD): Está a falar de que escola?

O Orador: Obrigado, Sr. Deputado Luís Garcia, agradeço a sua atenção.

Gostaria só de dizer o seguinte. Nos discursos e principalmente o discurso que veio da bancada do PSD houve uma resenha histórica...

Deputado Luís Garcia (PSD): Houve factos!

Deputado João Costa (PSD): Houve razão!

O Orador: ... houve sem dúvida um tom de catequese, mas nunca se falou aqui – e o Sr. Deputado não falou – naquilo que é o mais importante, que é o interesse das crianças, nossos alunos do futuro.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira pede a palavra para?

Deputado Costa Pereira (PSD): Para um protesto.

Presidente: Fundamenta-o como, Sr. Deputado?

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, eu fui acusado de intervir nesta matéria com interesses pessoais.

Presidente: Vou conceder-lhe o protesto. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vejo-me obrigado a protestar, Sr. Presidente, porque no meio da intervenção que foi preparada, não foi de improviso, portanto é menos aceitável, do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues fui acusado de, essencialmente, duas coisas que considero de extrema gravidade.

Em primeiro lugar, que estava a fazer política à custa das crianças e em segundo lugar, que tinha neste processo interesses pessoais.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, eu faço um desafio frontal, olhos nos olhos ao Sr. Deputado...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor tire a espada!

O Orador: ... e o senhor diga se tem coragem, nesta casa, quais são os interesses pessoais que eu tenho neste processo.

Vozes dos Deputados da bancada PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Diga um interesse pessoal que eu tenha neste processo e das posições que assumi, que o PSD assumiu e que os Deputados do PSD assumiram neste processo do encerramento da escola do Salão.

Vozes dos Deputados da bancada PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desafio-o que me diga esse interesse pessoal.

Mas já que estou a falar e que não era para dizer, desafio o Sr. Deputado a mais duas coisas essenciais.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um protesto?

O Orador: O Sr. Deputado disse que não é aceitável em lugar nenhum do mundo e não naturalmente na escola do Salão que houvesse um professor para 4 alunos.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O senhor está usando da palavra para um protesto!

O Orador: Diga qual é a escola em que nós defendemos que houvesse um professor para 4 alunos e qual é a classe, quem é a professora que ia dar na escola do Salão uma aula para 4 alunos?

Vozes dos Deputados da bancada PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desafio-o que diga se isto se aplica à escola do Salão.

Faço-lhe um novo desafio.

O senhor disse que tinham tomado uma posição alicerçada em pareceres técnicos. Faço-lhe um desafio. Prove, mostre aqui, diga qual é esse parecer técnico que tem...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que a escola do Salão tenha que ser encerrada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, a seriedade com que eu sempre andei na política nunca me fez usar ninguém, muito menos as crianças,...

Vozes dos Deputados da bancada PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... para alguma coisa e não lhe aceito essa afirmação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem, naturalmente, 3 minutos para um contra protesto.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira que falei no meu discurso e se o senhor bem percebeu não me referi à sua pessoa, se o senhor enfiou o barrete, isso já não sei.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Referiu-se ao PSD!

O Orador: Referi-me ao PSD sempre e nunca falei no Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Diga o que é que disse na reunião aos Deputados!

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado, se o senhor quer falar na reunião tenho o maior prazer em falar. Os senhores esquecem-se que tiveram duas reuniões.

Deputado Berto Messias (PS): Só falta a auréola!

O Orador: Vocês tiveram uma reunião sozinhos...

Deputado João Costa (PSD): Porque somos capazes!

O Orador: ... e depois, quando os Deputados do Partido Socialista, que estavam fora da ilha, foram reunir na terça-feira, os senhores voltaram lá, Srs. Deputados. Isso é que tem de ser dito aqui dentro!

Os senhores voltaram lá e disseram que “a pedido dos pais” e para mais o Presidente de Junta de Freguesia, o Sr. Luís, por quem tenho muito gosto e de quem sou amigo,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Lembra-se como é que acabou essa reunião?

O Orador: ... era o moderador, que por acaso até é da vossa cor partidária, só por acaso, Sr. Deputado.

Para vos dizer que até a Assembleia Municipal foi marcada para o Salão na mesma altura! Quer dizer, isto são tudo coincidências.

O que eu disse aos pais do Salão foi o que disse aqui. Peço imensa desculpa! É verdade, sim senhor!

O que eu disse foi que as crianças estão em primeiro lugar e que devemos defender os interesses das crianças.

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe que não!

O Orador: Foi o que eu disse no Salão, Srs. Deputados.

Os senhores, os dois, estavam lá mais a Sra. Deputada Alzira Silva e sabem bem que isto é verdade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: Já agora posso até aqui partilhar com vocês aquilo que ouvi lá. Ouvi lá que antigamente era assim, que antigamente as escolas funcionavam assim (o Sr. Deputado sabe quem é que o proferiu, não sabe)...

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu não!

O Orador: ... e que eu (não era eu, estou a citar) tinha chegado longe.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está a citar quem?

O Orador: São as mesmas pessoas que vêm para aqui dizer que a educação tem de evoluir, tem de acompanhar os países mais importantes da Europa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Costa Pereira sabe muito bem quem é que disse isso.

Não faltei ao respeito ao Sr. Deputado Costa Pereira. Já lhe disse que tenho muito respeito por si, alguma admiração por si,...

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: ... mas o senhor às vezes vem aqui nessa lógica de catequese.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): E os pareceres técnicos?

O Orador: Em relação às questões e àquilo que levantei dos pareceres técnicos a verdade é que os Srs. Deputados do PSD nunca solicitaram reunião nenhuma com a unidade orgânica para falar com os técnicos.

Os senhores preferiram falar para as pessoas e dizer aquilo que as pessoas querem ouvir e esqueceram-se sempre das crianças.

A verdade é que os problemas estão todos resolvidos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, quem sabe o que é melhor para as crianças são os pais!

O Orador: ... Sr. Deputado, graças ao Partido Socialista e não ao PSD que manteve-se sempre do lado do problema e o PS do lado da solução.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Deste incidente retiro uma relativa satisfação. O assunto pelos visto não está tão desatualizado como isso e ainda provoca paixões e vai continuar a provocar com certeza.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma intervenção, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão para mim aqui é uma questão de conceito em relação ao sistema educativo. Esta é que é a questão.

Nós queremos um sistema educativo descentralizado que dê vida às freguesias, que permita que estas crianças de tenra idade permaneçam junto dos pais e que permaneçam na via comunitária, ou não queremos?

Queremos desmantelar isto?

É uma questão de filosofia.

Da minha parte, da parte do meu partido, nós preferimos que estas comunidades, estas pequenas comunidades escolares, que estas crianças continuem a ser educadas nas suas freguesias, junto das suas comunidades, junto dos seus pais, junto dos seus avós. É uma questão de filosofia. Nós preferimos isto.

Podem dizer: “O senhor está ultrapassado. Agora o que está a dar são as megas escolas e as escolas centralizadas.”

Deputada Catarina Furtado (PS): Não há mega escola nenhuma!

O Orador: Mas o que eu tive oportunidade...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor de continuar.

Deputada Catarina Furtado (PS): Peço desculpa, Sr. Deputado!

O Orador: Nunca vos interrompi nas vossas intervenções.

Deixem-me dizer-vos isto.

Diversos especialistas, não só o Partido Socialista, nesta matéria, defende, como sabem, a centralização.

O que considero é que está incorreto.

Depois dizem: “As nossas freguesias estão a despovoar-se. As nossas ilhas já só têm as vilas e as cidades.”

Pois é evidente! Se lhes tiram as escolas, se lhes tiram os serviços, agora querem tirar a própria existência jurídica das freguesias, daqui a pouco as nossas ilhas só estão povoadas nos grandes centros e obviamente isso é incorreto. Isso é deitar fora, como se fez ao resto país, 70% do país, todo o interior do país e todas as zonas rurais das nossas ilhas.

Portanto, o conceito tem de ser diferente. Tem-se de defender comunidades escolares fortes nessas freguesias. Manter as escolas, sim senhor! Manter as escolas é caro, mas é uma opção que nós temos de fazer pelo estado social.

Deputado José San-Bento (PS): Mas não é isso que está em causa!

O Orador: É um estado social que defende este conceito e que não obriga as crianças a fazer longas viagens de transporte, a não perder muito do seu tempo, a terem tempo para brincar (sim!), para estudar, para o seu lazer, a ter tempo para que as crianças sejam felizes.

Portanto, a questão aqui é de conceito.

Deputado Francisco César (PS): É uma questão pedagógica!

O Orador: Os senhores estão errados no conceito escolar que estão a implementar, centralização, e o conceito que nós defendemos é que estes meios escolares devem ser mantidos.

Esta é a nossa opção em relação a esta matéria.

Os senhores agora não podem é implementar medidas destas e depois dizerem-se muito ofendidos sobre as políticas do centralismo, porque os senhores, nesta matéria, e nesta medida específica, foram centralistas sem coração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: E mais!

Em termos de estado e em termos de região as medidas quando têm de ser tomadas têm de ser tomadas...

Deputado Francisco César (PS): É uma questão de bom senso!

O Orador: Sr. Deputado deixe-me só dizer-lhe isto (ainda não perdi esta mania de professor), é uma chamada de atenção, quero dizer-lhe uma coisa que é fundamental em relação a esta matéria.

Os senhores não podem defender o tal estado social, a tal descentralização e depois tomar medidas como as que tomaram no Salão. Não tem nenhuma lógica.

Essa é a primeira questão.

Deputado Francisco César (PS): Isso é com consenso, Sr. Deputado!

O Orador: E a segunda questão que considero fundamental (e é o que lhe estava a dizer) é tomar-se as medidas com coragem. Dizer às famílias: “Nós vamos fazer isto, nós assumimos. Somos criticados? Muito bem, mas assumimos.”

Deputado Berto Messias (PS): Foi isso que o Deputado Lúcio Rodrigues acabou de fazer!

O Orador: O Governo não informou as famílias convenientemente, com frontalidade, olhos nos olhos, com coragem quando se toma uma decisão.

É fundamental que isso se faça e isso, nesta questão, também não se fez.

Termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: “Mas isso é o que as pessoas querem ouvir.”

Bom, o que é que eu ouço em toda a Europa?

São as comunidades que decidem como é que se desenha o seu sistema educativo, são as comunidades que mandam,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas isso não é controlável, Sr. Deputado!

O Orador: ... são os pais que mandam, são as famílias que mandam. Não é o Estado!

O vosso conceito é o conceito napoleónico. O conceito que eu defendo é que sim, são as comunidades e as famílias e se as famílias preferem ter a escola naquela freguesia e têm um número de alunos, os meios, as instalações necessárias, essas famílias têm direito a essa opção.

Dizem assim: “Mas essa opção é opção das comunidades”. E as opções das comunidades são as opções que estão corretas e dentro do possível sempre que existir essa possibilidade nós devemos optar por decidir de acordo com o que as comunidades pensam, de acordo com a opinião das comunidades. É assim que se faz em toda a Europa.

Os senhores aqui não.

Deputada Nélia Nunes (PS): O senhor sabe quantas crianças estão na escola do 1º ciclo do Salão?

O Orador: O que os senhores decidiram foi não ouvir as famílias, não ouvir quem estava diretamente afetado por esta decisão e...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... os senhores decidiram-se pelo modelo centralista completamente incorreto, sem coração e é isso que eu penso que tem de ser alterado através do resultado das próximas eleições, porque tenho aqui o compromisso – e termino Sr. Presidente – que é uma escola, uma arquitetura de escola, em que as escolas de freguesia têm o seu lugar no nosso programa eleitoral e na aspiração das nossas populações. As escolas de freguesia têm o seu lugar e nós vamos apostar nisso.

Os senhores não! Querem centralizar tudo nas vilas e nas cidades.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, o senhor sabe o número de turmas? Não sabe!

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, terminámos este ponto da nossa Agenda.

Vamos passar para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho** referente às

audições parlamentares da Direção do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., realizada nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no n.º 5 dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., e da Subcomissão de Trabalhadores da RTP-Açores, efetuada em cumprimento do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa n.º 18/2012/A, de 12 de junho.

Para apresentar o relatório dou a palavra, naturalmente, à Sra. Relatora.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO DAS AUDIÇÕES PARLAMENTARES DA DIREÇÃO E DA SUBCOMISSÃO DE TRABALHADORES DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., EFETUADAS EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Nº 18/2012/A, DE 12 DE JUNHO – “ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO E TELEVISÃO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 20 de junho de 2012, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a aprovação do relatório referente às audições parlamentares da Direção e da Subcomissão de Trabalhadores do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., efetuadas em cumprimento do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 18/2012/A, de 12 de junho – “Acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”.

A Resolução nº 18/2012/A, de 12 de junho, iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, foi aprovada pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 11 de maio de 2012, em processo de urgência e com dispensa de exame em comissão.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A alínea d) do nº 2 do artigo 42º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação da terceira revisão, aprovada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, e o nº 5 do artigo 5º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei nº 8/2007, de 14 de fevereiro, conferem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o direito de proceder à audição do diretor do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A..

As matérias de comunicação social são da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de janeiro.

Através da Resolução nº 18/2012/A, de 12 de junho, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores encarregou a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho de, no uso do direito de acompanhamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores, conferido pela alínea d) do nº 2 do artigo 42º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação da terceira revisão, aprovada pela Lei 2/2009, de 12 de janeiro, e pelo nº 5 do artigo 5º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei nº 8/2007, de 14 de fevereiro, de proceder à audição anual do Diretor do Centro Regional dos Açores da RTP S.A., bem como à audição dos representantes dos trabalhadores do referido Centro.

Capítulo III

DAS AUDIÇÕES

As audições às quais se reporta a Resolução nº 18/2012/A, de 12 de junho, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 11 de maio de 2012, realizaram-se na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, no passado dia 6 de junho.

As referidas audições foram objeto de gravação pelos serviços técnicos da Assembleia Legislativa, anexando-se as respetivas transcrições ao presente Relatório, como parte integrante do mesmo.

1) Audição da Direção do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.

Na audição à Direção do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A., compareceram os respetivos Diretor, António Maurício de Sousa, e Subdiretor, Sidónio Bettencourt, tendo a mesma sido realizada de acordo com a seguinte metodologia:

- a) Exposição do enquadramento e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão;
- b) Intervenção inicial do Diretor e do Subdiretor do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.;
- c) Intervenções iniciais de cada um dos partidos e debate, em que usaram da palavra os (as) Deputados (as) Clélio Meneses (PSD), Isabel Almeida Rodrigues (PS), Aníbal Pires (PCP), Zuraída Soares (BE), Luís Silveira (CDS-PP), Hernâni Jorge (PS), José Ávila (PS), Bárbara Chaves (PS), bem como o Diretor e o Subdiretor do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A..

2) Audição da Subcomissão de Trabalhadores do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A.

Na audição da Subcomissão de Trabalhadores do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., compareceram todos os seus membros, concretamente João Soares Ferreira, Teresa Nóbrega, Bruno Correia e Diniz Ponte, tendo a mesma sido realizada de acordo com a seguinte metodologia:

- a) Exposição do enquadramento e apresentação dos motivos da audição pelo Presidente da Comissão;
- b) Intervenção inicial da Subcomissão de trabalhadores, em que usou da palavra o Senhor João Soares Ferreira;
- c) Intervenções iniciais de cada um dos partidos e debate, em que usaram da palavra os (as) Deputados (as) Pedro Gomes (PSD), Isabel Almeida Rodrigues (PS), Zuraída Soares (BE), Aníbal Pires (PCP), Luis Silveira (CDS-PP), Hernâni Jorge (PS) e José Ávila (PS), bem como todos os membros da Subcomissão de Trabalhadores.

Capítulo IV

CONCLUSÕES

Considerando a relevância dos depoimentos prestados no âmbito das audições parlamentares a que se refere o presente relatório, bem como o facto do mesmo dever ser apreciado pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, conforme dispõe o nº 3 da Resolução nº 18/2012/A, de 12 de junho – “Acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”, a Comissão de Assuntos Parlamentares e Trabalho deliberou, por unanimidade, não efetuar qualquer síntese das audições, anexando, como parte integrante do relatório, as transcrições integrais das mesmas.

Assim, cabe à Conferência decidir sobre o respetivo agendamento para apreciação em Plenário, determinando os termos e o período de tempo destinados à intervenção dos grupos e representações parlamentares e do Governo.

Ponta Delgada, 20 de junho de 2012

A Relatora, **Isabel Almeida Rodrigues**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, **Hernâni Jorge**

ANEXOS: Transcrições integrais das audições parlamentares da Direção e da Subcomissão de Trabalhadores do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., realizadas em 6 de junho de 2012.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora.

Foi combinado em Conferência de Líderes, à semelhança do debate sobre relatórios anteriores, que têm todos, Grupos Parlamentares, Representações Parlamentares e Governo 10 minutos que podem usar de forma interpolada, assim querendo.

Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Já percebi porque é que se estava a rir.

Atendendo a que isso nos aponta para as 19 horas e 50 minutos, ficamos por aqui.

Recomeçamos os nossos trabalhos amanhã com PTAP.

Boa noite, bom jantar e até amanhã.

(Eram 19 horas e 33 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Nélia Maria Pacheco Amaral

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo Costa

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Correspondência

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 188/2009, de 12 de agosto, tornando obrigatória a instalação de equipamentos de desfibrilhação automática externa em locais de acesso público - M. Saúde - (Reg. DL 325/2012) – n.º 223/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 06 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.07.16.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: N.º 72/XII - Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos – n.º 217/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.07.04;

Assunto: N.º 70/XII - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação – n.º 218/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.30;

Assunto: N.º 73/XII - Cria o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias – n.º 219/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 18;

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.07.09;

Assunto: N.º 63/XII - Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto - n.º 220/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012.06.25;

Assunto: N.º 65/XII - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança de trabalho – n.º 221/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.07.11;

Assunto: Iniciativa Europeia sobre as RUP'S - [COM(2012)287] – As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. [SWD(2012)170] – Documento de trabalho da Comissão – n.º 222/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 29

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.09.14;

Assunto: N.º 79/XII - Define as Bases da Política do Ambiente – n.º 223/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 29

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.07.19.

3 – Projeto de Lei:

Assunto: N.º 250/XII - Altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que procede à reforma da tributação do património simultaneamente, precisando o tempo e o modo de fixação pelo Governo da percentagem de

receitas do IMI, decorrentes da realização da avaliação geral dos prédios urbanos – n.º 216/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 06 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.07.04.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela necessidade de proceder com a maior brevidade possível à transferência dos serviços para as novas instalações da cidade judiciária de Ponta Delgada – n.º 37/IX](#)

Autor: PS

Entrada: 2012 – 06 – 18

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.07.19

Assunto: [Recomenda a abertura de um processo de negociação com as organizações representativas dos assistentes técnicos e assistentes operacionais do Serviço Regional de Saúde com vista à inclusão das suas carreiras no elenco dos profissionais de saúde da Região Autónoma dos Açores – n.º 38/2012](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012– 06 – 21

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 07 – 23.

5 – Petição:

Assunto: Pela não destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores) – n.º 18/2012

Autor: Paulo Alexandre Monteiro

Data de Entrada: 2012– 06 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 09 – 03;

Assunto: Para realização de obras de manutenção e início da construção da nova Escola Básica e Secundária de Velas - n.º 19/2012

Autor: Carla Brasil Avelar

Entrada: 2012 – 07 – 02

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 09 – 02.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Falta de condições no Porto de Pesca de Ponta Delgada](#)

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.15

Referencia: 54.03.02 – N.º 653/IX;

Assunto: [Atraso na conclusão da empreitada de construção das novas instalações do Laboratório Regional de Veterinária dos Açores e do Parque de Exposições da Terceira](#)

Autores: Zuraída Soares e José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2012.06.15

Referência: 54.06.03 – N.º 654/IX;

Assunto: [Para quando as ambulâncias SIV no Faial?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.20

Referencia: 54.03.07 – N.º 655/IX;

Assunto: [Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais dos Hospitais e Centros de Saúde da RAA](#)

Autores: Abel Moreira, Paulo Rosa e Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.06.20

Referencia: 54.01.00 – N.º 656/IX;

Assunto: [Ampliação e alargamento do cais do Porto da Casa na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.06.21

Referencia: 54.07.09 – N.º 657/IX;

Assunto: [Intervenção realizada pelos Serviços da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar na Lagoa das Patas, na ilha das Flores](#)

Autora: Zoraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.06.22

Referencia: 54.06.08 – N.º 658/IX;

Assunto: [Governo não garante tratamento dos resíduos nos Açores](#)

Autor: Paulo Ribeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.25

Referencia: 54.03.08 – N.º 659/IX;

Assunto: [Boletim de Sanidade](#)

Autores: Clélio Meneses, Costa Pereira, Mark Marques, Paulo Ribeiro, Aida Santos e Rui Ramos (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.26

Referencia: 54.03.00 – N.º 660/IX;

Assunto: [Mau tempo prejudica vinhas no Pico](#)

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.26

Referencia: 54.03.06 – N.º 661/IX;

Assunto: [Política Agrícola Comum \(PAC\) pós 2013](#)

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Paulo Ribeiro, Jorge Macedo, Cláudio Lopes. Cláudio Almeida, João Costa e Aida Amaral (PSD)

Data de Entrada: 2012.06.28

Referencia: 54.03.00 – N.º 662/IX;

Assunto: [Fundo de Investimento de apoio ao Empreendedorismo dos Açores \(FIAEA\)](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.06.28

Referencia: 54.01.00 – N.º 663/IX.

Assunto: [Cargos Públicos](#)

Autores: Clélio Meneses, António Marinho, Costa Pereira, Jorge Macedo e Aida Amaral (PSD)

Data de Entrada: 2012.07.02

Referencia: 54.03.00 – N.º 664/IX;

7 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Avaliação do Impacte da Aplicação do Vale Saúde](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.21

Referência: 54.01.00 – N.º 627/IX;

Assunto: [Ajudas de Custo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.25

Referência: 54.03.00 – N.º 594/IX;

Assunto: [Direção Regional da Cultura](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.25

Referência: 54.06.00 – N.º 651/IX;

Assunto: [Custos para o erário público com a deslocação do Presidente do Governo e comitiva ao Brasil](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.03.00 – N.º 620/IX;

Assunto: [Alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.07.00 – N.º 622/IX;

Assunto: [Atraso na regulamentação da atribuição de bolsas de estudo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.03.00 – N.º 628/IX;

Assunto: [Obras no cais da Calheta de São Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.06.05 – N.º 646/IX;

Assunto: [Voo Semanal na Rota Pico/Lisboa pela SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.03.06 – N.º 648/IX;

Assunto: [Funcionamento do Serviço de Ambiente das Flores e do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.07.00 – N.º 640/IX;

Assunto: [Humanização do terminal de passageiros do Porto da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.26

Referência: 54.03.03 – N.º 645/IX;

Assunto: [Apoios a Sociedades e Bandas Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.06.27

Referência: 54.01.00 – N.º 629/IX;

Assunto: [Novo contrato assinado entre o Governo Regional e a Viatel](#)

Data de Entrada: 2012.06.27

Referência: 54.06.00 – N.º 641/IX;

Assunto: [Enumeração das medidas tomadas pelo Governo Regional no âmbito da preservação da flora terrestre endémica da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.07.02

Referência: 54.07.09 – N.º 630/IX;

Assunto: [Certificação dos produtos não avança](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.07.02

Referência: 54.01.00 – N.º 652/IX.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que foi enviado, por correio eletrónico, o relatório de auditoria aprovado e a seguir indicado:

- Audit. n.º 08/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/106.01) – “Auditoria às deslocações e ajudas de custo dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional”

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2012.06.19;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012 – “Regula a utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados”

Autor: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2012.06.15;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2012 – “Revê o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA.”

Autor: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2012.06.15;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012 – “Altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores”

Autor: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2012.06.15;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2012 – Regime jurídico dos percursos pedestres da Região Autónoma dos Açores

Autor: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2012.06.19;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012 – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março, que estabelece o regime jurídico de extração de inertes na faixa costeira e no mar territorial e ao decreto legislativo regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, que aprova o quadro legal da pesca açoriana

Autor: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2012.06.21;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório Anual, relativo ao ano de 2011

Autor: O Gabinete do Provedor de Justiça

Data de Entrada: 2012.06.19;

Assunto: Ofício a enviar carta/artigo de opinião – “Andam a brincar às touradas com o nosso dinheiro”

Autor: Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais, Tiago Mesquita

Data de Entrada: 2012.06.14.

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, relativo ao progressivo e condenável esvaziamento funcional e hierárquico dos departamentos do Governo Regional do Faial

Autor: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Jorge Costa Pereira

Data de Entrada: 2012.06.27.

9 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: [Das Audições Parlamentares da Direção e da Subcomissão de Trabalhadores do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., efetuadas em cumprimento do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2012/A, de 12 de junho – “Acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização para o Deputado José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho, prestar depoimento, na qualidade de arguido, nos autos de Inquérito \(Atos Jurisdicionais\) n.º 565/11.1TAAGH, que correm termos no 1.º juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização para o Deputado José Gaspar Rosa de Lima, prestar depoimento, na qualidade de testemunha, na ação de processo ordinário n.º 686/08.8TBAGH, que corre termos no 1.º juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei n.º 201/2012 – “Regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que](#)

respeita ao acesso e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei nº 221/XII – “Procede à terceira alteração do Código do Trabalho aditando a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: Sobre o Projeto de Proposta de Lei nº 262/2012 – “Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data: 2012.07.02;

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data: 2012.07.02;

Assunto: Projeto de Lei nº 239/XII (BE) – “Concretiza o direito de negociação coletiva dos trabalhadores das Administrações Regionais”

Proveniência: Comissão Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.26;

Assunto: [Projeto de Resolução 353/XII \(PCP\) – “Recomenda ao Governo que adote medidas em defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes](#)

Proveniência: Comissão Política Geral

Data de Entrada: 2012.06.26;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data: 2012.05.29;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que – “Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.20;

Assunto: [Proposta de Lei que – “Aprova a Lei Antidopagem no desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e revogando a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.20;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que - “Cria um novo regime de disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.22;

Assunto: [Petição n.º 15 /2012 - “Pelo fim dos subsídios públicos à tauromaquia nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.29;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 19/012 – “Recomenda ao Governo Regional a elaboração de um estudo sobre a viabilidade da recuperação e futura utilização da lancha “Espalamaca”](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.22;

Assunto: [Audição do Secretário Regional da Saúde, solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, no âmbito do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2012.06.29;

Assunto: [Petição n.º 11/2012 - “Implementação de medidas que protejam os tubarões na zona económica exclusiva \(ZEE\) dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.06.28;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 15/2012 – “Livre acesso e exercício de atividades económicas na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2012.06.29;

Assunto: [Segundo Relatório Intercalar relativo à apresentação de Propostas Legislativas inseridas no âmbito da Anteproposta de Lei “Estabelece o Regime do Referendo Regional”](#)

Proveniência: Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político-administrativo da RAA

Data de Entrada: 2012.06.18.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado